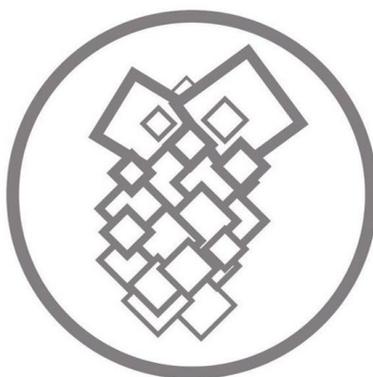

XI Seminário dos Estudantes de Pós-Graduação em Filosofia UFSCar

Caderno de Resumos



**Setembro de 2015
São Carlos-SP**



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

Reitor

Prof. Dr. Targino de Araújo Filho

Pró-Reitora de Pesquisa

Profª Drª Heloisa Sobreiro Selistre de Araújo

Diretora do Centro de Educação e Ciências Humanas

Profª Drª Wanda Aparecida Machado Hoffmann

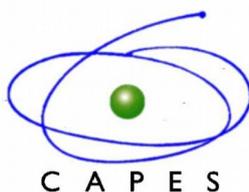
Pró-Reitora de Pós-Graduação

Profª Draª Débora Cristina Morato Pinto

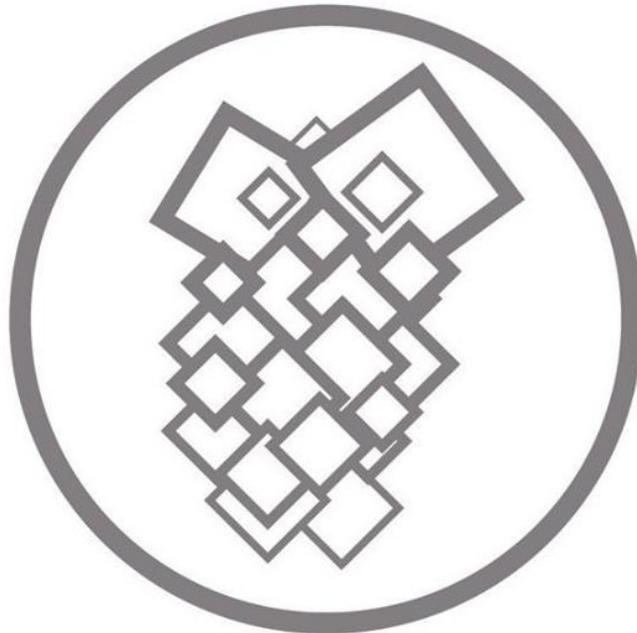
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia

Prof. Dr. Luiz Damon Santos Moutinho

Patrocínio



XI Seminário dos Estudantes de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar



Comissão Organizadora

Prof. Dr. Luiz Damon Santos Moutinho

André Dias de Andrade

Claudeni Rodrigues de Oliveira

José Carlos Alves Junior

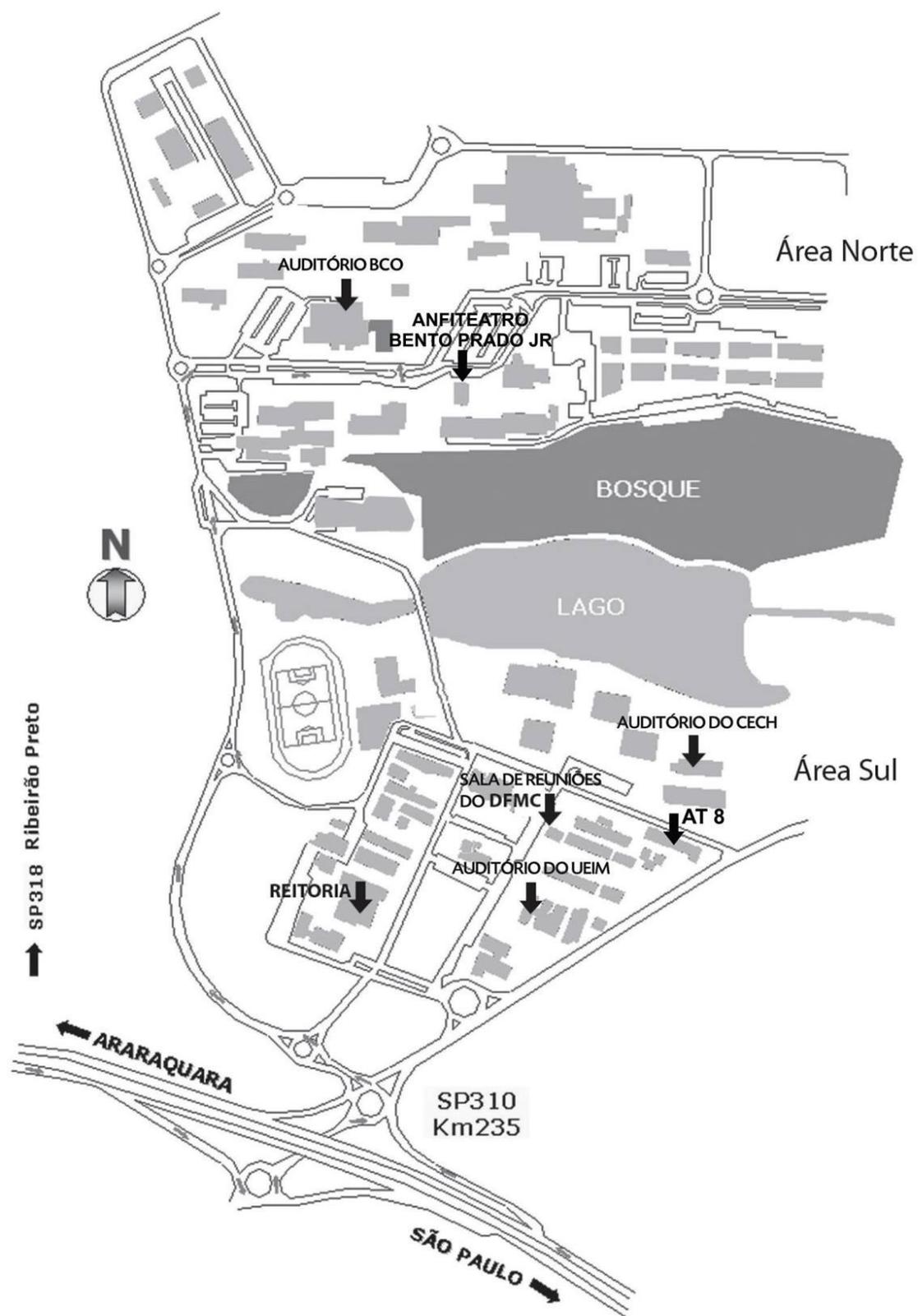
Lorena de Paula Balbino

Luiz Eduardo Albert Silva

Nestor Reinoldo Müller

Priscila Aragão Zaninetti

Rafaela Ferreira Marques



Minicurso

15 e 16 de Setembro às 9 horas - Auditório do CECH

"Impasses da política em Foucault"

Monica Loyola Stival – Universidade Federal de São Carlos

Palestras

14 de Setembro às 19 horas - Anfiteatro Bento Prado Junior

"Deliberação pública e regras morais na ética de Aristóteles"

Marisa Lopes – Universidade Federal de São Carlos

15 de Setembro às 19 horas - Anfiteatro Bento Prado Junior

"Contradição e diferença: um problema entre Hegel e Deleuze"

Vladimir Safatle – Universidade de São Paulo

16 de Setembro às 19 horas - Auditório do CECH

"Filosofia do Brasil em nova perspectiva"

Paulo Roberto Margutti – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia

17 de Setembro às 19 horas - Auditório do CECH

"Aportes para a construção de um novo paradigma político a partir de Rawls e Habermas"

Luiz Paulo Rouanet – Universidade Federal de São João Del-Rei

Comunicações

(14/09) Segunda-Feira / Manhã

	Auditório CECH	Sala de Reuniões - DFMC	Auditório 1 - BCo
9h	Adriano Geraldo da Silva A tipologia do idiota de Dostoiévski na formulação da cristologia nietzschiana	Felipe Ramos Gall Considerações acerca das noções de imortalidade e eternidade na Antiguidade e suas relações com a <i>vita activa</i>	Marcello Eloy Mendes Spinola O poético lessinguiano na tragédia burguesa moderna
9h40	Saulo Krieger A viagem da consciência: uma chave de leitura para <i>A gaia ciência</i>	Mizael Pinto de Souza A Sensação no Livro XI do <i>De trinitate</i> de Santo Agostinho	Sara Pereira Dias Sobre as objeções de Jacobi à filosofia transcendental
10h20	Intervalo	Intervalo	Intervalo
10h40	Rafael Hyertquist Bordini Nietzsche, o <i>ágon</i> e a justiça: existência culpada ou devir inocente?	Fabício Klain Cristofolletti O " <i>caput religionis</i> " no <i>De uera religione</i> de Agostinho de Hipona	Isabella Gonçalves Vido Onde as fronteiras terminam e os caminhos se apagam: configurações do gênio no pensamento estético de Friedrich Schiller
11h20	Felipe Thiago dos Santos Forma e organismo: uma relação entre Nietzsche, Schiller e Hanslick	José da Cruz Lopes Marques Síntese, transcendência e paradoxo: a presença de Pascal no pensamento kierkegaardiano	Bruno Moretti Falcão Mendes O problema das formas em <i>Teoria do Romance</i> e a finalidade estética para um reencontro com a Totalidade: Apontamentos para uma relação entre Lukács e Schiller

(14/09) Segunda-Feira / Tarde

	Auditório CECH	Sala de Reuniões - DFMC	Auditório 1 - BCo
14h	Roberta do Carmo Descartes e Sartre: reflexões acerca da liberdade	Pedro Rodolfo Fernandes da Silva Da possibilidade do sujeito ético no pensamento de Pedro Abelardo	Priscila Aragão Zaninetti A fábula e a história na <i>Filosofia da história</i> de Voltaire
14h 40	Gabriel Gurae Guedes Paes Sartre e o engajamento das artes não-simbólicas	Gustavo Barreto Por uma ética do conhecimento: Henrique de Gand e seu “Sermão para a festa de Sta. Catarina”	José Carlos Alves Junior A experiência estética na cena teatral diderotiana
15h 20	Intervalo	Intervalo	Intervalo
15h 40	Carlos Eduardo de Moura Metafísica e História em Sartre	Leandro Gabriel Valença de Macedo A existência da matéria no intelecto divino em Tomás de Aquino	Lili Pontinta Cá A concepção de liberdade em Rousseau
16h 20	Adelar Conceição Ipseidade: o problema da unidade e individualidade da consciência na ontologia fenomenológica de Sartre	Richard Lazarini A teoria da linguagem segundo Tomás de Aquino	David Ferreira Camargo Desenvolvimento da ideia de Sensibilidade no <i>Sonho de d'Alembert</i> de Diderot
17h			Fábio Rodrigues de Ávila A secreção do cérebro – o pensamento a partir da visão de dois materialistas do século XVIII

(15/09) Terça-Feira / Tarde

	Auditório CECH	Anfiteatro Bento Prado	Sala de Reuniões - DFMC
14h	Simone Alves Pedersen / Jussara Cristina Barboza Tortella Estratégias de leitura filosófica e seleção de obras infantis	Rafael Zacca Fernandes O “tempo vazio” do Capital	Wagner Barbosa de Barros A ideia de progresso em Kant
14h 40	Cesira Elisa de Fávori Um exercício de escrita: entre conceitos e criação	Mauro Sérgio S. da Silva O conceito de Guerra de posição no pensamento político de Antônio Gramsci	Darley Alves Fernandes Ações, causas e razões: sobre uma suposta “teoria kantiana da ação”
15h 20	Intervalo	Intervalo	Intervalo
15h 40	Paula Diana Saraiva Aguera Deleuze e a LDB - Concepções de Filosofia	Jefferson Martins Viel Maio de 68 segundo a leitura de Antônio Negri	Lincoln Menezes de França Hegel leitor dos textos aristotélicos sobre a alma: liberdade, a alma do Espírito
16h 20			Claudeni Rodrigues de Oliveira A certeza sensível na Fenomenologia do Espírito de Hegel

(16/09) Quarta-Feira / Tarde

	Auditório CECH	Sala de Reuniões - DFMC	Auditório UEIM	Sala 182 - AT8
14h	Ravena Olinda Teixeira Espinosa: a filosofia da felicidade	Philippe Curimbaba Freitas Duas concepções de engajamento artístico em Mario de Andrade	Rondineli Bezerra Mariano Sobre a necessidade de uma prática psico-terapêutica fundamentada cientificamente: algumas questões ao Clinical Scientist Model	Deborah Moreira Guimarães Desvelamento e Técnica em Heidegger
14h 40	Paula B. Mendes de Jesus O problema das paixões: Uma breve análise do prefácio da terceira parte da <i>Ética</i> de Espinosa	Caio Souto Espaço literário no conto "Quadraturin", de Sigismund Krzyzanowski	André S. de Mattos Pulsão, agressividade e tendência à descarga em Freud, de <i>Pulsões e seus destinos a Além do princípio do prazer</i>	Irlim Corrêa Lima Jr A dupla instância temporal do estranho: Heidegger à luz de Stefan George e Rilke
15h 20	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo
15h 40	Diego Ramos Lanciote O encontro entre Lucrecio e Spinoza: a tese da imutabilidade do Todo	Renata Siramizu Garcia Robert Bresson e o automatismo espiritual	Sabrina Marioto O funcionamento psíquico em <i>Além do princípio de prazer</i>	Adriano Ricardo Mergulhão A Hermenêutica na fundamentação da objetividade dos objetos: Heidegger e a origem metafísica do processo de objetificação
16h 20	Sacha Zilber Kontic Malebranche e os perigos da leitura	Vanessa O. Temporal/ Franco B. Sandanello A autorrepressão do desejo em <i>Marta</i> , de Medeiros de Albuquerque: uma análise deleuziana-guattariana do incesto	Juliana Oliva Algumas considerações sobre a crítica de Beauvoir à sexualidade feminina em Freud	Diego Rodstein Rodrigues O tédio e a insônia em Emil Cioran

(17/09) Quinta-Feira / Manhã

	Auditório CECH	Sala de Reuniões - DFMC	Auditório UEIM	Auditório 2 - BCo
9h	Valdir de Volpato Fornel Júnior Navegação dos loucos em “Historie da la folie”: Michel Foucault e a arqueologia da loucura	Marcos Tadeu Neira Miranda Em torno do <i>élenchos</i> socrático	Rodrigo Tumolo Kant e o conceito de máxima para além da ética	Fernando Ruiz Rosário Falsificacionismo e verdade: a adequação de teorias à realidade
9h 40	Alessandra Peixoto dos Santos Êthos filosófico em Foucault: “A História da Loucura”	Luiz Eduardo Gonçalves Oliveira Freitas Os diálogos platônicos e as teorias da interpretação	João Paulo Rissi Sobre o sentimento moral na <i>Fundamentação da Metafísica dos Costumes</i>	Paulo Uzai Junior Uma proposta para solucionar o problema mente-corpo: John Searle e o naturalismo biológico
10h 20	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo
10h 40	Ramon T. Piretti Brandão Foucault e o cuidado de si: os caminhos prováveis de uma subjetividade contemporânea autônoma	Ademir Souza dos Santos <i>Μουσική (Mousiké) e ποίησις (poiesis)</i> na gênese da πόλις platônica	José Luciano Verçosa Marques Síntese e Forma Lógica na <i>Crítica da Razão Pura</i>	Roque Pires Vercesi Sobre a quase-verdade de Newton da Costa e a quase-satisfação de Otávio Bueno e Edécio Sousa
11h 20	Lorena de Paula Balbino Revolução, resistência e subjetivação em Foucault: percursos de um procedimento crítico na ontologia do presente	Rineu Quinalia Os dois planos dialógicos do diálogo de Platão	Marcio Tadeu Girotti Ilusão transcendental e seu papel positivo no processo de conhecimento: um paradoxo da razão?	Juliana Moroni O realismo ecológico e o viés anti-representacionista: veridicalidade erro na percepção

(17/09) Quinta-Feira / Tarde

	Auditório CECH	Sala de Reuniões - DFMC	Auditório UEIM	Auditório 2 - BCo
14h	Jefferson M. Cassiano Ética, estética, existência: Uma interpretação de Foucault a Kant (O que é <i>Aufklärung</i> ?)	Yasmin Tamara Jucksch Morte como filosofia no <i>Fédon</i> de Platão	Nelson Maria B. da Silva A frequência do homem no mundo como suporte para o julgamento em Montaigne	Scheila Cristiane Thomé Sobre a atividade e passividade dos modos de constituição do tempo em <i>Sobre a fenomenologia da consciência interna do tempo</i> de Husserl
14h 40	Thiago Canonenco Naldinho Foucault: filosofia, ética e existência	Nestor Reinoldo Müller A palavra <i>Anámmesis</i> no “ <i>Menon</i> ” de Platão	Eugênio Mattioli Gonçalves A prudência mista de Justo Lípsio na obra de Gabriel Naudé	André Dias de Andrade A redução fenomenológica e o não-ser
15h 20	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo
15h 40	Uriel Massalves de Souza do Nascimento A atitude crítica como contraposição à governamentalidade	André Luiz Braga da Silva A Ideia de Beleza é ela mesma bela? - alguns apontamentos sobre Formas platônicas	Juliana A. Elias Martins Introdução à questão do círculo cartesiano	Raphaela Oliveira Wittgenstein e o ceticismo
16h 20	Fábio Duarte Dispositivo e biológica: para um diálogo entre Foucault e Agamben	Sheila Paulino e Silva A Perspectiva da Inteligência	Andrei Pedro Vanin Anselmo e Descartes: argumentos ‘ontológicos’ para a existência de Deus	Gustavo Gueraldini Michetti Entre a lógica e a metafísica: qual o papel do <i>Eu</i> na primeira filosofia de Wittgenstein
17h	Roseli Gonçalves da Silva Entre a Intenção da Ação e a Ação: um desvio que pretende-se gesto		Larissa Cristine Daniel Gondim Poder e subjetividade política: sobre a tese atomista no <i>Leviatã</i> de Hobbes	Daniel Soares da Silva Alguns aspectos da solução cética ao paradoxo de Kripkenstein: sobre a dimensão social do significado

(18/09) Sexta-Feira / Manhã

	Auditório CECH	Sala de Reuniões - DFMC	Auditório 2 - BCo	Auditório UEIM
9h	Denis de Oliveira Silva Merleau-Ponty e o ensino das ciências no mundo vivido	Juliana Santana de Almeida Emoções e virtudes morais em Aristóteles	Luiz Fernando de Oliveira Proença Sobre o conceito de espaço no <i>Ensaio sobre os dados imediatos da consciência</i> , de Henri Bergson	Raphael Eduardo Alves Concli <i>A Dialética do Esclarecimento</i> e as tochas da liberdade
9h 40	Edson Lenine Gomes Prado A presença da arte na filosofia de Maurice Merleau-Ponty	Ângelo Antônio Pires de Oliveira Notas sobre o papel da virtude do caráter e da phronesis na ethica nicomachea	Luanda G. Julião A dimensão ontológica da arte em Henri Bergson	Gabriel Petrechen Kugnharski A dialética entre sujeito e objeto em Theodor W. Adorno
10h 20	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo
10h 40	Rafaela F. Marques Corpo, percepção e espaço: considerações sobre a <i>Fenomenologia da Percepção</i>	Felipe Calleres Para além da receptividade: a consciência perceptiva como atividade necessária à sensação	Cátia Cristina B. de Almeida As Memórias e a ideia de simultaneidade	Jéverton Soares dos Santos A Estética dos Extremos: notas sobre a relação entre a arte rupestre e a reprodutibilidade técnica no pensamento dialético de Theodor Adorno
11h 20	Abiatar David de Souza Machado Leituras da noção de <i>Leib</i> husserliana: Merleau-Ponty e Derrida	Bruno Jurgensen Florenciano Aristóteles e o problema do erro: O papel da <i>phantasia</i> na psicologia aristotélica	Bruno Batista Rates “Civilisation” e “Kultur”: uma chave de leitura dos “Discursos de guerra” de Bergson	Danilo Persch Bioética: uma fundamentação filosófica baseada em argumentos de Jürgen Habermas

Leituras da noção de *Leib* husserliana: Merleau-Ponty e Derrida

Abiatar David de Souza Machado
Doutorando/UFMG

abiatar david@
hotmail.com

Orientadora
Dra. Alice M. Serra

Palavras-chave
Merleau-Ponty;
Derrida; Husserl;
corpo-próprio; *Leib*

O objetivo central da comunicação é discutir as concepções de corpo-próprio e carne em Merleau-Ponty, partindo da crítica que Derrida lhe endereça em *Le Toucher* (2000). Derrida aponta na reflexão merleau-pontiana sobre o corpo um excesso de ontologização, que para sua efetivação necessita de apagar toda distância e diferença entre os corpos humanos, os sentidos e o mundo. Nessa perspectiva, a reflexão merleau-pontiana sobre o corpo e os sentidos estaria vinculada à necessidade de encontrar uma suposta “unidade perdida” (Nancy, 2014, p. 19), descrita por Merleau-Ponty como carne, elemento portador de todo sentido e de toda expressão. Em relação à crítica de Derrida, nossa hipótese é de que a filosofia do corpo em Merleau-Ponty ultrapassa suas preocupações ontológicas, que mesmo onde o corpo-próprio se torna o assunto central de um discurso intra-ontológico, ele resiste à generalidade e, se mostra como o motivo de uma descrição da vida em seu aspecto mundano mais originário, a prática, que nasce segundo os modos como o corpo se inscreve no mundo. No entanto, descrevemos também aspectos do texto de Merleau-Ponty que permitiriam valorar afirmativamente as posições derridianas. Para isso trabalharemos a leitura que Derrida faz do texto *O Filósofo e sua sombra* de Merleau-Ponty, delineando principalmente os temas da visão e do tocar presentes nesse texto e o modo como Merleau-Ponty se apropria da obra *Ideen II* de Husserl, obra que contribui decisivamente para a constituição das noções de corpo e carne merleau-pontiana. Por fim, explicitaremos como a noção de corpo próprio de Merleau-Ponty é próxima à noção de corpo (*Leib*) de Husserl, e como a noção de carne merleau-pontiana não se restringe à idéia de corpo próprio, o que seria também dizer que ela não se restringe à noção de corporeidade husserliana. Ainda nesse sentido, será necessário reconstruir a noção de carne de Merleau-Ponty, diferenciá-la da concepção de Husserl, para em seguida, mostrar como o corpo, segundo Merleau-Ponty, é da ordem da distância, da diferença e da não-coincidência consigo mesmo, na medida em que está aberto ao mundo.

Iipseidade: o problema da unidade e individualidade da consciência na ontologia fenomenológica de Sartre.

Adelar Conceição
Doutorando/UFRGS

adelarconceicao@
hotmail.com

Orientador
Dr. João Carlos Brum
Torres

Palavras-chave
Iipseidade; consciência
de si; ontologia
fenomenológica.

O presente trabalho trata do problema acerca da ipseidade da consciência na ontologia fenomenológica de Sartre. Em *A Transcendência do Ego* (1936), Sartre argumenta contra a presença do Eu na consciência, tendo como alvo privilegiado a figura do *Ego* transcendental da fenomenologia husserliana. Ao criticar o pressuposto do *Ego* transcendental, o autor precisa dar conta de explicitar como uma consciência não-egóica pode ainda assim manter sua unidade e individualidade. Argumenta-se que a saída para essa aporia se dá através de uma radicalização do princípio de intencionalidade, no sentido de compreender que *toda consciência é consciência (posicional) “de” alguma coisa, mas ao mesmo tempo consciência (não-posicional) de si*. Assim, em *O ser e o Nada* (1943), a ‘versão própria’ da fenomenologia proposta por Sartre apresenta uma abordagem ontológica do ‘ser si mesmo’ da consciência, no sentido de afirmar que a *autoconsciência reflexiva*, requerida pela pergunta pela possibilidade do conhecimento, pressupõe e se fundamenta numa *consciência de si pré-reflexiva*, que tematiza o *ser* próprio da consciência. Contrastando com a fenomenologia transcendental husserliana, a ontologia fenomenológica de Sartre teria como preocupação a fundamentação da dimensão de ser da consciência, segundo o autor, enquanto “é” e não enquanto é “conhecida”. Por fim, a ipseidade se fundamenta no caráter próprio da consciência de *ser* enquanto é “consciência (de) alguma coisa”, ou seja, não se dá de antemão como pronta, mas depende antes de uma relação de ‘dupla implicação’ entre consciência e mundo.

Μουσική (Mousiké) e ποίησις (poiesis) na gênese da πόλις platônica

Ademir Souza dos Santos
Doutorando/UFSCar

cassiel_ba@
hotmail.com

Orientadora
Dra. Eliane Christina
Souza

Palavras-chave
Platão; *República*;
Μουσικ; *ποίησις*.

Com o intuito de entender melhor o pensamento platônico, alguns pensadores, como por exemplo, L. Robin e Vincent Descombes, sugerem um caminho inusitado: evitar os Diálogos (porque estes não conteriam a doutrina de Platão) e recorrer àquilo que os discípulos do filósofo escreveram sobre o “platonismo”. Na contramão dessa abordagem Schleiermacher defende que é *conditio sine qua non* debruçar-se sobre o texto e dele extrair o máximo possível, ou seja, o verdadeiro pensamento do autor. Nesse caso, o cotejo com o grego clássico seria fonte segura para não apenas evitar possíveis erros, como também para aproximar-se das ideias produzidas pelo criador da Academia. Primeiramente, analisaremos essas duas perspectivas e ressaltaremos os motivos que nos levaram à escolha da segunda via (apresentada por Schleiermacher). Em seguida, buscaremos compreender a relação da *Μουσική (Mousiké)* e da *ποίησις (poiesis)* na gênese da *πόλις (pólis)* platônica, bem como a relevância dessas duas classes de palavras no Livro II da *República*. Feita essa investigação, procuraremos estabelecer conexões com um dos principais pontos que emerge nesse Diálogo, a saber, como definir precisamente o que seria a Justiça e qual seria o seu papel na formação dos cidadãos atenienses. Com isto, procuraremos enfatizar que a linguagem poética em Platão não é um mero recurso, que sua concepção de poesia e o seu plano político-filosófico coadunam-se de maneira indissociável.

A Tipologia do *idiota* de Dostoiévski na formulação da cristologia nietzschiana

**Adriano Geraldo da
Silva**

Mestrando/USP

adrianogeraldo87@
yahoo.com.br

Orientador

Dr. Juvenal Savian Filho

Palavras-chave

Cristologia; tipologia;
idiota; Jesus.

Em sua obra *O Idiota*, Dostoiévski desenvolve, a partir de sua personagem central, o príncipe Míchkin, uma tipologia que encarna uma perfeição ideal capaz de fascinar o leitor, cuja inspiração principal seriam as figuras de Jesus e Dom Quixote. Fortes indícios mostram que Friedrich Nietzsche, filósofo alemão, teve contato direto ou indireto com essa obra, cujo teor lhe afetou profundamente. É a partir da figura e dos caracteres do príncipe Míchkin que Nietzsche desenvolve uma tipologia do Redentor, que, por sua vez, serve de fundamento para o desenvolvimento de uma “cristologia”. O objetivo da presente pesquisa se situa em torno de duas questões principais: em que medida teria Nietzsche sido influenciado por parte da obra de Dostoiévski e de sua personagem, o príncipe Míchkin? Como essa cristologia do Idiota se contrapõe à cristologia oficial do cristianismo? Para responder a essas questões, destacaremos as características principais do príncipe Míchkin, descritas na obra *O Idiota* de Dostoiévski, bem como a tipologia desenvolvida por Nietzsche em sua obra da maturidade, *O Anticristo*, e as intercorrelações entre ambas as construções. De acordo com as pesquisas preliminares, a leitura de Nietzsche sobre Dostoiévski lhe permitiu elaborar uma cristologia paralela à oficial, distinguindo a figura de Jesus do movimento cristão, que teria seu início com Paulo. Esta leitura feita sobre a obra nietzschiana, cuja influência principal é Dostoiévski, permitirá uma melhor compreensão de sua crítica ao Cristianismo enquanto movimento que se distancia gravemente do seu evento fundamental: Jesus.

A Hermenêutica na fundamentação da objetividade dos objetos: Heidegger e a origem metafísica do processo de objetificação.

Adriano Ricardo Mergulhão
Doutorando/UFSCar

adrianomergulhao@yahoo.com.br

Orientador
Dr. Paulo Roberto Licht dos Santos

Palavras-chave
Heidegger; objetividade; imaginação; neokantismo.

Martin Heidegger, no final dos anos 20, propôs uma linha hermenêutica de interpretação, tão inovadora quanto polêmica, da obra “*Crítica da Razão Pura*” de Kant. Iremos expor o modo pelo qual seu livro de 1929 “*Kant e o problema da metafísica*” e seu seminário do semestre de inverno de 1927/28 intitulado “*Interpretação fenomenológica da Crítica da Razão Pura de Kant*”, modifica violentamente o tradicional conceito de *Objetividade (Gegenstandlichkeit)* ao atribuir um papel mais relevante para a intuição no processo de fundamentação da *objetividade dos objetos*. Ao redefinir a ordem das relações que se estabelecem entre as faculdades do *entendimento* e da *intuição*, inferindo que tais fontes do conhecimento possuem uma raiz comum na imaginação, Heidegger extrai do projeto crítico uma leitura que transforma a lógica transcendental em uma ontologia fundamental. Argumentaremos que os motivos que o levaram a defender tais posições relacionam-se diretamente com sua afronta com as propostas epistemológicas de leitura da escola Neokantiana de Marburgo, a qual dominava o ambiente acadêmico do período. Neste sentido, afirma Heidegger que: “A interpretação da obra de Kant, feita pela escola de Marburgo ia mesmo tão longe que apagava a intuição como corpo totalmente estranho à *Crítica da Razão Pura* (...). Todas estas interpretações incorretas (...) tiveram como resultado que o significado desta obra, quanto à única questão que verdadeiramente lhe está ligada, a questão acerca da possibilidade de uma metafísica, nem foi corretamente avaliada nem, sobretudo, tornada criadoramente fecunda.” (“*Que é uma coisa?*” p. 144). Demonstraremos que um caminho para a compreensão de tal proposta Heideggeriana, estaria no reposicionamento dado ao conceito de *Objetividade*.

Êthos filosófico em Foucault: A História da Loucura

Alessandra Peixoto dos Santos
Mestre/UFRJ.

al_peixoto@
yahoo.com.br

Orientador
Dr. Fabiano de Lemos Britto

Palavras-chave Sujeito;
arqueologia; genealogia;
poder; loucura.

Apresentar a problemática do ser humano desde a sua proposição enquanto sujeito, será nosso ponto de partida. Em seguida, circunstanciar a questão do louco desde essa perspectiva filosófica da subjetividade. Assim, desde Descartes, a pergunta pelo homem e a consequente fórmula do cogito, permitirá, de um lado, a discussão da interioridade radical, e, de outro, levará à intromissão de um cogito excludente da loucura no percurso da dúvida. Em relação a Kant e sua concepção de um sujeito “transcendental”, estruturando toda possibilidade de realidade a partir das categorias do sujeito, nas formas de um conhecimento apriorístico, Foucault representará, justamente, aquele que apresentará uma nova via no papel de superação e independência do sujeito. E, se de um lado tem-se o louco apartado do convívio social em Descartes e sua dúvida, na época de Kant esse mesmo louco deverá ser evitado como um monstro. A partir de suas pesquisas em A História da Loucura e, também em Microfísica do Poder, Foucault pretenderá desmistificar esse lugar do saber-poder instituído nas práticas médicas psiquiátricas, desde que as mesmas instituíram também os internamentos, e não o inverso, conforme podia-se imaginar. Assim, nesse sentido de uma busca ampliada por parâmetros mais específicos de compreensão do homem e sua produção de saber, Foucault problematizará o caráter histórico de todo conhecimento, estabelecendo, então, uma hermenêutica e uma construção deste em bases menos fixas e contingentes. Suas proposições sistemáticas e metodológicas serão as da arqueologia e a da genealogia, estabelecendo a superposição de camadas históricas à suposição do saber, e, de outra forma, apresentando o entrecruzamento necessário entre as esferas das relações entre saber e poder. A História da Loucura se propõe a percorrer as diversas configurações arqueológicas, assim, a análise de Foucault não se detém na esfera dos discursos, mas vai até onde os espaços institucionais designados aos loucos, ao longo da História, vão se tornando também um saber, significando este a radicalização de um processo de dominação do louco.

A redução fenomenológica e o não-ser

André Dias de Andrade
Doutorando/UFSCar

andre8ada@gmail.com

Orientador

Dr. Luiz Damon Santos
Moutinho

Palavras-chave Husserl;
redução; essência; não-
ser; Merleau-Ponty.

No tratamento que recebem de Husserl as noções de “nada”, “não-ser”, “não-sentido” são correlatas em pelo menos um aspecto: trata-se sempre de rejeitá-las ou de mostrar sua derivação em relação ao sentido positivo do fenômeno, tendo elas uma utilidade limitada para a teoria do conhecimento. Mas, para além da recusa inicial, é possível pensar como o procedimento inaugural da fenomenologia – a *epoché* – necessita conservar um sentido para a ideia de não-ser ao estabelecer seu escopo de investigação. Para uma tal leitura será preciso pensar a fenomenologia a partir de um escopo crítico que a princípio lhe é exterior, pois como afirma o próprio Husserl, a questão do não-ser e do não-sentido se delimita por aquela concernente às estruturas de sentido possíveis; bem entendido, a de uma fenomenologia transcendental. Para tanto, segue-se a leitura de Renaud Barbaras na medida em que aponta como a crítica à ideia de nada – via Bergson – é incorporada por Merleau-Ponty no sentido de reelaborar o campo da fenomenologia para além daquele estabelecido por Husserl. Assim, junto da tese husserliana de que toda experiência tem origem numa intuição que pode ser considerada quanto à sua essência, atua em filigrana a tese de que o sentido se dá sobre o fundo de não-sentido; de que tudo o que “é” se contrapõe a um “nada”. Em primeiro lugar, observamos a *construção* desta noção de essência, tendo em vista que a conservação da tese do não-ser, como pressuposto não examinado na redução fenomenológica, permite conferir uma determinação plena ao sentido e caracterizá-lo de forma essencial. Num segundo momento consideramos a *crítica* à noção de essência e sua *reelaboração* em Merleau-Ponty. Se tal questão está na base da fenomenologia como método eidético, contra a “visão de essência” Merleau-Ponty propõe uma dimensão de “invisibilidade” para o campo fenomenal.

A Ideia de Beleza é ela mesma bela? - alguns apontamentos sobre Formas platônicas

André Luiz Braga da Silva

Doutorando/USP

andrebragart@
yahoo.com.br

Orientador:

Dr. Roberto Bolzani
Filho

Palavras-chave

Ontologia; ideias;
formas; república;
Platão.

Em *Tópicos* 137b3-13, Aristóteles traça duas perspectivas diferentes nas quais uma Ideia (ou Forma) inteligível platônica pode possuir determinada qualidade. Essa duplicidade de vieses permitiria afirmar, segundo ele, que a Ideia possui e não possui a mesma propriedade – de acordo com a perspectiva que, em cada afirmativa, estivesse sendo considerada. Nos anos 60 e 70 do último século, pesquisadores de 'grosso calibre', como G. Vlastos (1965, 1966, 1970, 1971a e 1971b), G. E. Owen (1968) e D. Keyt (1969 e 1971) apresentaram importantes estudos sobre esta matéria, nos quais analisaram a fundo a distinção traçada pelo estagirita. Nesse ínterim, estes estudiosos acabaram também por desenvolver aqueles que seriam seus próprios e fundamentais conceitos para análise da ontologia platônica: “atributos ideais”, “atributos próprios”, “Distinção-P”, “Predicação Paulina”, “Predicação Ordinária” e “Autopredicação”. A partir disso, no começo da década de 80, G. Santas apresenta o seu artigo sobre o símile do Sol na *República* (1983), no qual se apropria desse aparato conceitual e dessas análises para brilhantemente arguir pela defesa de uma interpretação singular e original do papel e função da Ideia de Bem no pensamento 'metafísico' do fundador da Academia. Na leitura de Santas, afirmativas ontológicas problemáticas contidas na passagem do Sol (*República* VI 508b12-509c4) corresponderiam *ipsis litteris* à posição do autor, Platão, no período de sua produção intelectual em que ocorreu a composição da *República*, uma vez que tais afirmativas seriam plenamente harmonizáveis com passagens igualmente problemáticas de outros diálogos, já apontadas precisamente pelos estudiosos supramencionados. Tendo isso em mente, os objetivos da presente comunicação serão:

- i) apresentar e explicar os aludidos conceitos que aqueles autores, a partir de Aristóteles, estabeleceram para análise da ontologia platônica;
- ii) avaliar a compatibilidade de tais conceitos com a própria ontologia que emana dos diálogos; e
- iii) avaliar a legitimidade do uso que Santas faz deles para interpretar o papel da Ideia de Bem no pensamento do autor dos diálogos.

Pulsão, agressividade e tendência à descarga em Freud, de *Pulsões e seus destinos* a *Além do princípio do prazer*

André Santana Mattos
Doutorando/UFSCar

and_mat@hotmail.com

Orientador

Dr. Luiz Roberto
Monzani

Palavras-chave

Freud; pulsão; pulsão de
morte; agressividade.

Com a introdução do conceito de “pulsão de morte” (*Todestrieb*) na obra de Sigmund Freud, em *Além do princípio do prazer*, de 1920, são aproximados dois conjuntos temáticos que antes não estavam explicitamente articulados: a agressividade e a tendência à descarga. A partir de 1920, a agressividade será pensada por Freud como uma expressão da pulsão de morte, sendo esta concebida ao mesmo tempo como a origem da tendência à descarga que se expressa nos conceitos de princípio de Nirvana e princípio de prazer. Com o fim de examinar uma amostra das transformações teóricas no pensamento de Freud, revisitaremos aqui o artigo metapsicológico *Pulsões e seus destinos*, de 1915, onde a conceituação da agressividade, circunscrita no sadismo, masoquismo e no ódio, vem estabelecer a sua sede nas pulsões de auto-conservação, enquanto a tendência à descarga, que se expressa sobretudo na função do sistema nervoso em livrar-se de excitações, não é explicitamente vinculada a determinada classe de pulsões enquanto seu princípio explicativo. Em *Além do princípio do prazer*, contudo, há uma modificação significativa destes dois conjuntos temáticos em sua relação com a teoria das pulsões, que, ela mesma, é o centro do rearranjo teórico que ocorre com a introdução da noção de pulsão de morte.

Anselmo e Descartes: argumentos ‘ontológicos’ para a existência de Deus

Andrei Pedro Vanin
Mestrando/UNIFESP

andrei_vanin@
yahoo.com.br

Orientador
Dr. Cesar Ribas Cezar

Palavras-chave
Anselmo de Aosta;
Descartes; argumentos
para a existência de
Deus; ontologia.

O texto objetiva analisar os dois principais argumentos ditos ‘ontológicos’ da existência de Deus. O primeiro argumento a ser analisado encontra-se na obra *Proslogion* de Anselmo. Ali Anselmo prova de modo válido, através de um argumento de *modus ponens* operando por *reductio ad absurdum*, a existência “do algo do qual nada maior pode ser pensado”, mas enfrenta dificuldades ao ligar tal expressão com o nome ‘Deus’. Essas dificuldades, contudo, podem ser amenizadas ao se explicitar os dois princípios constituintes da ontologia no argumento anselmiano: o princípio da ordem entre o ser *in intellectu* e *in re*, e o princípio da ordem entre necessidade e contingência do ser. Através disso, explicita-se o motivo de Anselmo partir de uma modalidade *de dicto* na tentativa de provar a existência de Deus. O segundo argumento a ser analisado encontra-se nas *Meditações sobre Filosofia primeira* de Descartes. Na quinta meditação Descartes constrói o argumento para a existência de Deus partindo de uma analogia com o método da geometria, definindo a existência como uma propriedade necessária para a máxima perfeição de Deus. Pressuposição elementar para o funcionamento da prova de Descartes é a noção de ideia inata, pela qual seria possível conhecer a essência de Deus, e derivar sua existência necessária. Explicita-se como o argumento de Descartes leva em conta as críticas de Tomás de Aquino ao argumento de Anselmo, e a importância da noção de realidade formal para o funcionamento da prova, evidenciando também o motivo pelo qual Descartes parte de uma modalidade *de re* na tentativa de provar a existência de Deus. Já nas considerações finais veremos no que consiste a diferença entre os dois argumentos, procurando apontar porque nenhum dos dois não resistem as críticas de Kant empreendidas na obra *Crítica da Razão Pura*.

Notas sobre o Papel da Virtude do Caráter e da Phronesis na Ethica Nicomachea

Angelo Antonio Pires de Oliveira
Mestrando/ UNICAMP

angeloantoniopiresdeoliveira@yahoo.com.br

Orientador
Dr. Lucas Angioni

Palavras-chave
Phronesis; prohairesis; virtude do caráter.

Na Ethica Nicomachea, Aristóteles faz as seguintes afirmações "o fim (telos) não é objeto de deliberação, mas aquelas coisas que conduzem ao fim (ta pros ta tele)" (1112b33-34) e que "a virtude (he arete) faz o alvo (ton skopon) ser correto, ao passo que a phronesis faz ser correto aquilo que leva ao alvo" (1144a7-9). Um problema que se coloca com essas afirmações é que os fins adotados por um agente moral não parecem ser objetos de escolha racional, uma vez que a deliberação, um procedimento racional, está fadada a lidar apenas com as coisas que conduzem aos fins, enquanto que os fins, por seu turno, são da alçada da virtude do caráter, que é descrita por Aristóteles como uma virtude da parte não-racional da alma. À primeira vista, a tese é contraintuitiva, pois costumamos pensar que os fins que um agente moral persegue são escolhidos por meio de algum procedimento racional. O objetivo da nossa apresentação será compreender qual o alcance de tais afirmações feitas por Aristóteles e se uma interpretação prima facie das passagens citadas se sustenta ao longo do texto aristotélico. Para tanto, faremos uma exposição das noções de virtude do caráter e phronesis, como elas se articulam na delimitação dos fins e das coisas que conduzem ao fim (ta pros ta tele) e de que maneira deve ser compreendido o papel de ambas na elaboração da escolha deliberada (prohairesis).

“Civilisation” e “Kultur”: uma chave de leitura dos “Discursos de guerra” de Bergson

Bruno Batista Rates
Doutorando/UFSCar

bbrates@gmail.com

Orientadora

Dra. Débora Morato
Pinto

Palavras-chave

Bergson; guerra;
civilização; cultura;
natureza.

Durante a Primeira Guerra Mundial o filósofo francês Henri Bergson se engaja profundamente na defesa do seu país, seja através de discursos, alocações, cartas e resenhas, seja através de missões diplomáticas na Espanha e nos Estados Unidos. O vasto conjunto de textos produzidos por ele neste período foi denominado pela fortuna crítica de “Discursos de guerra”. No entanto, longe de constituírem-se somente como textos meramente “documentais” ou “panfletários”, eles representam uma etapa imprescindível do seu percurso filosófico. Nossa comunicação tentará esclarecer os usos feitos por Bergson do termo “Civilisation” neste contexto, sua utilização contraposta ao homólogo alemão “Kultur”, e a ressonância desta discussão na maturação dos conceitos de “homem” e “natureza” entre 1907 e 1932, ou seja, entre *A evolução criadora* e *As duas fontes da moral e da religião*.

Aristóteles e o problema do erro: O papel da phantasia na psicologia aristotélica.

**Bruno Jurgensen
Florenciano**
Mestrando/UFSC

Orientadora
Dra. Cláudia Pelegrini
Drucker

Palavras-chave: Erro;
fantasia; Aristóteles;
representação; conteúdo
mental.

O presente projeto de pesquisa visa delinear o papel da phantasia na psicologia aristotélica, tal como apresentada nos tratados sobre a alma, através da relação entre a phantasia e o problema do erro. A phantasia é uma das capacidades da alma mais fundamentais, pois o phantasma produzido por ela é uma condição necessária para a memória, para a realização da função intelectiva e pode, além disso, substituir o objeto de desejo na capacidade desiderativa. O problema do erro emerge da constatação do fato de que possuímos conteúdos em nossos estados mentais que não fazem referência a objetos reais, o que, conseqüentemente, afeta de diversas maneiras o modo como agimos, pensamos, desejamos, entre outros. Consiste na necessidade de apresentar uma solução causal que seja capaz de explicar o modo que tais conteúdos se originam, essa explicação causal passa, portanto, pela apresentação de uma capacidade da alma que seja capaz de possuir conteúdos tanto verdadeiros quanto falsos e essa capacidade será a phantasia. Dessa maneira, escolhemos o problema do erro como guia condutor da pesquisa pretendida, pois nos permite analisar as demais funções desempenhadas por essa capacidade, sem que, por isso, percamos de vista o objetivo central, a solução do problema levantado.

O problema das formas em *Teoria do Romance* e a finalidade estética para um reencontro com a Totalidade: Apontamentos para uma relação entre Lukács e Schiller

Bruno Moretti Falcão Mendes

Doutorando/ UNIFESP

brunomorettifm1981@gmail.com

Orientador

Dr. Luciano Ferreira Gatti

Palavras-chave

Lukács; Teoria do Romance; formas literárias; Schiller; totalidade.

O trabalho em questão visa compreender a função da arte na estética do jovem Lukács, com acento especial em *Teoria do Romance*, tratando-se de situar a finalidade estética em meio ao percurso intelectual do filósofo húngaro em uma possível interlocução com a estética schilleriana, no que concerne à arte em suas possibilidades de formação [*Bildung*] e conciliação entre a objetividade e subjetividade, sob o prisma da totalidade. Tal finalidade estética, em linhas gerais, pode ser posta como a tentativa reparadora da unidade substancial, extensiva e orgânica no vínculo da objetividade do mundo externo com a subjetividade do sujeito. O autor de *Teoria do Romance* nos conduz para a explicitação das formas artístico-literárias como substrato para um desdobramento de uma histórica da filosofia e uma formulação ética fundante que deveria corresponder ao vínculo substancial entre sujeito e objeto. Será o utopismo metafísico encarnado na figura de Dostoiévsky, nas páginas finais do livro, a esperança depositada para um reencontro com a essencialidade humana perdida, nos termos de criação de um novo mundo de valores em oposição ao corrompido mundo empírico. Schiller, em meio ao contexto idealista e romântico da estética alemã em fins do século XVIII, já havia atribuído à arte uma função restauradora da unidade total do espírito humano, tão fragmentado na modernidade, em contraposição ao gênero épico dos antigos. A forma poética para Schiller deveria conferir à humanidade a mais plena expressão, e essa plenitude seria “elevar a realidade ao ideal”, conjugando o objeto do “poeta ingênuo” com a elevação ao ideal pela razão, do “poeta sentimental”. Em *Educação Estética do Homem*, Schiller estabelece um *Sollen* artístico como possibilidade de formação, em contraposição ao espírito da modernidade, que, assim como Lukács destacaria mais de um século depois, seria tomado pela fragmentação entre o sujeito e o objeto.

Espaço literário no conto “Quadraturin”, de Sigismund Krzyzanowski

Caio Souto

Doutorando/UFSCar

caiosouto@gmail.com

Orientadora

Dra. Thelma Lessa da
Fonseca

Palavras-chave

Conto; espaço literário;
Kryzanowski.

O conto “Quadraturin”, de autoria do ucraniano Sigismund Krzyzanowski (1887-1950), narra a sorte de um personagem - Sutúlin - que recebe a visita de um vendedor que lhe apresenta uma loção que serve para aumentar os ambientes em que é aplicada, produto chamado *quadraturin*. Ao utilizá-lo, Sutúlin assiste à expansão desproporcional de seu próprio quarto, antes minúsculo como uma caixinha de fósforos. O grito final do personagem nesse espaço que o engole, que também é o espaço da própria literatura, permite que a palavra abstraia-se desse espaço que se revela infinito e se replique sobre o seu exterior: para fora do quarto e para fora do espaço literário. No entanto, é apenas dentro desse espaço que seu grito se faz ouvir, replicando-se sobre si mesmo num gesto auto-reflexivo. Propomo-nos analisar essa tentativa à luz da formulação de uma teoria do *espaço literário* por Blanchot e Foucault.

Metafísica e História em Sartre

Carlos Eduardo de Moura

Doutorando/UFSCar

cemoura73@
gmail.com

Orientador

Dr. Luiz Roberto
Monzani

Palavras-chave

Metafísica; história;
fenomenologia;
ontologia.

O texto tem como ponto de partida a *fenomenologia* que, por meio do conceito de *intencionalidade*, permite mostrar uma consciência inserida, mergulhada e comprometida com a “opacidade do real” para, posteriormente, se pensar 1º) no *cogito* em toda a sua absoluta riqueza concreta e 2º) na compreensão da “essência” da consciência e da própria estrutura do Mundo – que caminhará para uma *interrogação* (“interrogação metafísica”) do homem em relação a si mesmo e à realidade enquanto atitude humana à luz do *ser* e do *não-ser* (seja nos limites de seu engajamento ou nas “malhas do determinismo”). Tratar-se-á, deste modo, de colocar a Metafísica em Sartre como uma maneira pela qual se poderá afirmar a *realidade* dos homens sob a perspectiva da primazia da consciência, mas sem abandonar a vida real (concreta) por algum estatuto abstrato: eis a estruturação da relação do *ser-para-si* com o *ser-em-si* como *tensão*, como *História* e como *liberdade* e *determinação*. É o que se procurará aqui defender.

As Memórias e a ideia de simultaneidade

Cátia Cristina B. de Almeida

Doutoranda/USP

catiabenevenuto@
icloud.com

Orientador

Dr. Homero Santiago

Palavras-chave

Memória;
simultaneidade; conexão.

Falar em simultaneidade na filosofia de Espinosa nos faz imediatamente pensar em termos da relação da mente com o seu corpo, que justificaria uma recusa a teoria do paralelismo, para sustentar uma relação de simultaneidade entre pensamento e extensão. Essa correlação que então envolve a identidade entre a ordem e a conexão das ideias e das coisas, nos leva a refletir sobre um outro processo de coisas e ideias: a memória, que como diz Espinosa, não é outra coisa senão um engendramento de ideias que se passa entre o corpo e sua mente. Todavia, esse engendramento que bem pode ser pensado em termos de um “sistema de conexões”, também permite que a memória seja assegurada, uma vez que é necessário que o façamos para poder justamente recordar, instituir, mudar, reconfigurar e etc. Com efeito, são conexões “aparentemente” singularizadas, pois cada um de nós conecta-se com as coisas, com o mundo de maneira particular. Pois, não somos, em certa medida, responsáveis por nossas conexões? Em verdade, digo em certa medida, porque é quanto a esse aspecto das conexões, sobretudo das conexões simultâneas que eu gostaria de refletir e que irá de encontro com uma das questões que venho trabalhando: de que muito provavelmente não podemos mais pensar no substantivo memória no singular na filosofia de Espinosa, mas sim memórias, uma vez que é justamente devido a ideia de simultaneidade que nos projetamos muito detidamente ao fato de que não há espaço para assegurarmos que existam relações “puramente” individuais, uma impenetrável a outra, mas sim um emaranhado de ligações em rede que nos permite memorizar, rememorar e constituir uma história. Assim, nossa singularidade seria marcada muito mais pela repercussão das nossas memórias, do que propriamente por elas. É sobre essas questões que queremos convidá-los a pensar.

Um exercício de escrita: entre conceitos e criação

Cesira Elisa de Fávani
Mestranda/UNESP

cesira_favari@
yahoo.com.br

Orientadora
Dra. Paula Ramos de
Oliveira

Palavras-chave Escrita;
conceitos; criação.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar resultados parciais da pesquisa de mestrado intitulada “Um exercício de escrita: entre conceitos e criação”. Pertencente ao Programa de Pós-graduação em Educação escolar da FCLAr, seu objeto parte do estudo do texto “Carta a Ernest” resultado de um exercício da disciplina optativa “Filosofia com crianças” oferecida pelo curso de Pedagogia da FCLAr. Sob a orientação de escrever uma carta a uma criança, tal tarefa de escrita surgiu paralelamente à leitura de *A Câmara Clara* de Roland Barthes (1984), obra inicial para pensar a escrita como um caminho, sobretudo, quando se defende a criação e a apropriações de palavras para movimentar o pensamento. Desta obra nos apoiamos no conceito *punctum* para embasar a escrita como afeto, como desejo e principalmente como ponto de fuga para movimentar nossa escrita. Consequentemente, pelo caminho que se iniciou para pensar a carta e o ato de escrever sobre ela, fomos ao encontro da perspectiva da filosofia como criação de conceitos desenvolvido por Gilles Deleuze e Félix Guattari. Para tanto, por esse embasamento teórico, através dos termos “conceito”, “plano de imanência” e “personagem conceitual”, pretendemos ampliar ainda mais o sentido de *punctum* que inicialmente foi responsável por uma relação com a escrita que se demora em ser entendida devido à potencialidade de criação que está envolvida. Afinal, o que fez com que a escrita de uma carta se tornasse tão importante, ao ponto de escrevermos até o momento sobre ela? Estabelecemos, portanto, a hipótese de que o *punctum* Ernest desencadeou a escrita de forma vital na carta, mas que o pensamento parece mudar seu foco não mais ao que propriamente significa o conceito *punctum*, mas à forma como foi criado por Roland Barthes em *A Câmara Clara*. A carta já estava escrita e a compreensão do termo *punctum* aparentemente satisfeito. Mas o “afeto” não estava findado, ele parecia escapar da fotografia para convergir-se no objeto escrita. O novo *punctum* agora é a experiência de escrita da carta e a experiência de falar sobre ela, derivado do encantamento da criação.

A certeza sensível na *Fenomenologia do Espírito* de Hegel

Claudeni Rodrigues de Oliveira

Doutorando/UFSCar

claudenirodrigues@
hotmail.com

Orientador

Dr. José Eduardo
Marques Baioni

Palavras-chave

Certeza sensível;
verdade; saber imediato.

A certeza sensível ocupa na *Fenomenologia do Espírito* de Hegel o momento do saber imediato. Na condição de primeira figura da consciência, ela acredita possuir a verdade, e, nesse sentido, não admite nenhuma outra que não seja a própria verdade. Nesse momento da *Fenomenologia do Espírito* a consciência enquanto certeza sensível acredita apreender o objeto e nada deixar de fora, e, por esse motivo, ela se vê como a detentora do mais rico conhecimento. Desse modo, enquanto saber imediato, é através da própria certeza sensível que a consciência inicia o seu itinerário. Mas, se por um lado a certeza sensível se apegou ao objeto, e nada mais admite de negativo que possa contrariar suas convicções, de outro, essa verdade que acredita possuir se revelará no seu oposto e a sua verdade chegará ao fim. Nesse sentido, o objetivo principal do trabalho será destacar porque a certeza sensível, nesse momento da *Fenomenologia do Espírito*, acredita possuir a verdade, e em que medida ela se revelará como o saber mais abstrato.

Alguns aspectos da solução cética ao Paradoxo de Kripkenstein: sobre a dimensão social do significado

Daniel Soares da Silva
Doutorando/ UNIFESP

daniel2s1@
hotmail.com

Orientador
Dr. Plínio Smith

Palavras-chave
Kripke; Wittgenstein;
significado;
comunitarismo.

Em *Wittgenstein on Rules and Private Language (WRPL)*, Kripke examina um paradoxo sobre o significado e a sua solução, que estariam ambos contidos nas *Investigações Filosóficas (IF)*, de Wittgenstein. Nem o paradoxo nem a resposta devem ser identificados de imediato como sendo a posição do próprio Kripke acerca de tais temas. Da mesma forma, não se trata exatamente da elaboração de uma exegese a respeito da obra de Wittgenstein, mas sim da exposição de um argumento ou problema, de natureza cética, suscitado pelas considerações das *IF*. Por isso, alguns vão atribuir as visões desenvolvidas em *WRPL* a um fictício Kripkenstein, prática que adotarei para fins de simplificação. Nesta comunicação, considerarei, em primeiro lugar, em que consiste o paradoxo cético. Em seguida, passarei em revista brevemente os principais candidatos à solução direta apresentados em *WRPL*, os quais procuram – cada um a seu modo – apresentar algum fato capaz de determinar o significado. Finalmente, concluirei analisando alguns traços da solução cética favorecida. O objetivo é destacar exatamente de que modo o reconhecimento da centralidade do âmbito social reside na própria solução cética ao paradoxo, a qual, com base numa perspectiva comunitária da linguagem, destaca – via condições de assertibilidade – o papel dos demais utentes da língua no uso das palavras por um falante.

Bioética: uma fundamentação filosófica baseada em argumentos de Jürgen Habermas

Danilo Persch

Doutorando/UFSCar

dan.persch@
bol.com.br

Orientador

Dr. Wolfgang Leo Maar

Palavras-chave

Bioética; Habermas;
eugenia negativa;
eugenia positiva.

O intuito principal do presente texto empreende uma tentativa de reconstrução dos argumentos filosóficos de Jürgen Habermas em relação à questões de bioética. O trabalho estará constituído de duas partes, em que inicialmente se procederá com uma contextualização histórica (ampla e geral) sobre os conceitos: ética e bioética. No segundo momento centrar-nos-emos no que Habermas escreve mais especificamente sobre bioética, destacando problemáticas relacionadas à manipulação do genoma na vida pré-natal de pessoas, ao que ele compreende por eugenia liberal. Para Habermas, o ideal seria que todos constituíssem sua identidade de forma natural, sem interferência no genoma. Mas como as atuais tecnologias genéticas permitem essa interferência no que constitui o cerne do “ser pessoa”, ele argumenta em torno da necessidade de uma normatização para tais práticas. Uma vez normatizadas, ele se posiciona favorável ao uso da técnica genética para fins terapêuticos, ao que é compreendido por eugenia negativa, mas sempre tem se posicionado de forma contrária em relação ao uso da tecnologia genética com intuito de aperfeiçoamento da espécie humana, ao que é denominado de eugenia positiva. Sua justificativa, nesse sentido, é de que tais interferências podem comprometer toda história de vida do indivíduo afetado, sobretudo sua liberdade, sua autonomia e responsabilidade.

Ações, causas e razões: sobre uma suposta “teoria kantiana da ação”

Darley Alves Fernandes
Mestrando/UFG

darley_alf@
hotmail.com

Orientador
Dr. Hans Christian Klotz

Palavras-chave
Ações; causas; razões;
explicação; justificação.

Tornou-se bastante comum explorar a partir da filosofia kantiana temas que não receberam uma atenção minuciosa do próprio filósofo por não fazer parte de seu objetivo central. Na filosofia especulativa, por exemplo, são feitas abordagens e discussões analíticas e na filosofia prática investiga-se, entre outras coisas, o caráter compatibilista ou incompatibilista de sua teoria moral. Nesta comunicação exploraremos aspectos que são comuns às ‘teorias da ação’ contemporâneas, a saber, a relação entre ações, causas e razões. Contudo, tomaremos de premissa basilar dessa análise o ilustrativo e mitigado exemplo kantiano da mentira maldosa, exposto no final da **Dialética transcendental – Crítica da razão pura** – e a respectiva distinção feita entre “causas determinantes” e “razões determinantes”. Nessa breve narrativa hipotética, Kant demonstra a necessidade de diferenciar as “causas determinantes” e as “razões determinantes” da ação. Por meio das causas determinantes podemos compreender e explicar o ato a partir de conjecturas que remontam toda a série causal do evento. Tais “causas determinantes” não possuem valor probatório, isto é, o conjunto das explicações não culmina numa conclusão justificatória – tudo que descobrimos são as causas empíricas da ação, sejam sociais, históricas ou psicológicas. Para justificar a plausibilidade da ação é preciso expor as “razões determinantes”, essas razões não são apreensíveis a investigação empírica, único modo pelo qual podemos avaliar as ações humanas, por isso, elas só podem ser inferidas. As “razões determinantes” explicitam o próprio raciocínio prático do agente, os aspectos normativos e motivacionais da ação. Queremos a partir dessa discussão, ver de que modo é possível falar de uma “teoria kantiana da ação”, ou seja, uma teoria que nos permita compreender a estrutura do agir, suas funções e operações, suas regras e princípios e seus fundamentos formais e matérias.

Desenvolvimento da ideia de Sensibilidade no *Sonho de d'Alembert* de Diderot

**David Ferreira
Camargo**
Mestrando/UFSCar

cabodvd@gmail.com

Orientador
Dr. Luís Fernandes dos
Santos Nascimento

Palavras-chave
Diderot; sensibilidade;
materialismo;
espiritualismo.

Diversas teorias que vieram a luz no século XVIII acerca dos seres vivos são de algum modo sintetizada na trilogia de diálogos escrito por Diderot nos anos de 1769. O *Diálogo entre d'Alembert e Diderot*, o *Sonho de d'Alembert* e a *Continuação do Diálogo* discutem a ideia de sensibilidade que pretende explicar o surgimento dos seres vivos e a ação e reação dos animais através da organização da matéria. A ideia de sensibilidade é desenvolvida e sobre ela repousa a possibilidade de um ser vivo pensar. Mas, paradoxalmente, todas as observações das propriedades da matéria, o discurso que pretende explicar a vida e a geração dos animais são ideias desenvolvidas pelo pensamento e expresso em uma linguagem. Assim, as qualidades do espírito é o que faz conceber o mundo. Curiosamente, há uma tensão entre um mundo interior do sonhador, ou do homem que medita, e o mundo exterior. O problema que nos apresenta é saber qual é o limite da extensão de nossos juízos, isto é, até onde esse mundo sonhado pelo espírito pode ter relação com algum fenômeno fora dele. A sensibilidade em Diderot parece ser essa ponte que faz, de algum modo, ligar o ser senciente ao que está em torno dele.

Desvelamento e Técnica em Heidegger

**Deborah Moreira
Guimarães**
Mestranda/UNIFESP

deborahkiedis@
bol.com.br

Orientador
Dr. Luciano Codato

Palavras-chave Técnica;
desvelamento; verdade;
ontologia fundamental.

No considerado “primeiro período” de sua atividade filosófica, que vai até, aproximadamente, o início da década de 1930, Heidegger buscou elaborar uma nova ontologia, que ficaria conhecida por “ontologia fundamental”, na qual estava esboçada a tentativa de se questionar o sentido de ser até então esquecido pela tradição metafísica ocidental. Nesta fase, o sentido primordial de ser fora identificado como a finitude (*Endlichkeit*), marca do horizonte temporal que constituiria o ser-aí (*Dasein*) enquanto ente. Para Heidegger, a finitude seria o sentido de ser que permaneceria velado no ente humano até o despertar de uma tonalidade afetiva fundamental (*Grundstimmung*), assinalando a passagem do apego às formas intramundanas à plena propriedade de ser, condensada na noção de autenticidade. Dessa maneira, o conceito de desvelamento (*Unverborgenheit*) aplicar-se-ia ao ser, ou ao sentido de ser que constituiria o ser-aí. Após a “virada” no pensamento heideggeriano, o desvelamento passou a aplicar-se às coisas de modo geral, à realidade que permeia a existência de todos os entes, inclusive a do ser-aí. Ou seja, para este “segundo” Heidegger, a temporalidade (*Zeitlichkeit*) cedeu lugar à técnica, que passou a ser o modo fundamental de ser do ente humano. Nesse sentido, caberá questionarmos, primeiramente, em que sentido a essência da técnica moderna mostra-se como algo mais metafísico do que propriamente técnico. Em seguida, procuraremos elucidar em que consiste a técnica, enquanto modo de produção que mostra as coisas em si mesmas a partir de um modo-de-ser específico, diferente daquele proposto, por exemplo, na filosofia de *Ser e Tempo*.

Merleau-Ponty e o ensino das ciências no mundo vivido

Denis de Oliveira Silva
Mestrando/UEA

denissilvamestrado@outlook.com

Orientador

Dr. José Camilo Ramos de Souza

Palavras-chave

Merleau-Ponty; ensino das ciências; mundo vivido; percepção.

A epistemologia de Merleau-Ponty, para o mundo das ciências, ajuda resgatar a percepção e o sentir, no mundo vivido, que tem por indicação relações com a significação existencial, cuja, a percepção é o momento que temos para percebê-lo e situarmo-nos como sujeitos. Neste artigo, expomos algumas características do pensamento de Merleau-Ponty, apresentados nas obras *Conversas – 1948* (2004), e *Fenomenologia da Percepção* (2011), na intenção de contribuir com a construção de um ensino das ciências, que tenha a percepção do mundo vivido, como horizontes de possibilidades infinitas de relacionar-se com a existência, do estudante. Onde os estudantes, entendam que a ciência, é a explicação, observação do mundo em construção, que existe porque o ser humano, faz com que tenha significado, que a fonte primária desse saber, são as suas percepções do mundo vivido. Em um mundo que existe, antes de qualquer cientista fazer observação, e coloque-o sobre investigação. Estruturado nas experiências, através do viver do sujeito, na qual dão significação ao mundo, por meio de experiências, permitindo-os aprender algo, a partir de uma visão subjetiva, quando percebem que o que está em torno de suas práticas de vida tem significados sociais, que não são absolutas, nem explicativas em si mesmas, mas, porque possuem sentido no mundo cultural, que talvez não tenham o mesmo significado na ciência. Compreendam, que a existência humana, são relações abertas a múltiplas interpretações, sempre em processo de fazer e desfazer. Dessa maneira, a sala de aula, seja um espaço de construções de significados, de relações existenciais entre os sujeitos, que façam da ciência a expressão segunda desse mundo, como Merleau-Ponty apontou. Situação que o ensino das ciências, estimule os estudantes, a reaprenderem a verem o mundo, a partir da percepção, aproprie-se dos saberes, sabendo que a ciência só tem significação, na relação com a prática de existência humana.

O encontro entre Lucrecio e Spinoza: a tese da imutabilidade do Todo

Diego Ramos Lanciote
Mestrando/ UNICAMP

di_lanciote@
hotmail.com

Orientador

Dr. João Carlos Kfourri
Quartim de Moraes

Palavras-chave:

Spinozismo; epicurismo;
imutabilidade;
materialismo.

O materialismo antigo parece ter exercido grande influência no pensamento de Spinoza, sobretudo, Lucrecio. Considerando a semelhança entre ambos os projetos, tanto da *Ethica*, quanto do *De Rerum Natura*, que buscam através do conhecimento da natureza das coisas um caminho para a conduta humana, é analisado, neste trabalho, tomando como ponto de partida a correspondência entre Spinoza e Boxel, o sentido da citação que o primeiro faz de Lucrecio em sua última epístola. Para então nos determos num dos principais aspectos de confluência entre ambos os autores. Trata-se da tese da imutabilidade do Todo, na qual a rejeição da concepção de *causa prima* como origem, mas não a recusa de uma causa para o Todo, implica a exclusão de qualquer finalismo e hierarquização do universo e estabelece, simultaneamente, a objetividade da natureza. Para tanto, devemos aproximar as noções de *directio dei*, “decreto divino”, “lei divina” e “providência divina” estabelecidos no *Tractatus Theologico-Politicus* e a noção de substância infinita estabelecida na *Ethica* com a concepção de universo lucreciana, este constituído de infinitos átomos e vazio infinito. Neste ponto concernente à imutabilidade do Todo, a relação entre ambas as estratégias de fundação filosófica encontram-se em noções cruciais tais como infinitude, Todo, parte, limite, eternidade e necessidade.

O tédio e a insônia em Emil Cioran

**Diego Rodstein
Rodrigues**
Doutorando/UFSC

di_rodstein@
hotmail.com

Orientador
Dr. Marcos José Muller-
Granzotto

Palavras-chave Tédio;
existência; insônia.

Será o pessimismo uma forma de filosofia? Cioran nos mostra de forma visceral que a existência humana é fadada a um funesto e inverificável sentido. Sua obra levada a aplicação mundana é como um vírus fatal que infecta cada leitor, conceito por conceito corroendo esperanças de uma melhora do dia seguinte. Não há um só momento de calma, a existência se mostra como um mau gosto da matéria numa mescla de tédio e êxtase, sendo o tempo a soma desses dois sentimentos. Mas se engana quem encontra nessa mescla um balanço, vivemos o tempo em seus momentos, momentos constantemente tediosos pela falta de sentido que carregam. Em raras ocasiões vivenciamos o êxtase; débil, provisório e raro, não somos seres alimentados pelos momentos de êxtase. O tédio, ao contrário, nos inunda, consome e dilacera. “Nada nos interessa, nada merece a nossa atenção. O tédio é uma vertigem, mas uma vertigem tranquila, monótona; é a revelação da insignificância universal”(CIORAN, E. Entretiens, p. 29. Paris: Gallimard, 1995.). Inundado por seu tédio, nosso autor vaga pelas noites de Sibiu, cidade localizada na Transilvânia, vivendo uma vida de insone, fato marcante para sua filosofia. A insônia em Cioran ultrapassa o sentido comum e alcança um status reflexivo para o sujeito; o insone é aquele que sofre o tempo em sua plenitude, sem a falsa esperança de um recomeço no dia de amanhã, ele percebe o absurdo completo que é a existência e as dores da existir. A faculdade humana de dormir faz com que a existência se torne suportável, pois nos faz esquecer que nossas vidas são efêmeras e gratuitas, esquecer que o tempo é voraz e sem finalidade. Por fim, Cioran nos apresenta um cenário destrutivo e violento, onde a existência jamais irá se validar e o sujeito vivencia seu tédio e desespero.

A presença da arte na filosofia de Maurice Merleau-Ponty

Edson Lenine Gomes Prado

Mestrando/UFG

contatolenine@gmail.com

Orientadora

Dra. Carla Milani
Damião

Palavras-chave

Arte; filosofia; Merleau-Ponty.

O ponto de partida das pesquisas de Maurice Merleau-Ponty, assim como os resultados aos quais vai chegar, estarão relacionados, podemos afirmar, ao modo como ele interpreta a situação da filosofia enquanto forma de acesso ao mundo em que vivemos e, nesse sentido, a própria filosofia, seus meios de expressão e até mesmo o questionamento acerca de sua possibilidade, são transformados em temas de primeira ordem. Se filosofar é “reaprender a ver o mundo”, a filosofia deve empenhar-se, pois, numa retomada do sensível, numa apreensão da gênese do sentido. Por isso, todo o esforço de redescoberta de nosso contato com o mundo da percepção efetuado em suas primeiras obras, assim como a ampla tematização da ontologia da natureza empreendida nas últimas. E é por isso também que a arte ou a experiência artística, dos trabalhos acadêmicos àqueles escritos que restaram inacabados, vai apresentar-se não só como uma experiência a ser compreendida mas, ainda, a ser seguida. Uma vez que parece possuir a chave ou o segredo da gênese do sentido, a arte passa a ter, para o filósofo, o estatuto de um interlocutor privilegiado, ou ainda, passa a ter como que o papel de guia da filosofia em seu caminho em direção ao sensível.

A prudência mista de Justo LÍpsio na obra de Gabriel Naudé

**Eugênio Mattioli
Gonçalves**

Mestrando/USP

pu2wik@gmail.com

Orientador

Dr. Sérgio Cardoso

Palavras-chave

Prudência política; Justo LÍpsio; Gabriel Naudé.

Em *Considérations Politiques Sur Les Coups d'Etat* (1639), principal texto político de Gabriel Naudé, o libertino erudito desenvolve sua teoria dos golpes de Estado, ações excepcionais às quais um príncipe pode legitimamente recorrer em caso de grande necessidade, sempre em vista do bem comum. No capítulo II da referida obra o autor recorre a Justo LÍpsio, que em *Politicorum sive civilis doctrinae libri sex* (1589) dedica generosa atenção à noção de prudência política, uma das virtudes centrais em seu tratado neo-estoico. Quase escondida, porém, nos capítulos 13 e 14 do livro IV de *Politicorum*, o escrito flamengo apresenta uma espécie diferente de prudência, a qual denomina mista (*prudencia mixta*). Ainda que passe quase despercebida no texto lípsiano, essa discreta noção será não apenas resgatada como reformulada por Naudé, desempenhando papel de destaque na teoria do bibliotecário francês. Dessa maneira, observar brevemente de que modo a prudência mista de Justo LÍpsio aparece no texto naudeano, buscando identificar não apenas o que é mantido mas também o que é alterado pelo libertino, é o escopo desta comunicação.

Dispositivo e biopolítica: para um diálogo entre Foucault e Agamben

Fábio Duarte
Doutorando/UFSC

fahenduarte@
hotmail.com

Orientador
Dr. Selvino Assmann

Palavras-chave
Biopolítica; dispositivo;
poder; genealogia.

A biopolítica é um tema fundamental no debate contemporâneo, apresentando novas leituras e possibilidades de entendimento do político, indo além das categorias e disposições herdadas da tradição da filosofia política. Reinterpretado enquanto conceito principalmente por Michel Foucault, o termo tem, em alguns pensadores contemporâneos, intérpretes fecundos, como, por exemplo, Giorgio Agamben. Na efetivação do debate sobre a biopolítica, desde a segunda metade da década de 70, Foucault apresenta o “dispositivo” como um dos conceitos importantes da genealogia do poder, mesmo sem ter feito uma reflexão metodológica mais contundente. Destaca-se, na análise do termo, a entrevista de 1977, intitulada “Le jeu de Foucault”, pois é neste texto que o filósofo francês tenta explicitar os elementos característicos do conceito. Agamben, por sua vez, toma a Foucault como uma de suas interlocuções fundamentais desde a década de 90, principalmente no bojo da discussão do Homo Sacer. Em um texto intitulado “o que é um dispositivo?”, o pensador italiano busca fazer uma hermenêutica do conceito foucaultiano. Partindo de uma referência à entrevista de Foucault já mencionada, ele assevera que o termo “dispositivo” é um termo técnico decisivo na estratégia do pensamento foucaultiano. Entretanto, desenvolvendo a sua própria perspectiva, volta-se para uma genealogia da “teologia da economia”, mostrando como o conceito dispositivo surge neste bojo. Neste sentido, Agamben assinala a conexão entre o conceito de “dispositivo” de Foucault com essa herança teológica. Além disso, o dispositivo estaria ligado à problemática da subjetivação e estaria inserido em processo desmedido de proliferação no capitalismo atual. Sem a intenção de uma análise exaustiva ou definitiva, o texto ora apresentado teve o intento de relacionar o desenvolvimento do tema nos dois pensadores, explicitando o significado e a riqueza do conceito. Não obstante, a divergência entre eles, os autores alojam-se no desenvolvimento e enriquecimento da biopolítica, permitindo perceber o desenvolvimento desta temática e de sua “presença fecundante” na filosofia política contemporânea.

A secreção do cérebro – O pensamento a partir da visão de dois materialistas do século XVIII

Fábio Rodrigues de Ávila
Mestrando/UNIFESP

fabioc12@
hotmail.com

Orientadora
Dra. Jacira de Freitas

Palavras-chave
Materialismo; cérebro;
sensações; ideias.

A partir da obra de dois autores materialistas do século XVIII, o barão d’Holbach e Cabanis, verificaremos como ambos concebem o plano das ideias a partir de uma perspectiva materialista, ou seja, estabeleceremos as relações entre o mundo das ideias e dos valores que constituem o universo propriamente humano, com a concepção materialista de Natureza, em que esta é vista por eles como constituída do movimento da matéria. A análise de *O Sistema da Natureza*, e de *Relações do Físico e do Moral*, nos direcionará para uma interpretação do plano inteligível a partir de um ponto de vista estritamente físico, onde os autores colocam todo o universo simbólico e constitutivo das relações humanas, desde a linguagem até as instituições sociais, como o resultado de um movimento do cérebro em estabelecer relações entre as impressões sensoriais, as percepções que essas sensações derivam, e as conseqüentes ideias que o aparelho mental formula e que permite ao homem conceber um conjunto de signos que o permita se relacionar e existir com os outros seres, inclusive os da sua espécie, em sociedade. O pensamento é visto, dessa forma, como o diz Cabanis, como uma secreção orgânica do cérebro, ou seja, como o resultado de um movimento físico deste órgão, em que as ideias derivadas das sensações, que são o resultado da relação entre ele, os tecidos do corpo e o sistema nervoso, permitem criar uma rede de imagens, sons e sensações dos mais diversos tipos que servem para orientar o movimento do corpo na Natureza, vista, plenamente, como constituída de matéria e energia que age incessantemente. Assim, ambos os autores negam a realidade de uma essência imaterial, tanto quanto de um plano inteligível e desprovido de geração e corrupção.

O “*caput religionis*” no *De uera religione* de Agostinho de Hipona

**Fabício Klain
Cristofolletti**
Doutor/USP

fkristofolletti@
gmail.com

Orientador
(do Doutorado)
Dr. Lorenzo Mammi

Palavras-chave
Religião; filosofia;
Agostinho de Hipona.

Agostinho postula no *De uera religione* (v, 8) que a filosofia não é algo totalmente distinto da religião, já que uma doutrina verdadeira deve implicar algum culto. É por essa razão que ele procurou mostrar nos primeiros parágrafos do tratado, quase à maneira de um neoacadêmico, por que há incoerência no politeísmo admitido pelos filósofos antigos, por que é mais coerente a doutrina e o culto de um Deus único, por que a mediação entre o Deus único e o homem é mais crível quando realizada por um mediador único e simultaneamente divino e humano, e por que tudo isso está comprovado pela credibilidade das *Escrituras* e de certos sinais, e reforçado pelo presente fato da expansão mundial dos cristãos. Contudo, como Agostinho pretende mostrar que a filosofia verdadeira é somente aquela que está unida especificamente à religião católica, já que a expansão dos cristãos ocorreu por meio da Igreja católica (v, 9 – vii, 12), então o “fundamento da religião” (*caput religionis*) não pode ser apenas a soma daquelas teses, mas deve ser a crença em toda a história e profecia da divina providência (*De uera religione*, vii, 13). De fato, o postulado da necessária unidade entre filosofia e religião não estaria plenamente justificado se não fosse mostrado por que a doutrina de um Deus único e da mediação universal por meio de um homem divino é coerente e está em íntima unidade com a religião católica, o que só ocorre, porém, quando se crê em todo o fundamento histórico e profético dessa religião.

Para além da receptividade: a consciência perceptiva como atividade necessária à sensação

Felipe Calleres
Doutorando/UFSCar

fcalleres@
yahoo.com.br

Orientadora
Dra. Marisa Lopes

Palavras-chave
Aristóteles; sensação;
consciência perceptiva;
discriminação sensível.

Segundo Aristóteles a sensação é um tipo de alteração, no qual o sentido é afetado e torna-se semelhante à qualidade sensível. Nessa afecção, o sentido é em potência aquilo que o sensível é em ato, de modo que a interação entre o sentido e o sensível resulta em uma sensação. Cada órgão do sentido apreende um sensível específico, e essa relação é explicada através da estrutura fisiológica dos sentidos. No entanto, essa explicação é insuficiente para casos como a discriminação sensível e a apreensão dos sensíveis comuns (tamanho, figura, movimento, unidade e número). Restringir a explicação aristotélica da sensação à receptividade pode comprometer sua compreensão, na medida em que a complexidade sensível extrapola o âmbito dos sensíveis próprios. Nossa hipótese é que o modo de operar da faculdade sensível não pode ser descrito apenas como uma receptividade, mas também deve haver uma relação ativa com o conteúdo sensível, na qual a discriminação sensível e a apreensão dos sensíveis comuns estaria implicada. Neste trabalho, pretendemos explorar o problema da consciência perceptiva: uma necessidade epistemológica para a apreensão sensível.

Considerações acerca das noções de imortalidade e eternidade na Antiguidade e suas relações com a *vita activa*

**Felipe Ramos Gall
Pontifícia**
Mestrando/PUC-RJ

felipegall@
outlook.com

Orientador
Dr. Edgar de Brito Lyra
Netto

Palavras-chave
Vita activa; imortalidade;
eternidade.

Uma das obras mais significativas do pensamento contemporâneo, *A condição humana*, de Hannah Arendt, desenvolve uma fenomenologia da *vita activa*. Por *vita activa* Arendt compreende três atividades humanas fundamentais, a saber: o labor, atividade que diz respeito à subsistência, à manutenção da própria – ou mera – vida; o trabalho, que diz respeito à produção de um mundo, isto é, de um artifício humano durável, distinto de qualquer coisa natural; e a ação, cuja condição humana é a pluralidade, e diz respeito, portanto, à vida política em seu sentido mais próprio. Em suas análises históricas, contudo, Arendt percebe um olvidamento da ação propriamente dita. Na verdade, sua manifestação plena no decorrer da história foi bastante rara. Já na Antiguidade, onde a *vita activa* experimentou seu apogeu, ela logo fora suplantada em importância e valor pela *vita contemplativa*, e assim foi até o final da Idade Média. Na modernidade, com o surgimento das sociedades modernas, a *vita activa* voltou a preponderar; no entanto, não foi a ação a atividade tida como hierarquicamente superior às outras duas, mas sim o trabalho que foi, a princípio, mais valorizado, até ceder o trono ao labor, fato que sucede até os nossos dias. No entanto, o objetivo deste trabalho não é esmiuçar todo o desenrolar dessa história, mas sim perscrutar com esmero a problemática em torno da inversão de valor ocorrida na Antiguidade entre a *vita activa* e a *contemplativa*, ficando aquela sob a égide desta, inclusive em sua definição. A fim de melhor compreendermos o soçobrar da ação nesse singrar da *vita activa*, convém analisar as noções de imortalidade e eternidade na Antiguidade, do período arcaico grego ao advento do cristianismo, pois defender-se-á aqui que a distinção entre tais noções é uma das chaves interpretativas fundamentais para a compreensão da supremacia do *animal laborans* em nossa hodierna condição humana.

Forma e organismo: uma relação entre Nietzsche, Schiller e Hanslick

Felipe Thiago dos Santos
Mestrando/UNESP

felipefilosofia@marilia.unesp.br

Orientador
Dr. Márcio Benchimol Barros

Palavras-chave
Nietzsche; Hanslick; Schiller; jogo; organismo.

O crítico vienense Eduard Hanslick define forma (*Form*) musical como uma unidade intrínseca dos elementos composicionais que se manifestam numa multiplicidade, mas que se deixam perceber por uma audição artística como uma unidade. Por sua vez, em vista da vitalidade do organismo, isto é, de uma forma musical, é que Nietzsche insistentemente critica o modo como Wagner despotencializa o papel regulador do ritmo. Para Nietzsche a música se assemelha a dança, pois todos seus elementos se sujeitam a um movimento rítmico organizador, assim, a música encontra no ritmo uma maneira de comunicar suas formas internas ao ouvinte, pois do contrário, a audição é anulada pela música, porquanto não poder perceber as formas internas desta. A relação entre Nietzsche e Hanslick se torna mais acentuada se trazermos à luz de nossas considerações o pensamento de Friedrich Schiller. O autor das *Cartas* se utiliza da noção de impulso ao jogo (*Spieltrieb*) para asseverar acerca de um puro escoar-se de uma força vital que carece de qualquer finalidade. Nosso objetivo, portanto, é mostrar como o conceito de forma presente em *Do belo musical* de Hanslick e a noção de impulso ao jogo presente n' *A educação estética do homem numa série de cartas* de Schiller servem de expediente corroborativo para se entender a noção de arte na última fase do pensamento nietzschiano. Em linhas gerais, a arte possui uma relação imediata com o organismo pois é constituída de formas internas que se potencializam expressando-se numa multiplicidade organizada. Esse organismo não tem finalidade, seu único objetivo é o crescimento interno de suas potencialidades através de um escoamento de forças.

Falsificacionismo e verdade: a adequação de teorias à realidade

Fernando Ruiz Rosario
Mestrando/UFGM

fruzrosario@
gmail.com

Orientador
Dr. Túlio R. Xavier de
Aguiar

Palavras-chave
Filosofia da ciência;
verdade;
falsificacionismo;
verossimilhança;
racionalidade.

Popper constrói seu método de pesquisa das ciências empíricas sobre os fundamentos da lógica clássica dedutiva. Critica qualquer pretensão de utilização da indução no campo da ciência, tendo em vista a preservação da verdade na lógica da pesquisa e uma concepção de universo não determinista na descoberta científica. O filósofo defende que apenas um método dedutivo, tal como o falsificacionismo, pode garantir a extração de conclusões válidas de teorias científicas ao mesmo tempo em que preserva o aspecto inventivo de criação de hipóteses. Isso acontece uma vez que teorias são tomadas enquanto constructo da criatividade humana que serão submetidos à crítica e a testes empíricos rigorosos; a melhor teoria é aquela que não é falsificada na fase de testes, e se apresenta como uma melhor hipótese explicativa da realidade. O problema da verdade na teoria popperiana surge quando são apresentadas duas teorias concorrentes. Um dos métodos desenvolvidos por Popper para decidir entre duas teorias foi a verossimilhança, que pretendia mensurar o conteúdo de verdade de cada teoria para determinar qual a melhor candidata para explicar a realidade. No entanto, se a realidade só é acessível através da própria ciência, não há garantia de que a verossimilhança de fato aponte para a teoria mais correta. Tomando verdade enquanto adequação, Popper se apropria da teoria de Tarski para tratar a relação entre teorias e realidade. O presente trabalho pretende discutir tal apropriação, e em que medida tal uso resolve o problema de seleção de teorias e a aproximação de teorias à realidade.

Sartre e o engajamento das artes não-simbólicas

**Gabriel Gurae Guedes
Paes**
Mestrando/UFSCar

ggurae@
yahoo.com.br

Orientadora
Dra. Thelma Silveira da
Mota Lessa da Fonseca

Palavras-chave
Sartre; imaginário;
estética; existencialismo;
pintura.

Ao ler *A Náusea*, podemos entender a esperança do personagem Roquentin de “salvar-se” de suas crises mediante uma saída imaginária como o fruto de um impasse ontológico-epistemológico: não é possível explicar as coisas reais, não é possível reduzi-las aos limites do pensamento, deve-se então buscar uma saída estética que é a obra imaginária, a história sobre o que não existiu. Essa leitura, quando apressadamente somada a trechos isolados de *O imaginário* leva alguns comentadores a saltar para a conclusão de que Sartre concebe o imaginário como lugar da fuga do real. Para esses comentadores a única forma de arte engajada possível é a literatura, pois esta, contrariamente as artes puramente imaginárias, possui um lado simbólico que a impede de “fugir” do real. Ora, pretendemos questionar essa posição lembrando que na conclusão de *O imaginário* Sartre mostra claramente que a imagem não é uma negação que simplesmente abandona o mundo, mas uma negação que pressupõe sempre o mundo vivido em situação que nega. Como muito bem observa Thana Mara Souza, Sartre concebe uma relação dialética entre real e imaginário. Essa dialética entre real e imaginário é vivenciada pelo personagem Roquentin em situações muito específicas que o levam a uma concepção estética específica. Não se pode considerar a relação entre real e imaginário vivida por Roquentin como a única possível. Para evitar esse reducionismo e pensar na possibilidade de engajamento das artes não-simbólicas, vamos discutir sobre obras de Mondrian e Kirchner, artistas que nos fazem pensar em uma dialética entre real e imaginário distinta daquela vivenciada por Roquentin.

A dialética entre sujeito e objeto em Theodor W. Adorno

**Gabriel Petrechen
Kugnharski**
Mestrando/USP

gabrielkugnharski@
hotmail.com

Orientador
Dr. Luiz Sérgio Repa

Palavras-chave
Teoria crítica; dialética
negativa; sujeito; objeto;
identidade.

O intuito desse trabalho é investigar o modelo de relação dialética entre sujeito e objeto presente no pensamento tardio de Theodor W. Adorno, sobretudo em dois textos fundamentais a esse respeito: *Dialética Negativa* (1966) e *Sobre Sujeito e Objeto* (1969). Abordaremos esse tema a partir da crítica de Adorno ao “primado do sujeito” (Vorrang des Subjekts) na dialética hegeliana e da consequente defesa de uma passagem para o que Adorno entende por “primado do objeto” (Vorrang des Objekts). Partiremos da crítica adorniana ao primado do sujeito como “identidade entre a identidade e a não-identidade”, e mostraremos, a partir dessa crítica, as razões pelas quais Adorno entende que um pensamento rigorosamente dialético deve abdicar de um primado do sujeito em nome de um primado do objeto. Para a exposição desse tema, teremos de explorar algumas das críticas de Adorno ao idealismo filosófico e à identidade em suas duas principais formas de expressão: como princípio subjetivo do pensamento (através do conceito) e como princípio social de troca de mercadorias na sociedade capitalista. Diante dessa crítica, Adorno defenderá como antídoto um modelo de racionalidade não-violenta: a mimese. Assim, pretendemos mostrar em que consistiria esse modelo de relação não-violenta entre sujeito e objeto e, por fim, apresentar as razões pelas quais a defesa do primado do objeto não suporia um abandono da categoria de sujeito, mas sim sua transformação qualitativa.

Entre a lógica e a metafísica: qual o papel do *Eu* na primeira filosofia de Wittgenstein?

Gustavo Gueraldini Michetti
Mestrando/UFSCar

gusmichetti@
gmail.com

Orientador
Dr. Bento Prado de
Almeida Ferraz Neto

Palavras-chave
Lógica; metafísica;
sujeito; Wittgenstein;
Ludwig.

A primeira fase da filosofia de Wittgenstein tem como uma de suas tarefas substanciais revelar os fundamentos e a natureza da lógica. Este propósito se apresenta através do *slogan* wittgensteiniano que inaugura os *Notebooks 1914-1916*: “A lógica deve cuidar de si própria”. O que se considera como tarefa da lógica é a compreensão de como é possível “saber” quais são as formas das proposições de nossa linguagem, isto é, cabe a lógica esclarecer o conceito de forma proposicional. É mais ou menos evidente que este propósito deve ser cúmplice de uma tarefa propriamente metafísica: ao revelar aquilo que é essencial às proposições, revela-se qual a forma essencial dos fatos. Portanto, as partes que constituem a filosofia são a lógica (a base da filosofia) e a metafísica. Outro ponto crucial sobre o qual Wittgenstein se debruça em seus primeiros escritos é a importância do sujeito para a filosofia. Ao longo dos anos de 1915 e 1916 as questões concernentes ao *Eu* tornam-se cada vez mais frequentes e, embora ainda de modo obscuro, é possível identificar que estes questionamentos estão diretamente ligados à relação entre a lógica e a metafísica. Inclusive, esta importância do sujeito para a filosofia salta aos olhos em 02/08/1916, quando Wittgenstein afirma que o *Eu* é um pressuposto da existência do mundo e, logo em seguida, apresenta o caminho que o fizera chegar a tal ponto: “meu trabalho estendeu-se dos fundamentos da lógica à natureza do mundo”. A minha proposta para essa comunicação é desenvolver e esclarecer a seguinte questão: Qual a importância do *Eu* para a filosofia? Isto é, se a filosofia consiste na lógica e na metafísica, então, o *Eu* filosófico, aquele sujeito postado nos limites do mundo, deve ser uma exigência imposta por estes dois âmbitos da filosofia.

Por uma ética do conhecimento:
Henrique de Gand e seu “Sermão para a festa de
Sta. Catarina”

**Gustavo Barreto
Vilhena de Paiva**
Doutorando/USP

gustavo.barreto.paiva@u
sp.br

Orientador
Dr. José Carlos Estêvão

Palavras-chave
Conhecimento; virtude;
sermão universitário;
filosofia medieval;
Henrique de Gand (a.
1240-1293).

Henrique de Gand (a. 1240-1293) pode ser considerado um dos mais influentes mestres de teologia em atividade na Universidade de Paris durante o último quarto do século XIII. Dentre as suas obras atualmente conhecidas, encontram-se três sermões universitários, pregados em diferentes momentos de sua carreira. Embora estejam entre os textos menos estudados do autor, tais sermões possuem importantes elementos para a compreensão de suas doutrinas filosóficas e teológicas. Em particular, esse é o caso do “Sermão para a festa de Sta. Catarina”, pregado em 1282. Nele, é possível ler uma interessante reflexão sobre o conhecimento motivada não somente pela vida exemplar de Sta. Catarina, mas também pelos versículos temáticos dos “Salmos” (95,6 e 118,7, da “Vulgata” latina): “confissão e beleza em seu semblante; confessarei a ti na correção do coração [‘confessio et pulchritudo in conspectu eius; confitebor tibi in directione cordis’]”. Além de considerar ambos os versículos como descrições da própria pregação, Henrique os lê como uma enumeração das virtudes de Sta. Catarina. Especialmente importante para nós é a ‘beleza’ (“pulchritudo”), que se refere à “sábia claridade no conhecimento da verdade [‘sapiens claritas in veritatis cognitione’]”. A atribuição dessa ‘beleza’ a Sta. Catarina leva Henrique a notar que a celebrada santa possuía toda sabedoria teológica e filosófica, o que lhe fornece uma ocasião para mostrar quais virtudes são necessárias para que se possa atingir o conhecimento verdadeiro. Nesse ponto, vemos o desenvolvimento de uma abordagem ética do conhecimento, na qual as virtudes éticas são estreitamente relacionadas à integridade fisiológica. Assim, lida à luz dos “Salmos”, a vida de Sta. Catarina emerge como um exemplo – a um só tempo, religioso e ético (mas, também, fisiológico) – para o estudante que busca o conhecimento. Aqui, pretendo examinar mais de perto esses ‘requisitos éticos do conhecimento’ apresentados por Henrique de Gand em seu sermão.

A dupla instância temporal do estranho: Heidegger à luz de Stefan George e Rilke

Irlim Corrêa Lima Júnior
Mestrando/PUC-RJ

dinhoirlim@gmail.com

Orientador
Dr. Edgar Lyra Netto

Palavras-chave
Estranheza; mundo; temporalidade; instante.

Dois poetas de língua alemã contemporâneos e que encontraram em Heidegger um leitor atencioso, duas poéticas em que o estranho figura enigmaticamente, ambas relacionadas com o fenômeno do tempo: Stefan George e Rainer Maria Rilke. Em relação com as reflexões de Heidegger sobre a estranheza (*Unheimlichkeit*), sobretudo em *Ser e tempo* e na *Introdução à metafísica*, fenômeno que demove o homem da familiaridade com o mundo e, com isso, o conduz à experiência temporal da angústia diante de suas potencialidades existenciais, realizáveis sob o poder de fazer do tempo presente um originário instante (*Augenblick*), o objetivo do presente trabalho consiste em traçar as nuances existenciais e metafísicas desse fenômeno no pensamento heideggeriano em consonância com ambos os poetas, realizando uma leitura de um poema de cada um, a saber: o poema *Entrückung*, de Stefan George, e as *Elegias de Duíno*, de Rilke. No poema de George, o sentimento do estranho logo se apresenta desde o primeiro verso, em que o poeta diz respirar ares de outro planeta. No decorrer dos versos esse sentir-se deslocado da Terra é progressivamente delineado, mas finalmente revela-se uma afinação murmurante com uma voz sagrada. O nome do poema carrega consigo essa dubiedade que vai do deslocamento ao arrebatamento: a palavra alemã *Entrückung*, que cumpre um papel importante em Heidegger, possui estas duas conotações. Por seu turno, nas *Elegias de Duíno* o estranho atravessa a obra inteira e é evocado diante da terribilidade presencial do anjo que assola a existência humana. O estranho (*seltzam*) em Rilke vincula-se intimamente à raridade, que se realiza no preciso momento em que o ímpeto inexorável que arrasta consigo tudo para o invisível sofre uma ruptura temporal, e cuja rareza escancara uma janela no interior da tensão em que o deslocamento da Terra em direção à sua metamorfose invisível é momentaneamente cancelado, para que fulgure na presença humana a efemeridade das coisas, afinada à enunciação do sagrado. Assim como no conceito heideggeriano de instante, um movimento de sintonia com uma potência sobrepassaria a existência humana, deslocando-a da alienação mundana, para a instanciação de uma rara, embora fugaz, temporalidade.

Onde as fronteiras terminam e os caminhos se apagam: configurações do gênio no pensamento estético de Friedrich Schiller

Isabella Gonçalves Vido
PPGLit/UFSCar

isa.g.vido@gmail.com

Orientador
Dr. Luís Fernandes S.
Nascimento

Palavras-chave
Friedrich Schiller; gênio;
filosofia; literatura.

“Todo aquele capaz de colocar seu estado de sensibilidade num objeto”, Schiller escrevia a Goethe em 1801, “de forma que esse objeto me obrigue a passar para aquele estado de sensibilidade, agindo, assim, com vida sobre mim, eu chamo de poeta, um agente (*Macher*)”. A carta de Schiller sintetizou, pois, algumas das reflexões tecidas nos anos de seu “ateliê filosófico” – quando o autor, mormente dedicado às composições dramáticas, aplicou-se a estudos nas áreas da filosofia em busca de recursos que respondessem às suas necessidades artísticas. À sua estratégia transdisciplinar de análise e intervenção, pois, não poderiam escapar as questões concernentes ao gênio, tanto quanto as que diziam respeito às teorias expressivas da arte. Data daí o conjunto de ensaios teórico-críticos e poemas filosóficos que, dotados de coerência interna, perfazem o projeto estético schilleriano. Tal organicidade nota-se, dentre mais, nos textos “Der Genius” – poema que, originalmente intitulado “Natur und Schule” e escrito em junho de 1795, publicava-se no nono volume do mensário organizado pelo autor, o *Die Horen* – e “Über naive und sentimentalische Dichtung” – de início publicado gradativamente nos números 11 e 12 (1795) e 1 (1796) do periódico, tendo suas partes sido reunidas pelo autor em 1800 para a edição de seus *Escritos menores* –, cujas semelhanças, para além de cronológicas, são ainda temáticas. Resposta ao debate acerca de antigos e modernos, tanto o poema quanto o ensaio manifestam os diferentes “modos de sentir a poesia”, próprios da criação do gênio, sob o signo da alteridade. Desse modo, a despeito do reconhecimento dos atributos da cultura e literatura antigas – consequência do gosto helenista dentre os estetas alemães dos setecentos –, bem como da apresentação dos modernos enquanto sujeitos e objetos da “voragem instrumentalizadora e da economia da prosa do mundo”, as relações entre poeta e natureza verificadas nas obras revelam certo otimismo em face ora da missão creditada ao artista, ora das condições de representação possíveis à modernidade. Mais que chamar aos questionamentos das fronteiras entre filosofia e literatura, cotejar os designios concedidos ao gênio nesses textos de Schiller permite ver, espelhados, o autor enquanto poeta e do pensador.

Ética, estética, existência: uma interpretação de Foucault a Kant (O que é *Aufklärung*?)

**Jefferson Martins
Cassiano**
Mestrando/UnB

jeffmarcas@
hotmail.com

Orientadora
Dra. Maria Cecília de
Almeida

Palavras-chave
Foucault; Kant; ética;
estética da existência;
Aufklärung.

Trata-se da interpretação que Foucault faz a Kant no que concerne à ética. Para tanto, destaca-se a relação entre a ética kantiana e a concepção de ética considerada por Foucault. Devido a indissociável influência que Kant exerceu sobre o pensamento de Foucault, três passagens são selecionadas para o referido exame: um comentário em *As palavras e as coisas* (1966); a conferência *O que é a Crítica?* (1978); e uma aula do *Collège de France* (1983). A partir da distinção feita por Foucault entre moral e ética, observa-se a relação de si mesmo (*rapport à soi*) como princípio ético, e que este mesmo princípio é pertinente à ética kantiana. Reconhecendo que a moral kantiana é determinada pelo princípio do agir por dever, cabe averiguar como Kant propõe a fundamentação do ser racional por leis morais de valor universal. Não obstante a concepção ética de Foucault recuse essa possibilidade, o próprio Foucault assume Kant como um pensador da atualidade. Consequentemente, nota-se que Foucault interpreta a *Aufklärung* kantiana como uma atitude crítica, e com isso a restituição da ética orientada para a atualidade do modo de ser do homem. É nesse sentido que se pode avaliar a estética da existência em dois âmbitos: no âmbito da análise histórica se examina os critérios propostos por Foucault; no âmbito da ontologia da atualidade se assinala a interpretação de Foucault à *Aufklärung* como um *êthos*, um modo de ser da atualidade. Desse modo, pode-se observar em que medida a interpretação à *Aufklärung* está presente no desenvolvimento do pensamento de Foucault, o que permite considerar que uma ética como estética da existência diz respeito ao que acontece com quem é o homem da atualidade.

Maio de 68 segundo a leitura de Antonio Negri

**Jefferson Martins
Viel**

Mestrando/USP

jeffersonmviel@
gmail.com

Orientador

Dr. Homero Silveira
Santiago

Palavras-chave Antonio

Negri; Maio de 68;
produção capitalista.

Os acontecimentos de Maio de 1968 despertaram desde muito cedo reflexões e debates nos campos da política, sociologia, história e filosofia, sendo abundantes as análises que lhe foram feitas no calor do momento, como aquelas de Aron, Castoriadis, Lefebvre, Lefort, Marcuse, Morin, Touraine e outros. Passados quase cinquenta anos, porém, os acontecimentos de 1968 são ainda objeto de graves reflexões e debates no campo das ciências humanas. Nesta comunicação, pretendemos versar sobre a leitura deste acontecimento realizada por Antonio Negri. Ao fazê-lo, buscaremos primeiramente evidenciar que, para Negri, Maio de 68 não deve ser considerado meramente como um evento histórico, mas, antes, como um acontecimento [*événement*]. Em seguida, mostraremos que, segundo o autor, tal acontecimento não deverá ser resumido exclusivamente aos levantes estudantis e operários que tomaram a França nos meses de maio e de junho, mas atinge uma extensão global; assim, deverão ser considerados, além da sublevação francesa, uma série de outros eventos que lhe são contemporâneos, com destaque para o dito “longo 68” italiano – intensamente vivido por Negri e cuja duração se estendeu, ao menos, de 1969 até 1977 – e para a guerra do Vietnã (1955-1975). Argumentaremos, também, que, de acordo com o filósofo italiano, os acontecimentos de 68 manifestam a recusa à disciplinaridade do regime capitalista bem como do socialista, identificando as mudanças então ocorridas do mundo da produção como o fundamento empírico desta assertiva. Por fim, intentaremos apontar no Maio de 68 o acontecimento inaugural daquilo que tem sido frequentemente chamado de pós-modernidade.

A Estética dos Extremos: notas sobre a relação entre a arte rupestre e a reprodutibilidade técnica no pensamento dialético de Theodor Adorno

Jéverton Soares dos Santos

Doutorando/PUC-RS

jevertonsoares@hotmail.com

Orientador

Dr. Nythamar de Oliveira

Robson da Rosa Almeida

Mestrando/PUCRS

robsonrosaalmeida@yahoo.com.br

Orientador

Dr. Norman Madarasz

Palavras-Chave

Arte Rupestre;
reprodutibilidade;
técnica; imanência
mítica.

O artigo propõe uma aproximação entre dois campos de pesquisa distintos, mas com notórias afinidades eletivas: o campo da arqueologia e o da estética filosófica. Pretende-se saber de que modo, no interior do pensamento dialético de Adorno, articulam-se os conceitos de pré-história e proto-história, tendo como fio condutor a temática da arte rupestre e a sua contrapartida moderna, isto é, a reprodutibilidade técnica. Tal aproximação tem como ponto de partida um instigante parágrafo da obra póstuma do mestre frankfurtiano, *Ästhetische Theorie*, presente na subseção assim classificada por Rolf Tiedmann como "Moderne Kunst und Industrielle Produktion", no qual Adorno afirma que entre "a mão que desenha um animal na parede da caverna" (der Hand, die ein Tier auf die Höhlenwand zeichnet) e a "câmara" (der Kamera) que fotografa, apesar de todo salto qualitativo, existe a ocorrência de um elemento comum: a "objetivação" (Objektivierung), isto é, a "ação de separar o ato subjetivo" do objeto que é visto (subjektiven Akt des Sehens bewirkt). Nossa intenção é examinar os possíveis significados de tal tese tendo como pano de fundo a nossa própria epocalidade, marcada pelo fenômeno da saturação da linguagem imagética. Deste modo, numa perspectiva radicalmente dialética, pode-se dizer, e esta é a nossa hipótese de trabalho, que o progresso virtual e tecnológico sentido nas últimas décadas é apenas um desdobramento de uma tendência já contida na pré-história, algo que demonstra que não conseguimos superar ainda o estado de imanência mítica, como já haviam prognosticado Adorno e Horkheimer na *Dialektik der Aufklärung*. Para demonstrar isto, o presente artigo adota a seguinte estratégia de argumentação: Na primeira seção, almeja reconstruir as principais linhas de força da "*Dialética do Esclarecimento*", centrando na categoria de mito. Após, pretende apresentar a relação entre pré-história e proto-história no contexto do pensamento adorniano, especialmente nas obras e nos ensaios do período intermediário de sua bibliografia, tais como *Minima Moralia* e *Prismen* (Seção 2). Por último, deseja trazer algumas contribuições oriundas do ramo da arqueologia, sobretudo àquelas que tomam como objeto de estudo a arte rupestre, cotejando-as com perspectiva adorniana sobre o assunto, presente, mormente, na *Teoria Estética* (Seção 3).

Sobre o sentimento moral na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*

João Paulo Rissi
Mestrando/UFSCar
rissijp@gmail.com

Orientador
Dr. Paulo Roberto Licht
dos Santos

Palavras-chave
Razão; sentimento;
moral; lei.

A determinação racional da vontade humana é, na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, um pressuposto necessário para que haja respeito pela lei moral. Entretanto, somente conceitos a priori fariam o papel de determinar as ações humanas e, além disso, também possibilitar o respeito à lei moral? O conceito de sentimento moral pode nos sugerir algo acerca dessa questão, pois ele faz com que tenhamos uma inclinação imediata à lei. Sugere, até mesmo, ser um “impulso” que temos em direção à lei moral, um comprazimento à virtude. Portanto, parece ser através de um sentimento que a possibilidade de determinar a vontade seja efetivada; que tenha, no limite, ser o sentimento moral o pressuposto para que a lei moral se torne o fundamento determinante suficiente da vontade. O que seria, contudo, o sentimento moral? Até que ponto é possível falar em sentimento em uma filosofia que tem por pressuposto determinante mandamentos categóricos? Destarte, pretendemos, nesta exposição, mostrar o que Kant entende por sentimento moral e, ainda mais, como este conceito se encaixa na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*.

A experiência estética na cena teatral diderotiana

José Carlos Alves Junior
Mestrando/UFSCar

jcalves@ufscar.br

Orientador
Dr. Luis Fernandes dos
Santos Nascimento

Palavras-chave
Diderot; Teatro;
Sociedade; Sensibilidade;
Ilusão; Realidade

No *Discurso sobre a Poesia Dramática*, Diderot afirma que a natureza humana é originariamente boa. Partindo dessa concepção, o filósofo observa que o teatro francês provocou um distanciamento entre o público e a cena como consequência de uma civilização que sobrepôs o convencional ao natural, assim deixando de cumprir seu mais forte pendor que é promover a sociabilidade. Desenvolvendo uma reflexão sobre a arte dramática que contesta a poética clássica francesa, Diderot propõe um novo gênero dramático que muda a maneira de compor e interpretar as peças de teatro, possibilitando ao espectador identificar-se com a cena. Não obstante, esse processo de identificação revela uma problemática que consiste numa espécie de ambiguidade dos efeitos do espetáculo, a qual opera nos limites entre o real e o imaginário, contribuindo com a ilusão teatral. Tais limites apresentam contornos mais nítidos no *Paradoxo sobre o Comediante*, quando Diderot aprofunda suas observações acerca da arte do ator e apresenta um quadro mais complexo das relações entre o sensível e o inteligível, reformulando o conceito de sensibilidade. A proposta consiste em mostrar essa nova aceção atribuída à sensibilidade e examinar as possíveis relações com a reforma da cena teatral.

Síntese, transcendência e paradoxo: a presença de Pascal no pensamento kierkegaardiano

José da Cruz Lopes Marques

Mestrando/UFC

markvani18@yahoo.com.br

Orientador

Dr. Evanildo Costeski

Palavras-chave

Kierkegaard; Pascal; síntese; paradoxo; transcendência.

Embora Kierkegaard seja um pensador que, em geral, é custoso em admitir influências, a leitura de textos como, o *Pós-escrito às Migalhas filosóficas* e o *Diário*, demonstram que as obras de Pascal eram bem conhecidas por Kierkegaard. De fato, o pensador dinamarquês foi não apenas um leitor de Pascal. Por trás de muitos conceitos fundamentais do pensamento kierkegaardiano percebe-se uma clara vinculação e a provável influência do filósofo francês. Tal fato não deve causar estranheza ao estudante de filosofia, uma vez que ambos pensadores remontam a tradição cristã na arquitetura de sua filosofia, ambos foram críticos mordazes do racionalismo reducionista que imperava em seus dias e protestaram contra as pretensões da teologia natural de decifrar todos os mistérios da existência. Certamente, Pascal e Kierkegaard concordariam que, diante do mistério da fé, a mediação racional era de pouco valor. Tanto o filósofo francês quanto o autor de *Temor e tremor*, cada um a seu modo, postulam a fé como aquilo que marca a relação entre o homem e Deus e situam este mesmo homem entre os extremos da miséria e da grandeza. Diante disso, a presente comunicação busca aproximar Kierkegaard e Pascal, demonstrando como os conceitos trabalhados pelo autor nórdico revelam a influência pascaliana. Para tal, serão discutidos três conceitos centrais na filosofia kierkegaardiana – a transcendência divina, o paradoxo e a noção do homem enquanto síntese – buscando estabelecer vínculos entre tais conceitos e a filosofia de Pascal.

Síntese e Forma Lógica na *Crítica da Razão Pura*

**José Luciano Verçosa
Marques**

Doutorando/UFSCar

zlvmarques@gmail.com

Orientador

Dr. Paulo R. Licht dos
Santos

Palavras-Chave

Kant; Crítica da Razão
Pura; dedução
transcendental; síntese;
forma lógica do juízo

Na passagem da primeira edição da *Crítica da Razão Pura* para a segunda, Kant efetua uma mudança radical na passagem conhecida como dedução transcendental. Apesar do filósofo afirmar não haver alteração no conteúdo, mas apenas na maneira como esse conteúdo é exposto, notamos haver mudança pelo menos no conceito-chave de cada uma das exposições. Na primeira edição, notamos claramente a exposição fundada em torno da noção de *síntese*. Na segunda, tal como apresentado no §19, o conceito-chave é o *juízo* que, por meio de sua forma lógica, confere regra a todas as operações do entendimento. Essa mudança de conceito-chave nos leva ao menos a questionar qual seria a relação existente entre síntese e forma lógica do juízo. Se, de fato, não existe mudança em relação ao conteúdo das duas exposições, então seria preciso demonstrar tanto como a forma lógica do juízo está presente na primeira edição, como também a maneira como a síntese se apresenta na segunda edição. Em vistas dessa dificuldade, nossa exposição buscará tratar das dificuldades inerentes à relação entre síntese e forma lógica do juízo, buscando apontar, ainda que em linhas mais gerais, a maneira como esses dois conceitos fundamentais da *Crítica da Razão Pura* se articulam nas duas exposições da dedução transcendental.

Introdução à questão do círculo cartesiano

**Juliana Abuzaglo Elias
Martins**

Doutoranda/UFRJ

jaeliasm@
hotmail.com

Orientadora

Dra. Ethel Rocha

Palavras-chave

Descartes; conhecimento;
ideias claras e distintas.

Descartes anexou juntamente com o texto das *Meditações Metafísicas* uma série de sete objeções - e as respectivas respostas dadas por ele – realizadas por estudiosos e intelectuais que lhe eram próximos. Dentre estas objeções, uma das mais relevantes que continua até os dias de hoje promovendo discussão sugere que o filósofo acabou por empreender uma redundância ou circularidade nas *Meditações*. Tal problema que comumente se condicionou denominar de “círculo cartesiano” alude uma suposta dificuldade que existiria na construção argumentativa de Descartes para fundamentar a validade objetiva do conhecimento. É esta a questão que pretendemos expor no texto presente. “O último receio que tenho é não acreditar como possa ser negado existir um argumento circular na afirmação: a única razão segura que temos para acreditar que o que percebemos clara e distintamente é verdadeiro, é o fato de deus existir. Porém, podemos ter a certeza que deus existe apenas por perceber isto de modo claro e distinto, deste modo, antes de ter certeza que Deus existe, devemos possuir a certeza do que aquilo que percebemos como sendo clara e distintamente é verdade.” (AT IX, 166 - tradução nossa) Para além de uma crítica formal da argumentação cartesiana, a objeção de Arnauld parece incidir sobre as bases e consequências epistêmicas da prova de Deus: se para então alcançarmos a veracidade da percepção clara e distinta é preciso recorrer a Deus, seria redundante e falacioso recorrer às mesmas para alcançar a Deus. O problema do “círculo cartesiano” nos parece remeter a uma questão que para além de estar presente na obra de Descartes, diz respeito a uma questão filosófica da própria razão. Trata-se, portanto, de um problema que incide sobre a possibilidade ou não de construção de um projeto crítico de auto justificação ou auto validação do conhecimento vindo da razão, ou do conhecimento racional. Pretendemos expor no texto presente, uma análise da objeção de Arnauld e a resposta de Descartes para esta questão.

O realismo ecológico e o viés anti-representacionista: veridicalidade e erro na percepção

Juliana Moroni
Doutoranda/ UERJ

julianamoroni@
yahoo.com.br

Orientadora
Dra. Karla de Almeida
Chediak

Palavras-chave
Informação; realismo
ecológico; anti-
representacionismo;
veridicalidade;
percepção-ação.

Este trabalho tem como objetivo caracterizar o realismo ecológico proposto por Gibson (1986) no âmbito ontológico, epistemológico e metodológico para, posteriormente, analisarmos a questão da veridicalidade e do erro na percepção direta. Nesse contexto, questionamos: 1- O que percebemos é igual ao que está no ambiente? 2- A informação proporcionada pelas *affordances* que detectamos no ambiente possibilita uma ação bem-sucedida? 3- Como pode haver erro na percepção se ela é considerada detecção direta de informação do ambiente? Em resposta a estas questões, argumentamos que no que concerne a veridicalidade e erro na percepção, Michaels e Carello (1981, p. 90-91) afirmam que a veridicalidade da percepção é expressa quando as ações do organismo são compatíveis com as *affordances* da circunstância contextual em que se encontra tal organismo para realizar a suas ações. Nesse sentido, a informação que especifica as *affordances* é relativa ao que um organismo pode fazer em relação ao ambiente em um determinado momento. Este organismo apenas precisa perceber o suficiente para realizar uma ação apropriada e efetiva. A veridicalidade, neste caso, significa perceber o que é apropriado para realizar uma ação efetiva. Argumentamos também com Michaels e Carello (1981) que a percepção não está ligada a busca de uma verdade pragmática absoluta, mas é baseada na compatibilidade e coexistência entre organismo e ambiente. Ela é contínua e estendida na medida em que se desdobra na detecção de eventos, aprimorando e ajustando o organismo ao seu nicho. Nesse sentido, consideramos que não é válido afirmar que a percepção é correta ou incorreta dado que ela não pode ser mensurada no âmbito da ciência Física, mas no plano das relações. No plano macro das relações a percepção caracterizada como falha não é erro, mas apenas incompleta. Essa incompletude proporciona ao organismo buscar outras formas de adaptabilidade no ambiente. Nesse sentido, não há percepção errada, mas somente informação disponível no ambiente para ser especificada ou apreendida parcialmente dependendo do contexto em que o percebedor se encontra.

Algumas considerações sobre a crítica de Beauvoir à sexualidade feminina em Freud

Juliana Oliva
Doutoranda/ UNIFESP
julie_oliva@hotmail.com

Orientadora
Dra. Rita de Cássia Souza
Paiva

Palavras-chave
Beauvoir; Freud;
sexualidade feminina

No que diz respeito à compreensão do desenvolvimento da existência singular, embora Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo* (1949), considere que a perspectiva psicanalítica se aproxima de sua perspectiva existencialista, ela assinala que a primeira se revela sobre um fundo de conceitos rígidos, conceitos estes que contribuem para encerrar os indivíduos que consideramos mulher no lugar de Outro em relação aos indivíduos que consideramos homem. Para Beauvoir, o progresso da psicanálise está na consideração do indivíduo em situação, do corpo vivido pelo sujeito com algum sentido humano e não enquanto organismo, corpo-objeto descrito por cientistas. Por outro lado, a psicanálise tem como base uma noção de sexualidade para compreender a experiência vivida dos indivíduos, noção que Beauvoir considera, especificamente em Sigmund Freud, vaga. Além disso, para ela, a sexualidade consiste somente em uma das possíveis expressões concretas da existência; sob a perspectiva da autora, considerar a sexualidade essencial no desenvolvimento da existência singular seria ignorar que cada sujeito, independente da sua constituição anatômica, pode transcender a sua condição humana justificando a própria existência conforme as suas escolhas em situação. Em nossa comunicação refletiremos acerca da crítica de Beauvoir ao pensamento de Freud, levando em consideração a noção de sexualidade feminina do autor em seus últimos estudos, com base na conferência de 1933 intitulada “A feminilidade” — na qual ele admite a influência da organização social nas noções que temos de masculino e feminino e no desenvolvimento sexual dos indivíduos —, alguma dificuldade em distinguir entre o que Freud considera próprio de uma constituição anatômica e o que ele considera resultado de imposições sociais no desenvolvimento sexual, e a sua despreensão em descrever a mulher, tarefa que ele afirma nessa conferência considerar quase impossível para a psicanálise.

Emoções e virtudes morais em Aristóteles

Juliana Santana de Almeida

Doutoranda/UFSC

jusantanaa@
hotmail.com

Orientadora

Dra. Maria de Lourdes
Borges

Palavras-chave

Emoções; virtudes
morais; razão.

O trabalho pretende apresentar a possibilidade de conciliar emoções (*páthe*) e virtudes (*aretai*), especialmente na *Ética a Nicômaco* de Aristóteles. Vários trechos do tratado em questão parecem indicar que para se viver virtuosamente seria necessária uma grande intervenção da razão, a ponto mesmo de calar as emoções. Por isso começaremos nosso estudo com a análise de algumas das passagens da *Ética* que indicam a divisão das qualidades da alma entre as quais encontramos *hexeis* (disposições de caráter) e *páthe*. Em seguida verificaremos aquelas passagens que ressaltam a tensão entre emoções e virtudes, trechos que poderiam sugerir a inconveniência das emoções na vida moral ideal. Mas, para cumprir a tarefa proposta recorreremos às terias aristotélicas a respeito da alma (*psyché*) e de suas divisões, o que nos permitirá uma primeira aproximação entre as virtudes e as emoções devido à sua localização na alma humana. O estudo nos levará a perceber que a ação da razão, que a princípio parecia um entrave à participação das emoções na vida moralmente boa, na verdade propicia a harmonia dessas duas coisas devido à boa medida que pode conferir às emoções. Perceberemos que todos os fatores que num primeiro momento sugeriam um desligamento em relação ao lado emocional da vida para que o homem se tornasse virtuoso, na verdade tendiam a ligar as emoções e as virtudes morais. Concluiremos que as emoções são importantes para tais virtudes, desde que bem encaminhadas e moderadas com o auxílio da racionalidade humana, o que permite uma relação positiva das qualidades da alma em questão.

Poder e subjetividade política: sobre a tese atomista no Leviatã de Hobbes

Larissa Cristine Daniel Gondim

Doutoranda/UFSCar

larissa.gondim@gmail.com

Orientador

Dr. José Eduardo Marques Baioni

Palavras-chave

Atomismo; poder; Hobbes.

Uma das principais tarefas da filosofia política da modernidade era lançar-se à busca por uma explicação racional acerca do surgimento da sociedade civil e do Estado. Na tentativa de cumprir essa tarefa, modelos antropológicos sobre a natureza do homem foram desenvolvidos, no sentido de estabelecer uma conexão lógica entre o comportamento do homem antes e depois da constituição dos vínculos civis. Esse modo de explicação da natureza humana, no contexto Moderno, ficou genericamente conhecido como Individualismo (Atomismo), e caracterizava o homem como um ser dotado de uma racionalidade que possibilitava sua autossuficiência perante fins coletivos. O que se pretende defender nesta comunicação, é que o modelo antropológico Hobbesiano, apresentado na obra “Leviatã”, é um exemplo desse tipo de individualismo/atomismo. Ao representar o desenrolar da natureza humana a partir da caracterização de três estados, quais sejam, o homem, a pessoa e o súdito, Hobbes elabora uma teoria mecanicista que explica a ação humana como um movimento corporal, dotado de sensação, imaginação, linguagem e raciocínio, cujo impulso essencial é perseverar sua existência enquanto corpo. Esse ‘manter-se vivo’, entretanto, implica envolver-se em uma complexa rede de relações de poder, sejam elas físicas ou jurídicas (*potentia* e *potestas*), que culminam na necessidade de uma centralização única dessa força na figura do Soberano. A hipótese, portanto, é a de que cada um dos estados antropológicos hobbesianos (homem, pessoa e súdito) implicam em relações sociais de poder que perpetuam uma estrutura atomista de subjetividade.

A existência da matéria no intelecto divino em Tomás de Aquino

**Leandro Gabriel
Valença de Macedo**
Mestrando/UNIFESP

leandrog89@
hotmail.com

Orientador
Dr. Juvenal Savian Filho

Palavras-chave
Matéria; perfeição;
causalidade eficiente;
intelecto divino.

Segundo Tomás de Aquino, na causa eficiente, efetivadora do existir, os efeitos devem preexistir de modo eminentemente perfeito, diferentemente do existir dos próprios efeitos em si mesmos. Deus é a causa eficiente de todas as coisas, segundo o Aquinate. Assim, tudo o que existe, por ele causado, deve nele preexistir daquele modo. Ora, a matéria, para Tomás, é pura potencialidade, o que significa pura imperfeição: o existir em potência, a existência para as formas ou ideias divinas, e dependente dessas para existir efetivamente. Deus é, por sua vez, pura atualidade, além de ser puro intelecto. Sendo puro intelecto, entende aquelas formas ou ideias, relativas à tudo o que cria. Puro intelecto e pura atualidade parecem opostos à matéria, pois os primeiros correspondem à perfeição ontológica de tudo o que, de algum modo, existe efetivamente; mas a matéria, ao que existe imperfeitamente, em potência. Contudo, se Deus cria absolutamente todas as coisas, como causalidade eficiente e intelecto imaterial, ele também deve criar a matéria. Assim, a matéria, de algum modo, deve preexistir em Deus, o imperfeito no perfeitíssimo, o não-existir no existir puro. Isso pode parecer contraditório. Trata-se, porém, de esclarecer essa tese de Tomás de Aquino, mostrando uma melhor compreensão da existência da matéria no intelecto divino, por meio, principalmente, do conceito de substância material e da interação entre matéria e forma em seu pensamento.

A concepção de liberdade em Rousseau

Lili Pontinta Cá
Mestranda/UFSCar

lipoca20@gmail.com

Orientadora
Dra. Marisa da Silva
Lopes

Palavras-chave
Rousseau; estado civil;
liberdade; vontade geral;
Lebrun.

Em *Do Contrato social*, Rousseau diz que no estado civil o homem goza de liberdade individual ao mesmo tempo em que é membro do corpo social, cuja vontade geral é a força motriz do Estado. Isto é, o filósofo mostra que, de um lado, a vontade geral, fundamentada através da metáfora do corpo social unido em prol do bem comum dos associados, é soberana para dirigir a vida em sociedade e, de outro, o homem é um ser livre na medida em que, como integrante desse corpo, rege sua vida por meio de leis que ele mesmo erige sobre si, porquanto ser verdadeiramente senhor de si nada é senão ouvir a voz do dever ou consultar a razão para dirigir sua vida com o outro, ao invés de seguir impulso físico que guia a vida humana no estado de natureza. Entretanto, o genebrino é criticado por essa concepção de liberdade. Um dos críticos, Gérard Lebrun, entende ser o pacto social de Rousseau um espaço de confinamento do homem ao bem público, negando-lhe a liberdade individual. Ou seja, este pensador entende a liberdade civil rousseauista como coletiva e, conseqüentemente, limitada à participação cotidiana no assunto da cidade, ao molde dos antigos. Nossa pesquisa consiste em analisar a possibilidade da liberdade individual através da reciprocidade entre a vontade geral e a individual, visando refutar a crítica de Lebrun.

Hegel leitor dos textos aristotélicos sobre a alma: liberdade, a alma do Espírito

**Lincoln Menezes de
França**

Doutorando/UFSCar

escrevaparalincoln@yahoo.com.br

Orientador

Dr. José Eduardo
Marques Baioni

Palavras-chave: Hegel;
Aristóteles; alma;
teleologia; hilemorfismo.

De acordo com a perspectiva aristotélica, a alma, ou princípio de vida, é aquilo pelo qual se vive, se percebe e se discorre. O corpo não existe sem a alma e ela não existe sem o seu corpo, pois, segundo Aristóteles, ela é “o ato de certo corpo” (414a). A alma não é um corpo, mas algo constitutivo dele, não como matéria, mas como forma (414a). A matéria é definida por Aristóteles como potência, e a forma como ato; a alma é considerada pelo Estagirita como forma, e o corpo expressa essa unidade de forma e matéria. A forma é preponderante nessa unidade. Desse modo, a alma que define o corpo é o sentido de sua existência. A alma, afirma Aristóteles, não se movimenta por si mesma (somente por acidente), mas é princípio de movimento e repouso, é o que faz movimentar. É imóvel, mas movimenta. No parágrafo 378 da *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, Hegel não somente expressa reconhecimento do caráter especulativo dos livros aristotélicos *Sobre a Alma*, como também exprime a importância de se desentranhar novamente o sentido desses livros de Aristóteles. Diante disso, propomos esboçar uma análise dos motivos sistemáticos que levaram Hegel a fazer tal menção a Aristóteles. Para tanto, faremos uma breve exposição sobre o hilemorfismo teleológico expresso no conceito de alma aristotélico para, na sequência, analisar os motivos de Hegel ter feito tal afirmação em sua Filosofia do Espírito, a partir de passagens da *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* e da Introdução às *Preleções sobre a Filosofia da História Mundial*.

Revolução, resistência e subjetivação em Foucault: percursos de um procedimento crítico na ontologia do presente

**Lorena de Paula
Balbino**
Doutoranda/ UFSCar

lorenabalbino_@
hotmail.com

Orientadora
Dra. Monica Loyola
Stival

Palavras-chave
Revolução; resistência;
subjetividade.

A partir das reflexões de Foucault sobre a questão da revolução e seus limites interpretativos para se pensar a política contemporânea propõe-se uma investigação sobre os motivos pelos quais a revolução é rejeitada em razão dos desdobramentos da analítica do poder a partir de 1976. Nesse sentido a presente pesquisa procura investigar os motivos pelos quais a revolução esgota-se tanto como modelo interpretativo da política contemporânea quanto como guia de modelos de resistência. Propõe-se também examinar como a introdução da noção de governo e governamentalidade deslocam a questão da resistência a partir das contracondutas e de que forma as alternativas de resistência são reconfiguradas a partir dos desdobramentos da analítica do poder e do estudo da governamentalidade e da emergência do problema do governo. Já a partir do projeto de uma ontologia crítica do presente e dos estudos de Foucault sobre a ética greco-romana, a noção de resistência se coloca em relação à transformação do sujeito no interior de processos de subjetivação. Sendo assim torna-se necessário a esta pesquisa investigar de que modo a noção de revolução é reconfigurada na década de 1980 a partir do tema da estética da existência e da transformação do sujeito tendo como articulação a noção de governo de si e governo dos outros.

A dimensão ontológica da arte em Henri Bergson

Luanda Gomes dos Santos Julião
Mestrando/UNIFESP

luajuliao@
hotmail.com

Orientadora
Dra. Rita Paiva

Palavras-chave
Arte; ontologia; duração;
vida; criação.

Aquele que se aventura no universo teórico de Henri Bergson logo vislumbra que a atividade artística tem uma importância singular no seu pensamento, uma vez que as alusões à dança, à pintura, à música, ao ato de escrever, ao escritor, enfim, à atividade artística de um modo geral, estão diluídas ao longo de toda a obra do filósofo. Essas referências constantes não são gratuitas. De modo geral, elas se justificam pela proximidade inequívoca entre o espanto originário do artista e do filósofo, uma vez que ambos demandam em alguma medida por significações e verdades que ultrapassam as convenções necessárias, isto é, aquelas importantes para a convivência ou condução cotidiana e prática da vida. Nesta vertente, arte e filosofia certamente não confundem seus registros, mas a despeito de suas diferenças e especificidades, essas duas instâncias se conectam ao proporcionarem um conhecimento ou um saber que transborda as significações socialmente estabelecidas e necessárias, pois ambas produzem novos sentidos e logram reconfigurar o modo pelo qual apreendemos a ordem das coisas e a nós mesmos. Uma conexão entre arte e ontologia assim se instaura. Neste estudo, interessa-nos privilegiar algumas formas particulares que essa conexão adquire no pensamento de Bergson. Assim, nesse artigo veremos como uma certa intersecção entre arte e filosofia desponta à medida que o filósofo tece sua descrição da duração, seja ela psíquica ou concernente à vida em geral, de maneira que ele aponta para o fato de que há no processo criador da obra de arte algo que nos aproxima da natureza temporal e criadora da vida dentro e fora de nós. Percorreremos, então, como essas referências à natureza da arte nos fornecem uma imagem do que seria a experiência da duração, a natureza do ser, o movimento da vida e como, deste modo, Bergson aponta para o fato de que há no processo criador da obra de arte algo que nos aproxima da natureza temporal e criadora da vida dentro e fora de nós.

Os diálogos platônicos e as teorias da interpretação

**Luiz Eduardo
Gonçalves Oliveira
Freitas**
Mestrando/USP

luizeduardolef@
gmail.com

Orientador
Dr. Marco Antonio de
Avila Zingano

Palavras-chave Platão;
diálogo; interpretação.

Ainda que os diálogos de Platão sejam historicamente reconhecidos como objeto de interesse graças ao conteúdo apresentado explicitamente nas discussões estimuladas por Sócrates, é impossível esquecer que o acesso à filosofia de Platão é sempre mediado pelo próprio formato do gênero em que este escolheu escrever. Platão não escreveu tratados: os argumentos, enunciados por personagens, ocorrem em contextos dramáticos, e estão muitas vezes apoiados em metáforas e imagens. Sócrates, principal protagonista dos diálogos, está sempre em relação com ao menos um interlocutor, cujas características enquanto personagem costumam dar o tom da discussão, que sofre grandes modificações ao longo das obras. Deparamo-nos, portanto, com questões filosóficas específicas quando nos perguntamos qual o melhor modo de interpretar a obra platônica: devemos identificar a filosofia de Platão somente como a reunião das teses defendidas por Sócrates? Como articular as extensas metáforas e imagens presentes nos textos com os argumentos filosóficos? Como lidar com incompatibilidades e aparentes contradições entre o que é discutido em diálogos diferentes? Os chamados aspectos literários e dramáticos dos diálogos, por muito tempo colocados de lado pelos estudiosos de Platão como algo secundário, tendem a receber mais importância nas tentativas recentes de responder a essas perguntas de ordem metodológica. Mas ainda estamos longe de atingir um estado de consenso. A presente comunicação tem como objetivo apresentar algumas das teorias da interpretação de Platão, surgidas e popularizadas nas últimas décadas, que contemplam e tentam solucionar os problemas supracitados.

Sobre o conceito de espaço no *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*, de Henri Bergson

Luiz Fernando de Oliveira Proença
Mestre/UFSCAR

asvogais@
hotmail.com

Orientadora
Dra. Débora M. Pinto.

Palavras-chave Duração;
espaço; consciência.

O *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência* (1888), primeira obra de Henri Bergson, se constitui principalmente em vista de fornecer uma nova definição, um novo sentido, para o conceito de tempo. E será resultado deste projeto o original e célebre conceito de *duração*. Mas, para efetuar tal percurso, o filósofo irá seguir etapas sucessivas para poder fornecer uma definição clara daquele conceito. E uma destas etapas é a passagem por uma elucidação de uma outra noção, não menos importante, e que será mesmo um contra-ponto conceitual da definição do conceito de tempo, a saber, a noção de *espaço*. Esta comunicação se concentrará, deste modo, em mostrar i-) como se constrói a argumentação de Bergson em relação ao problema ontológico do espaço – ou seja, “o que é o espaço?” –, e ii-) como o problema ontológico, anteriormente citado, se vincula com o problema epistemológico do espaço – isto é, “qual a origem do espaço?”. Uma última tentativa, por final, será, então, pensar como a *duração* se liga àqueles problemas, a fim de contribuir para o esclarecimento do conceito de tempo, ainda nos domínios do *Ensaio*.

O poético lessinguiano na tragédia burguesa moderna

Marcello Eloy Mendes Spinola
Mestrando/USP

marcellospinola@gmail.com

Orientador
Dr. Fernando Batista
Franklin de Matos

Palavras-chave
Estética alemã;
Iluminismo; teoria do trágico; ontologia poética

A análise do pensamento de Gotthold Ephraim Lessing no período denominado “esclarecimento” é possível tanto pelo seu viés filosófico como pela representação fundada e madura de sua dramaturgia. Portanto, este estudo expressa a releitura da poética de Aristóteles e a passagem para a qualidade de um poético a partir da catarse que deixa as personagens para se voltar às emoções dos espectadores, uma teoria que abriria a tragédia aos dramas da vida privada capaz de refletir a realidade moderna, emancipando a dramaturgia alemã para que pudesse se libertar dos ditames classicistas até então moldados numa visão para além de Aristóteles, que tergiversou o espírito aristotélico da arte, sobretudo na crítica lessinguiana ao teatro francês. Nessa concepção, a tragédia revela o seu vigor a partir do eixo encenação-recepção enquanto expressão de uma linguagem e apropriação de sua essência, na autêntica imbricação entre a arte e o espectador temporal e contextualizado na vivência da obra, uma ação polifônica capaz de acometer o espectador a um arrebatamento catártico, um participante ativo do drama para atuar no palco da vida real, possibilitando uma reflexão da arte que aproxima a filosofia da realidade humana. Nesse âmbito, o conteúdo poético reverbera sua dimensão filosófica e adquire uma força ainda maior no pensamento lessinguiano, sendo possível pesquisar sobre o tratamento dado ao conceito de “poético” em Lessing enquanto fenômeno que consiste na potência do poeta e se traduz em uma intensificação no receptor, no efeito da ação da poesia como processo de participação vital e ligado à experiência de transbordamento, um vetor metafísico do excesso, não apenas uma consequência de um estilo retórico e literário. Cabe demonstrar de que forma o pensamento lessinguiano possibilita consolidar uma reflexão crítica capaz de estabelecer os efeitos de um iluminismo formado para além da mera subjetivação do pensamento.

Ilusão transcendental e seu papel positivo no processo de conhecimento: um paradoxo da razão?

Marcio Tadeu Girotti
Doutorando/UFSCar

girotti_mtg@
hotmail.com

Orientador
Dr. Paulo Roberto Licht
dos Santos

Palavras-chave
Ilusão transcendental;
paradoxo; razão;
conhecimento.

A lógica da ilusão, objeto da Dialética transcendental, da *Crítica da razão pura*, é um escopo para empreender a crítica à metafísica tradicional, por um lado, e, por outro, garantir a exigência da razão por uma unidade incondicionada de todo conhecimento, advertindo que, para este fim, há de se admitir uma ilusão necessária, natural e que não cessa, nem com a mais aguda crítica, pois ela é inerente à razão. Ao tratar de uma lógica da ilusão, Kant deixa bem claro que não está se referindo a uma ilusão dos sentidos, ou uma ilusão de ótica, mas sim uma ilusão transcendental. Essa ilusão transcendental participa, de alguma maneira, do processo de conhecimento, o que lhe garante uma funcionalidade positiva dentro do sistema kantiano. Nesse sentido, com esta prerrogativa de que há uma ilusão inerente ao processo de conhecimento, quando se quer atingir uma unidade máxima de todo conhecimento, advertimos que pode residir aí um problema, identificado, por nós, como um paradoxo da razão: como uma ilusão pode possuir um papel positivo dentro do processo de conhecimento? O que está em jogo não é tão somente trazer à tona uma possível problemática caracterizada como um paradoxo, mas sim evidenciar que, se houver um paradoxo da razão, há, no próprio argumento kantiano, uma solução. Em contrapartida, se não há um paradoxo da razão, evidencia-se a genialidade de Kant ao fazer a crítica à metafísica ao mesmo tempo em que garante o papel da razão no âmbito do conhecimento, engendrando o caminho para a unidade da natureza, almejada pela razão. Com isso, nosso objetivo é tratar a ilusão transcendental como algo positivo para o conhecimento, caracterizando assim o possível paradoxo da razão, e, a partir disso, mostrar a possível solução do paradoxo que, se houver, poderá ser dissolvido a partir da metáfora crítica do *focus imaginarius*, como um ente de razão, caracterizado por Kant como uma analogia a ideia transcendental, que participa do jogo do conhecimento como a unidade pretendida pela razão, apresentando objetos da própria razão.

Em torno do *elenchos* socrático

**Marcos Tadeu Neira
Miranda**
Mestrando/USP

marcostnmiranda@
gmail.com

Orientador
Dr. Marco Zingano

Palavras-chave
Sócrates; método;
elenchos; conhecimento.

Os convencionalmente chamados primeiros diálogos de Platão apresentam uma indefinição doutrinal que é bem representada pelo final aporético de grande parte destes textos. A perplexidade em que se enredam os interlocutores de Sócrates (bem como o próprio Sócrates, a crer-se em suas palavras), deve-se, sobretudo, ao modo de discussão proposto pelo filósofo ateniense: a saber, o exame, calcado em perguntas e respostas, acerca das teses defendidas pelos participantes do diálogo. Ao final da investigação dialógica, tem-se a refutação do respondente. Mas, afinal, qual seria o objetivo deste exame refutativo? Seria ele dirigido a provar a verdade ou falsidade das teses expostas, ou a refutação se reduz a apontar a inconsistência do conjunto de crenças do pretense sábio? Mais ainda: aceitando esta última opção, que diferença haveria entre o *elenchos* e a erística – exercício comumente atribuído aos sofistas? Entendemos que a análise da natureza e do objetivo do *elenchos* é um ponto-chave na compreensão de outras questões referentes à filosofia socrática presente nos primeiros diálogos de Platão. Com efeito, esta determinação permite investigar problemas controversos na literatura crítica que são corolários ao *elenchos*, notadamente, a confissão de ignorância e a ironia socrática. Assim sendo, nesta comunicação, pretende-se examinar o *elenchos* em sua relação com os outros aspectos que compõe o filosofar socrático.

O conceito de guerra de posição no pensamento político de Antônio Gramsci

Mauro Sérgio Santos da Silva

Mestrando/UFU

mauro.filos@
hotmail.com

Orientador

Dr. Dennys Garcia Xavier

Palavras-chave

Guerra de Posição; guerra de movimento; Estado; partido político; hegemonia.

O presente artigo tem como mote a compreensão da estratégia de construção da hegemonia para o Ocidente no pensamento de Antônio Gramsci (1891-1937), vem a ser, a guerra de posição. O conceito de guerra de posição será analisado no contexto histórico de sua construção, a partir de suas diferenças em relação à guerra de movimento, em consonância com a teoria ampliada do Estado, com os conceitos de hegemonia, sociedade civil e partido político. Para tanto, esta pesquisa fundamenta-se, mormente, na leitura do texto *Luta Política e Guerra Militar* contido em *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* (1988), considerando, outrossim, os escritos históricos e filosóficos da recepção crítica da obra de Gramsci acerca da temática em questão, entre os quais destacaremos os de alguns autores brasileiros. Assim sendo, a discussão capitular do presente trabalho não é outra senão esta: a estratégia revolucionária de construção da hegemonia para o Ocidente, vem a ser, a guerra de posição que, por seu turno, será investigada em consonância com a teoria (ampliada) do Estado e, naturalmente com os conceitos de hegemonia, sociedade civil e partido político sob a ótica gramsciana; a partir de textos do próprio pensador italiano e da recepção crítica de sua obra; mormente de autores brasileiros.

A Sensação no Livro XI do *De trinitate* de Santo Agostinho

Mizael P. de Souza
Mestrando/USP

mizael_ftm@
hotmail.com

Orientador
Dr. Moacyr Ayres
Novaes Filho

Palavras-chave
Sensação; corporais;
ciência; inteligíveis;
ascensão.

Quando se fala nas relações entre sensação e ciência, é sabido que existe uma distinção entre ambas. Isto porque, enquanto a sensação é do âmbito do corporal que não pode ser objeto de conhecimento, a ciência é do âmbito do inteligível, que é cognoscível. Sabe-se que para Agostinho o inferior deve se subordinar ao superior; ora, a alma é superior ao corpo, sendo este regido por ela. Tudo o que cai sob o âmbito da sensação é inferior; se a sensação é vista de um modo negativo quando comparada com a ciência ou conhecimento, então é lícito perguntar: há um lugar para ela no pensamento do Hiponense? Por que não simplesmente deixá-la de lado ou “melhor”, vê-la apenas como impedimento para se pensar a inteligibilidade? Para Agostinho, a análise da sensação será ocasião para encontrar no homem exterior analogias trinitárias que perpassam toda a criação. Além disso, corretamente desejada e direcionada, oferecerá ocasião para um necessário exercício filosófico de *ascensio animi Deo*. Na *ascensio*, as considerações sobre a sensação e a exterioridade são paradas obrigatórias, já que, no presente estado do homem, se observa que ele não pode sem mais se elevar para a contemplação dos inteligíveis incorpóreos sem passar pelos sensíveis corpóreos.

A frequência do homem no mundo como suporte para o julgamento em Montaigne

Nelson Maria Brechó da Silva

Doutorando/PUC-SP

nelsonbrecho@
yahoo.com.br

Orientadora

Dra. Maria Constança
Peres Pissarra

Palavras-chave

Frequência; homem;
mundo; julgamento;
arrancar.

Esta comunicação destaca a relevância da frequência do homem no mundo, a partir do primeiro livro dos ensaios, capítulo XXVI “Da educação das crianças”. Para tanto, analisa-se a relação do preceptor como diferente da relação dos pais. Ela possibilita a formação do “julgamento” na criança. No amor paterno se vê a noção de respeito, ao passo que no preceptor se apresenta o trabalho, a dor e a exposição de perigo. Outro fator interessante para explicitar a frequência é o silêncio e a modéstia como fundamentais para a conversação, que abarca a acolhida, a convivência e a instrução. A criança desenvolve, com isso, a argumentação e a discussão para encontrar outra pessoa que seja digna de sua luta. No desenvolvimento da luta é indispensável a virtude incorporada nas palavras, graças à formação do “julgamento”, de forma que a razão seja seu guia. Vale mencionar também na frequência o papel do discernimento e da sinceridade. Eles ajudam a descobrir os erros nos raciocínios e no tocante de arrancarem dos livros assuntos e colocá-los à evidência. Nesse sentido, desenvolve-se um suporte para o “julgamento”, que é a habilidade de experimentar e de provar a diversidade de experiências e de costumes. Quando o homem limita a sua visão na memorização dos livros, não é capaz de conhecer o mundo. Tais apontamentos favorecem a discussão da situação da filosofia e da educação nas escolas: elas são lugares para frequência das crianças ou simplesmente preparam as crianças para os vestibulares como meros repetidores das apostilas. A frequência amadurece a criança para ser um homem virtuoso e dotado de reta razão, a fim de fazer a diferença no mundo com a sua capacidade de “julgamento”.

A palavra *anámnēsis* no “Mênōn” de Platão

Nestor Reinoldo Müller
Doutorando/UFSCar

nestorfilosofia@
yahoo.com.br

Orientadora
Dra. Eliane Christina de
Sousa

Palavras-chave
Memória; reminiscência;
aprendizado; raciocínio.

Conforme a cronologia dos diálogos platônicos atualmente mais aceita, é no *Mênōn* que aparece pela primeira vez o célebre conceito de que “o buscar e o aprender são uma reminiscência” (*anámnēsis*) de conhecimentos adquiridos pela alma imortal antes do tempo da atual vida corporal sensível. A palavra *anámnēsis*, seja em forma de substantivo ou verbo, comparece dezesseis vezes no texto do *Mênōn*. Uma análise dessas ocorrências permite registrar uma importante deriva semântica. Nas primeiras páginas do texto, *anámnēsis* se refere a uma lembrança comum: o personagem Mênōn escutou várias vezes o ensinamento de Górgias sobre a natureza da virtude, mas resiste ao pedido de Sócrates para rememora-lo. Mais tarde, depois de ver desfeitas suas três tentativas para definir a virtude, Mênōn levanta contra Sócrates um paradoxo contido na insistência do ateniense em dizer que nada sabe sobre o tema em questão. Sócrates responde a esse desafio com a teoria da reminiscência acima mencionada, demonstrando-a numa conversa investigativa. Mas depois de ter conquistado a concordância de seu interlocutor, os dois últimos usos que Sócrates faz da palavra *anámnēsis* tendem a mudar novamente o seu significado, que é por fim claramente definido, na antepenúltima página do diálogo, como um tipo especial de raciocínio. A comunicação quer acompanhar o percurso desses usos da palavra em foco, analisando as inflexões conceituais que ela sofre, e discutindo as implicações que tais mudanças acarretam para nossa compreensão da teoria da reminiscência.

O problema das paixões: Uma breve análise do prefácio da terceira parte da *Ética* de Espinosa

Paula Bettani Mendes de Jesus
Doutoranda/USP

paulabettani@
yahoo.com.br

Orientadora
Dra. Tessa Moura
Lacerda

Palavras-chave Afeto;
paixão; Espinosa.

A proposta do presente trabalho consiste em apresentar uma análise do prefácio da parte III da *Ética* de Espinosa. Essa parte da *Ética*, também conhecida como *de Affectibus* anuncia a abordagem da origem e da natureza dos afetos, a partir dela Espinosa oferece uma interpretação para o tema da afetividade humana bastante distinta da tradicional, assumindo dessa maneira, uma posição singular. Tradicionalmente as paixões humanas foram objeto de condenação moral, foram abominadas e ridicularizadas, consideradas como pecado, culpa, vício e distúrbio da natureza. Na contramão dessas ideias, Espinosa demonstra no *de Affectibus*, que as paixões, ou melhor dizendo, os afetos, são fenômenos naturais e constituintes da natureza humana. O que significa que têm causas necessárias e determinadas a partir das quais devem ser conhecidos e definidos, do que se segue que são passíveis de uma ciência. Nesse trabalho, no entanto, não nos ateremos ao desenvolvimento detido dessas questões, nos concentraremos na análise do prefácio, de algumas passagens e expressões que nos indicam com quem Espinosa dialoga, por que, e a quem direciona suas críticas e o que fundamenta seu pensamento. Dessa maneira mostraremos que o prefácio de EIII desempenha um papel que vai muito além de introduzir e antecipar os problemas a serem tratados na sequência dessa parte da *Ética*.

Deleuze e a LDB - Concepções de Filosofia

**Paula Diana Saraiva
Aguera**

Especialização em
Ensino de
Filosofia/UFSCar

pauladiana2005@
gmail.com

Orientadora

Dra. Claudia Simone
Galassi

Palavras-chave

Ensino de Filosofia;
formação cidadã;
conceito; documentos
oficiais.

A presente pesquisa surge do interesse pelo ensino de filosofia, atualmente obrigatório na matriz curricular do ensino médio da rede pública e privada de todo o país descrito na Lei n. 11.684/2008 que alterou a Lei n. 9.394/1996 no artigo 36 (Brasil, 2008), do Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica, e da necessidade de repensar as práticas educativas nas aulas de filosofia. O êxito nas lutas para obter a obrigatoriedade trouxe consigo muitos embates e discussões sobre: “o que” ensinar e “como” ensinar filosofia no atual contexto escolar. A atividade filosófica realizada nas salas de aulas não deve estar pautada na perspectiva tradicional de ensino, caracterizada pela concepção de filosofia como mera contemplação e reflexão, pela memorização de conceitos, pelos debates vazios, pelos achismos e pela historicidade da filosofia. Deste modo, abordaremos a concepção de filosofia, de ensino de filosofia tratada nos documentos oficiais e abordada pelos filósofos franceses Deleuze e Guattari na obra *O que é Filosofia?* e apresentaremos a didática aplicada nas aulas de filosofia denominado “Oficinas Conceituais” elaborada pelo filósofo brasileiro Silvio Gallo em sua obra *Metodologia do ensino de filosofia: uma didática para o ensino médio*.

Uma proposta para solucionar o problema mente-corpo: John Searle e o naturalismo biológico

Paulo Uzai Junior
Mestrando/UNESP-
Marília

paulouzai@
gmail.com

Orientador
Dr. Jonas Gonçalves
Coelho

Palavras-chave
Problema mente-corpo;
filosofia da mente; John
Searle; naturalismo
biológico.

O problema mente-corpo é uma das difíceis questões que a Filosofia da Mente se propõe resolver. Dentre as inúmeras abordagens que tentam solucionar esse problema, apresentaremos o naturalismo biológico de John Rogers Searle. Dessa forma, mostraremos o motivo pelo qual Searle acredita que tanto as abordagens dualistas quanto as materialistas não são suficientes para resolver tal problema, sucumbindo, ambas, numa linguagem mutuamente exclusiva. Em seguida, apresentaremos a solução proposta por Searle, ou seja, sua abordagem naturalista biológica. O filósofo acredita que nossa vida mental consciente é ontologicamente de primeira pessoa, porém ela é também um fenômeno biológico *causado por e realizado no* sistema cerebral. Em outras palavras, Searle tenta conciliar a visão intuitiva que temos de nossa consciência com a atual cosmovisão científica. Não obstante, a solução apresentada por Searle sofreu muitas críticas ao longo dos anos, em especial aquelas que o acusam de retornar a uma espécie de dualismo (ao menos de propriedades) e que sua tentativa de salvar o mentalismo, tal como apresentado pela psicologia popular, não seria adequado para uma verdadeira investigação científica da consciência. Dessa forma, também avaliaremos a relevância dessas críticas e se a posição intermediária que Searle adota, ou seja, colocar o mentalismo e o fisicalismo dentro do mesmo mundo, seria uma estratégia interessante para solucionar o problema mente-corpo.

Da possibilidade do sujeito ético no pensamento de Pedro Abelardo

**Pedro Rodolfo
Fernandes da Silva**
Doutorando/UFSCar

pedrofernandes845@gm
ail.com

Orientador
Dr. Carlos Eduardo de
Oliveira

Palavras-chave
Filosofia do sujeito;
ética; Pedro Abelardo.

A discussão sobre o conceito de sujeito tem sido objeto de vários medievalistas, dentre eles Alain de Libera, segundo o qual, desde Aristóteles, a palavra sujeito designa alguma coisa como um suporte ou um substrato dotado de uma capacidade receptiva; pensamento, uma afecção ou um afeto, ou uma alteração de um tipo particular. Assim, embora na filosofia aristotélica fosse improvável a associação entre os conceitos de sujeito e agente - no sentido de princípio do pensamento no homem - ocorre que, em um determinado momento da história da filosofia o homem se tornou 'sujeito do pensamento', depois 'sujeito pensante'. Nesse contexto de uma filosofia do sujeito, colocam-se questões relativas a como se formulou uma doutrina da substância, considerando desde a concepção aristotélica, passando pelos medievais até Descartes, quando o *ego* se pretendeu constitutivo de uma ontologia; ou ainda como se passa de um "alguém" para um "sujeito", ou seja, de um indeterminado para um determinado; ou de sujeito para agente? Isso posto, o presente trabalho pretende investigar em que medida se pode afirmar a existência do sujeito ético nas obras de Pedro Abelardo (1079-1142), sobretudo na *Ethica* e nas *Collationes*, considerando a intencionalidade dos atos humanos como fundamento de todo agir ético, pois para Abelardo a intenção do agente - que é a determinação de situar um ato, o qual é necessariamente consequência de uma crença ou de uma convicção da razão, a saber, de um julgamento de consciência - determina a moralidade dos atos. Assim, o problema da intenção moral se encontra voltado para o do valor normativo da consciência.

Duas concepções de engajamento artístico em Mário de Andrade

**Philippe Curimbaba
Freitas**
Doutorando/ UNIFESP

pcurimbaba@
gmail.com

Orientador
Dr. Henry Burnett

Palavras-chave
Engajamento artístico;
nacionalismo; Mário de
Andrade; arte e política;
estética no Brasil.

“Hoje não há mais o ontem em que fomos espectadores”. Essa frase, presente na seção explicativa do primeiro livro de poemas de Mário de Andrade, intitulado *Há uma gota de sangue em cada poema*, enuncia o critério que orienta a seleção dos poemas desse livro. O evento histórico que marca a passagem do ontem para o hoje é a Primeira Guerra Mundial, que, mesmo tendo contado com uma participação pouco significativa do Brasil, teve um impacto considerável no clima político e intelectual do país. A Guerra, afirma o poeta, clama por uma postura ativa dos artistas, por uma arte de circunstância e de combate, e exige, pois, um afastamento do culto da beleza desinteressada. Anuncia-se assim, já num livro de juventude, um dos critérios que, combinado com outros, sempre norteará a crítica de seu autor e determinará a dinâmica de sua reflexão estética, a saber, a defesa da arte engajada, ou arte de combate. O objetivo desta apresentação é delinear duas concepções de engajamento artístico presentes no pensamento de Mário de Andrade, quais sejam, 1- o compromisso com formação de uma cultura brasileira autônoma – ou seja, com a superação do padrão da *belle époque* de transposição cultural –, condição para que o Brasil participe do concerto das nações em pé de igualdade com os países do centro do capitalismo; e 2- o compromisso diretamente político perante os conflitos sociais, presente em algumas obras escritas no final da vida do autor, como o *Café* e *O Banquete*, e explicável em parte pelo caráter conservador do nacionalismo varguista e pela consequente desilusão com a possibilidade de uma superação do abismo social e cultural no Brasil.

A fábula e a história em *A filosofia da história* de Voltaire

**Priscila Aragão
Zaninetti**
Mestranda/UFSCar

pri_zaninetti@
hotmail.com

Orientador
Dr. José Eduardo
Marques Baioni

Palavras-chave Escrita;
fábula; história;
Iluminismo.

A afirmação de que “toda história é recente”, feita por Voltaire em *A filosofia da história*, está relacionada ao momento, no processo de aperfeiçoamento das capacidades humanas, em que a escrita é desenvolvida: um determinado povo passa a ter história apenas quando se torna capaz de *escrever* os seus relatos, os acontecimentos que o circundam. Os relatos do tempo anterior a tal desenvolvimento são transmitidos pela via oral, atravessados pela imaginação e dependentes da conservação imprecisa da memória; são, portanto, fábulas, relatos impregnados por elementos ilusórios. O desenvolvimento da história está condicionado ao da escrita, porque o homem que elabora esse conjunto de caracteres está em um estágio específico do seu aperfeiçoamento, em que o acesso à razão possibilita a compreensão e a transmissão adequada da sua vivência através da verdade. No entanto, mais do que produções humanas contrapostas, a história considerada como relato verdadeiro e a fábula como relato fantasioso são, sobretudo, etapas sucessivas e complementares do processo de desenvolvimento das capacidades humanas que transpõem os limites uma da outra e podem estar, ambas, presentes em uma mesma obra. Cabe ao homem do século XVIII depurar os preconceitos e as superstições dos relatos referentes à antiguidade e escrever a história do seu tempo; e mesmo que passado e futuro sejam compreendidos como tempos separados pela preponderância ora da ilusão e ora da razão, a história antiga e a história moderna se tornam coesas através da atividade que lhes confere legitimidade: a crítica.

Nietzsche, o *ágon* e a justiça: existência culpada ou devir inocente?

**Rafael Hyertquist
Bordini**
Mestrando/UFSCar

rafael.bordini@
gmail.com

Orientadora
Dra. Thelma Lessa da
Fonseca

Palavras-chave
Vir-a-ser; inocência;
justiça; *ágon*; moral.

No *Crepúsculo dos ídolos* (1888), nos deparamos com a curiosa expressão “a inocência do vir-a-ser” (*Die Unschuld des Werdens*). Sabe-se que o vir-a-ser de Heráclito é afirmado e reiterado por Nietzsche ao longo de toda sua produção intelectual. Mas o que não é evidente é: o que filósofo alemão chama de inocência do vir-a-ser? Para ensaiar uma possível resposta para a questão será crucial a remissão ao manuscrito não publicado de *A filosofia na época trágica dos gregos* (1873), em que a inocência do vir-a-ser, que ainda não carrega esse nome, desponta. De acordo com Nietzsche, Anaximandro foi o primeiro filósofo a forjar a noção de vir-a-ser. A partir do *ser primordial*, Anaximandro derivou como seu “desdobramento” o mundo do *vir-a-ser*, como mundo sensível permeado de sofrimento e culpa (por oposição a um mundo suprassensível do *ser*) que só poderia ser expiado através da morte. Por conseguinte, Nietzsche o acusa de ser o primeiro a tratar a existência como problema moral. Schopenhauer, por sua vez, é entendido por Nietzsche como sucessor de Anaximandro, pois condena a existência sob a égide de um argumento moral, já que vê no conflito, no autodevorar-se da Vontade, a própria injustiça. Contra o modelo de vir-a-ser culpado de Anaximandro e Schopenhauer, Nietzsche vê em Heráclito a expressa desautorização do pensamento moral em torno da existência, calcada na compreensão do vir-a-ser enquanto expressão da justiça. É justamente a partir desse pano de fundo que vamos buscar subsídios para compreender a inocência do vir-a-ser, na medida em que este consiste numa contra tese para avaliação moral do conflito.

O “tempo vazio” do Capital

**Rafael Zacca
Fernandes**
Doutorando/PUC-RJ

zacca.rafael@
gmail.com

Orientador
Dr. Pedro de Andrade

Palavras-chave
Tempo vazio;
mercadoria; luta de
classes.

Tornou-se lugar comum na crítica de esquerda ao capitalismo o destaque aos espólios do capital. Esse destaque, no entanto, torna invisíveis certos aspectos produtivos que se operam nas relações capitalistas. O capitalismo não é apenas um grande saqueador, mas é também um grande produtor, uma espécie de trabalhador diligente, que deixa os excessos de sua produção espalhados por toda a parte. A análise que se foca naquilo que o capital rouba perde de vista o caráter produtivo de qualquer relação social. O capital, em suma, não apenas rouba o tempo das pessoas: ele, concomitantemente – e apenas ao fazê-lo efetua a sua espoliação – produz um “tempo vazio”. Esse tempo é percebido de diversas maneiras; certamente não como ausência, mas como presença. As subjetividades envolvidas atravessam, de fato, uma experiência do tempo enquanto negatividade. E o fazem a partir de duas fábricas, essencialmente. Uma delas é a produção incessante de mercadorias. A outra, a opressão necessária de uma classe sobre outras para a manutenção da ordem estabelecida. Este trabalho se propõe a explicitar essa produção a partir da teoria do valor de Marx em *O Capital* e da visão benjaminiana a propósito da luta de classes enquanto *continuum* temporal da história da barbárie. A discussão sobre o fetiche da mercadoria e sobre a história da barbárie intentam mostrar como a humanidade ingressou no universo de um espetáculo, desde os primórdios do capitalismo, em que as pessoas não têm papéis a representar, restando, na experiência do tempo, a sensação terrível do tédio e da impotência social.

Corpo, percepção e espaço: considerações sobre a *Fenomenologia da Percepção*

Rafaela F. Marques
Mestranda/UFSCar

rmarquesbhz@
yahoo.com.br

Orientador
Dr. Luiz Damon S.
Moutinho

Palavras-chave
Corpo; percepção;
espaço; Merleau-Ponty.

Nossa intenção neste trabalho é explicitar a importância do conceito de espaço na filosofia merleau-pontiana a *Phénoménologie de la perception*. Para Merleau-Ponty (França, 1908-1961), o espaço não precisa obedecer a leis fixadas por um pensamento analítico para que seja conhecido. Ele defende, na verdade, um espaço vivido, habitado e conhecido pelo indivíduo que só o faz a partir da mediação corporal. Nesse momento se faz necessário que nos reportemos ao problema do corpo, caro à filosofia merleau-pontiana, para esclarecer a questão. O conceito de corpo será uma parte da nossa discussão a fim de investigar o espaço enquanto espaço “vécu”. A centralidade desta questão na *Phénoménologie* – e na filosofia de Merleau-Ponty como um todo – é praticamente um consenso entre os estudiosos dedicados à obra do fenomenólogo, e ela será, como mencionamos, importante para o desenvolvimento deste trabalho. Além da problemática do corpo, a percepção também deverá ser tratada em nosso trabalho. Isso ocorre porque o próprio autor reconhece, no título mesmo da mais expoente obra do que os comentadores chamam de primeira fase. Assim sendo, pretendemos tratar dos conceitos de corpo e percepção para embasar a discussão sobre o espaço, ainda pouco explorada pelos estudiosos de Merleau-Ponty no cenário filosófico nacional.

Foucault e o cuidado de si: os caminhos prováveis de uma subjetividade contemporânea autônoma

**Ramon T. Piretti
Brandão**
Mestrando/UNIFESP

ramonbrandao41@
hotmail.com

Orientadora
Dra. Ana Lúcia de
Freitas Teixeira

Palavras-chave
Foucault; cuidado de si;
subjetividade; estética da
existência; liberdade.

O sujeito não é uma substância. É, antes, uma forma. Sendo forma, é passível de transformação. O presente trabalho se debruça sobre o sujeito e sua relação com o *cuidado de si*, sendo este cuidado de si um trabalho e uma atividade que implicam não somente conhecimento, mas, também, técnica. Deste modo, o que se coloca em jogo em nossa reflexão são as formas de exterioridade; o corpo; a superfície do eu. Em outras palavras, as experiências. O si mesmo anseia por afigurar-se enquanto *obra de arte*, o que nos direciona para um conceito do *eu* que não se dirigindo a uma interioridade, mas a um exterior, se organiza em torno da capacidade de dar forma a essa superfície. Dito de outra maneira, o *eu*, esse sujeito de experiência, se organiza menos a partir de um princípio de identidade onde se pressupõe uma unidade, uma unicidade, mas, antes, a partir de um princípio de transformação; ou seja, um modo de ação no qual o sujeito se concebe no devir, sendo, em si mesmo, o nó de múltiplas relações. Deste modo, neste movimento contínuo e indefinido que é a vida, o *si-mesmo* é uma experiência em que a identidade se dissemina e onde, paralelamente, a transformação adquire um espaço profundo na existência.

A Dialética do Esclarecimento e as tochas da liberdade

Raphael Eduardo Alves Concli

Mestrando/ UNICAMP

raphconcli@gmail.com

Orientador

Dr. Marcos Severino Nobre

Palavras-chave Indústria cultural; integração; teoria crítica; mundo administrado.

A teoria da indústria cultural de Adorno e Horkheimer se estabeleceu como peça chave dos escritos sobre cultura de massa não apenas para a tradição da teoria crítica, mas para todos aqueles e aquelas que se dediquem a elaborar uma crítica da cultura que seja também crítica da sociedade. Pretendo recuperar o ensaio *A Indústria Cultural* para apresentá-lo como parte do diagnóstico do mundo administrado e da integração total apresentado em *Dialética do Esclarecimento*. Neste sentido, gostaria de ler a teoria da indústria cultural como uma reflexão sobre os procedimentos de integração social pela via da cultura e apresentar os eixos principais que explicam como isso se dá, a saber, a apropriação do tempo livre e a formatação da percepção dos indivíduos. Estes posicionamentos, contudo, não deixariam de encontrar contrapontos, como a leitura de John Thompson sobre o desenvolvimento dos meios de mídia e comunicação. Sua crítica de que a teoria da indústria cultural incorre na chamada falácia do internalismo parece sintetizar problemas e limitações de que Horkheimer e Adorno dificilmente poderiam escapar. Para ilustrar a crítica de Thompson procurarei ao final discutir um caso empírico sobre a publicidade de cigarros e a atuação do conselheiro de Relações Públicas Edward Bernays, como forma de ilustrar a crítica de Thompson e mostrar que a teoria da indústria cultural, mesmo que ofereça recursos para a compreensão da produção de bens culturais, não parece reconhecer determinadas ambivalências dos processos de recepção e apropriação.

Wittgenstein e o ceticismo

Raphaela Oliveira
Mestranda/UNIFESP

rapha_ph7@yahoo.com.br

Orientador
Dr. Marcelo Carvalho

Palavras-chave
Regras; jogos-de-
linguagem; ceticismo.

A interpretação de Saul Kripke das *Investigações Filosóficas* (1982) é uma das mais influentes e amplamente discutida. Kripke identifica nesse debate o argumento principal do livro: um ceticismo radical sobre seguir regras. O paradoxo foco da discussão de Kripke pode ser resumido assim: é impossível provar que se seguiu a regra corretamente. Pedimos a alguém para seguir uma série somando 2 e a pessoa a segue escrevendo 2, 4, 6, mas quando ela precisa seguir a série além de 1000, ele escreve 1004, 1008, acreditando que age conforme a regra (cf. *IF*, §185). Não há nada na regra para o que possamos chamar a atenção para contradizer a ação da pessoa que diz seguir a regra. Assim, ambos podemos afirmar que agimos de acordo com a regra, e o apelo à correta interpretação da regra leva ao mesmo problema, ambos podemos levar as nossas interpretações a estarem de acordo com a regra. O Wittgenstein de Kripke afirma que não há solução para o problema cético. Stern (2012) atenta para um ponto que Kripke, bem como a maioria dos intérpretes de Wittgenstein, raramente presta muita atenção: “o caráter dos diálogos”. É comum procurarem no texto um grande argumento filosófico e, como as *Investigações* são um debate entre duas vozes, confundir as perspectivas em discussão como sendo as de Wittgenstein. Nesta comunicação eu pretendo defender a relevância de se considerar mais um ponto para a compreensão do debate sobre regras, o qual é amplamente desconsiderado pelos intérpretes: o caráter dos *jogos de linguagem* encontrados entre §§134-184 das *Investigações Filosóficas*. O debate sobre seguir regras é comumente delimitado entre §§185-242. Em suma, meu principal objetivo é mostrar que uma leitura conclusiva para o argumento sobre seguir regras só é possível por meio da análise da estratégia estilística dos *jogos*, que Wittgenstein manteve nessas passagens das *Investigações* com o intuito de realizar o método mais característico de sua filosofia, conduzir o leitor, por meio de exemplos, à compreensão da natureza dos problemas filosóficos levantados. Para, por fim, procurar entender em que medida a natureza desses problemas são compatíveis com as preocupações do ceticismo.

Espinosa: a filosofia da felicidade

Ravena Olinda Teixeira
Doutoranda/USP

ravenaolinda@
gmail.com

Orientador
Dr. Luís César Guimarães
Oliva

Palavras-chave
Filosofia; sabedoria;
felicidade.

O presente texto tem por objetivo demonstrar que a filosofia de Baruch de Espinosa é uma filosofia que busca, sobretudo, a felicidade, conforme o próprio filósofo deixa explícito logo no primeiro parágrafo do *Tratado da Reforma do Intelecto*. Assim, a proposta de sua filosofia tanto na ética quanto na política não tem outra pretensão senão a plena felicidade ou, como aparece na *Ética*, a beatitude suprema, mas faz-se necessário observar que essa beatitude que Espinosa deseja alcançar não é uma felicidade qualquer, ou seja, não é mais uma das meras alegrias que temos na vida ordinária, pois não se origina nos prazeres que costumamos experimentar. A primeira ocorrência que temos desse termo nos indica que felicidade está de alguma forma relacionada ao conhecimento da própria mente humana, pois Espinosa afirma no prefácio da parte dois da *Ética*, que trata sobre a natureza e a origem da mente, que irá explicar “apenas aquelas coisas que possam conduzir, como que pela mão, ao conhecimento da mente humana ou de sua beatitude suprema” Para comprovar essa hipótese iremos analisar algumas das ocorrências da palavra felicidade ou beatitude que aparecem ao longo de suas obras, para que por meio dessa análise seja possível definir de forma clara e distinta o que ela significa e como pode ser alcançada pelos homens. Ademais, a primeira impressão que temos ao lermos a quinta parte da *Ética* é que a felicidade, a sabedoria e a liberdade se não são sinônimos parecem conceitos bastantes próximos ou quase que inseparáveis. Com efeito, pretendemos ao decorrer do texto compreender se a felicidade pode ou não ser alcançada por homens comuns ou apenas pelo sábio que surge como personagem da quarta parte da *Ética*, bem como, veremos se é possível concordar com Espinosa quando ele afirma ao final de sua última obra que “A felicidade não é o prêmio da virtude e sim a própria virtude”.

Robert Bresson e o automatismo espiritual

Renata Siramizu Garcia
Mestranda/UNIFESP

rekagomi@gmail.com

Orientador

Dr. Sandro Kobol
Fornazari

Palavras-chave

Bresson; automatismo;
imagem-tempo;
cinematógrafo; Deleuze.

Robert Bresson foi um dos poucos cineastas a refletir sobre a relação entre pensamento e técnica no cinema. A partir de sua experiência como diretor, ele desenvolve uma grande teoria chamada de “cinematógrafo”, a qual aborda diversos elementos de um filme com a intenção de encadeá-los de maneira a fazer aparecer o “real”. Essa teoria parte de uma constatação, qual seja, de que o cinema está morrendo, e propõe, a partir disso, um novo cinema capaz de cumprir aquilo que o anterior não pode mais realizar, a saber, efetuar choques e tocar o espectador, colocando-o frente a um “milagre”. Gilles Deleuze, em *Imagem-Tempo*, sistematiza a importância de tal produção tendo como foco o automatismo espiritual dos modelos de Bresson. Grosso modo, os modelos são uma alternativa aos atores que apenas representam um papel. Os modelos, por sua vez, “são”. O diretor realiza um trabalho intenso com os seus modelos fazendo-os introjetar um automatismo por meio de repetições excessivas, até o ponto em que os movimentos se tornem mecânicos e impensados. O objetivo dessa apresentação é mostrar como Bresson constrói o automatismo a partir do trabalho com seus modelos e como, a partir disso, o filme potencialmente oferecer-nos-á vislumbres do “real”. Assim, seguiremos a leitura de Gilles Deleuze em *Imagem-Tempo*, apresentando como o automatismo de Bresson pode ser considerado espiritual e qual a sua importância para o cinema moderno, cinema esse capaz de nos colocar frente ao “real”.

A teoria da linguagem segundo Tomás de Aquino

Richard Lazarini
Mestrando/USP

richardlazarini1986@hotmail.com

Orientador

Dr. Carlos Eduardo de Oliveira

Palavras-chave

Escritura; paixões da alma; quiddidade; realidade sensível; vozes.

Tomás de Aquino, para tratar do desenvolvimento da linguagem no homem, analisa, em seu “Comentário ao De Interpretatione”, a relação existente entre a realidade sensível, a alma humana e as palavras (escritas e faladas), estabelecendo, dessa maneira, um percurso que parte da realidade e desemboca, por intermédio das palavras (tanto escritas quanto faladas), nas relações humanas: por ser naturalmente um animal político e social, o homem tem a necessidade de manifestar suas concepções aos outros; contudo, se fosse um animal solitário, ele não teria necessidade de se relacionar com os demais. Diante disso, o objetivo de nossa comunicação é o de investigar a formação da linguagem. Para isto, trataremos da relação inicial entre a realidade e a alma humana para, em seguida, mostrarmos como a forma apreendida – por intermédio dos sentidos – é recebida pelo intelecto, o qual produz conceitos que podem ser divididos e compostos, num processo chamado de “raciocínio” – culminando na formação de palavras que podem ser proferidas pelas vozes ou, então, cristalizadas, por meio de símbolos, na escrita. Segundo Tomás, o contato entre a alma humana e a realidade, possibilita, a seu modo, a paixão da alma, a qual, neste caso, é caracterizada pela recepção do intelecto daquilo que lhe é próprio, isto é, a quiddidade. É essa recepção que ocasiona tanto a primeira operação do intelecto (a formação intelectual de conceitos) quanto a segunda operação do intelecto (o ato de raciocinar), possibilitando, desse modo, a formação da linguagem no ente humano.

Os dois planos dialógicos do diálogo de Platão

Rineu Quinalia Filho
Doutorando/UFSCar

rquinalia@
gmail.com

Orientadora
Dra. Eliane Christina de
Souza

Palavras-chave
Filosofia; *élenkhos*.
Platão; política.

Os argumentos propostos por Platão em seus diálogos implicam razões metodológicas, filosóficas e literárias e no que tange os Primeiros Diálogos, sobretudo, razões que destacam a política e a pedagogia como dois pilares que envolvem, em nossa leitura, uma estratégia de poder. Este texto pretende analisar a relação entre a esfera pública e o pensamento socrático-platônico. A minha hipotética estratégia de traçar dois planos dialógicos, um interno à obra e outro externo à obra, em meio a dois diálogos da juventude de Platão (o *Laques* e o *Cármides*), é essencial para minha proposta de estudar o pensamento político de Platão e como opera sua aplicação do *élenkhos* socrático em alguns diálogos de modo a defender suas próprias ideias e filosofia.

Descartes e Sartre: reflexões acerca da liberdade

Roberta do Carmo
Mestranda/UFSCar

robertadocarmo@
hotmail.com

Orientador
Dr. Luiz Damon Santos
Moutinho

Palavras-chave
Descartes; Sartre;
liberdade; subjetividade;
Deus.

Compreender e descobrir o mundo é criar o próprio mundo, lançar seus fundamentos, a partir de uma liberdade que é menos poder e mais vontade. É com essa ideia que Sartre inicia seu texto *A Liberdade Cartesiana*, de 1947, afirmando que uma coisa é experienciar a liberdade pelo meio da ação e outra é experienciá-la no ato de compreender e descobrir. É dessa última experiência que se pode dizer que Descartes delineia toda sua filosofia do cogito, a partir da ideia de um pensamento autônomo que não é livre para fazer o que quer, mas que possui como característica de sua estrutura a liberdade de fundar o próprio mundo. Trata-se de entender o livre-arbítrio enquanto exercício de um pensamento independente, não enquanto tão somente a produção de um ato criador. Para Sartre, é desse pensamento que a filosofia francesa se alimenta há três séculos, de modo a assimilar a liberdade ao ato de julgar. Diante da ideia cartesiana de liberdade enquanto pensamento autônomo, Sartre se pergunta: não seria paradoxal falar em uma autonomia humana e ao mesmo tempo projetar a liberdade em Deus? Pretendemos traçar uma trajetória de exposição que possa indicar, através da reflexão que tem como ponto de partida o texto *A liberdade cartesiana*, como a liberdade atrelada à ideia de Deus em Descartes dá lugar a uma liberdade incondicional do homem no pensamento ateu de Sartre.

Kant e o conceito de máxima para além da ética

Rodrigo Tumolo
Mestrando/USP

rodrigotumolo@
gmail.com

Orientador
Dr. Maurício Keinert

Palavras-chave Kant.
Política. Máximas.
Princípios. Razão
pública.

O primeiro e mais central contato com o conceito de máxima «*Maxime*», no escopo da filosofia kantiana, geralmente se dá em razão da sua ética (via *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* e a *Crítica da Razão Prática*). Sabidamente o conceito aparece referido a outros campos do saber, mas permanece pouco explorado: é o caso da filosofia do direito e da política kantiana. Os estudos que buscam definir e trabalhar as máximas tomando por base os textos éticos acabam por demonstrar fragilidade excessiva ao se aproximar demais de definições generalistas como “regra de vida” ou acabam por não se desvincular da própria explicação kantiana de “princípio”, de maneira que pouco acrescentam. Intenta-se aqui buscar uma definição abrangente de máxima que dê conta de todo seus usos particulares de acordo com o campo do saber em que são aplicadas. Algumas questões a se enfrentar são bastante pontuais: primeiramente, é preciso enfrentar o problema de tradução do alemão e distinguir a máxima que em si mesma é o princípio «*Princip*» daquela que é a expressão desse princípio «*Grundsatz*». Em segundo lugar, é preciso separar os conceitos de generalidade, universalidade e forma universal de maneira a reconhecer claramente qual cabe à máxima — e sob qual ponto de vista, isto é, à máxima enquanto princípio ou à máxima enquanto formulação do princípio. Na esteira dessa diferenciação surgem questões singulares: a máxima se refere a ações «*Handlungen*», a uma disposição de agir «*Gesinnung*» ou a ambos? Enfim, diferenciar máximas jurídicas das máximas políticas nos termos dos I e II apêndices do opúsculo kantiano à *paz perpétua*.

Sobre a necessidade e a importância de uma prática psicoterapêutica fundamentada cientificamente: endereçando algumas questões ao Clinical Scientist Model

**Rondineli Bezerra
Mariano**
Mestrando/UFJF

rondineligr@
hotmail.com

Orientador
Dr. Gustavo Arja
Castañon

Palavras Chaves
Clinical Scientist Model;
Filosofia da ciência;
Psicoterapias.

O campo das psicoterapias tem muito a se beneficiar ao buscar esclarecer os problemas epistemológicos inerentes a sua teoria e prática. São vários os pontos de intersecção entre a epistemologia, a filosofia da ciência e a psicoterapia, sendo que um em especial tem recebido grande atenção e diz respeito ao status e fundamentação científica das psicoterapias e da prática clínica. O trabalho visa então apresentar a proposta de fundamentação científica das psicoterapias conhecida como Clinical Scientist Model que defende a necessidade de se estabelecer psicoterapias e uma prática clínica fundamentada cientificamente, explicitando as influências em filosofia da ciência e o modelo de ciência que é assumido por esta proposta. Explicita-se ainda o modelo de clínica implícito em tal proposta. É patente a influência tanto da filosofia elaborada pelos empiristas lógicos – no que concerne a ênfase dos autores na natureza probabilística do conhecimento científico – bem como da filosofia de Popper e dos pós-popperianos pois se estabelecem critérios para demarcar ciência e pseudociência em psicoterapia e em psicologia clínica. Além disso, há implícito em tal proposta uma concepção médica de clínica psicológica que não é posta em debate pelos autores intelectuais do modelo nem explicitada da maneira devida. Defende-se então a necessidade de uma discussão mais detalhada das consequências e viabilidade da importação de certas teses em filosofia da ciência para o campo das psicoterapias bem como um debate em pormenores da utilização de um modelo de clínica médica no âmbito da clínica psicológica e da prática psicoterapêutica.

Sobre a quase-verdade de Newton da Costa e a quase-satisfação de Otávio Bueno e Edélcio de Sousa

Roque Pires Vercesi
Mestrando/UNESP

rpvercesi@hotmail.com

Orientador
Dr. Hércules de Araújo
Feitosa

Palavras-chave Quase-verdade; quase-satisfação; estruturas parciais.

Este trabalho está inserido no contexto das teorias da quase-verdade, o qual apresenta como meta a abordagem de duas teorias importantes sobre essa temática no decorrer dos anos, explicitando seus principais aspectos. Recentemente, a teoria da quase-verdade tem conquistado importância nos estudos sobre a verdade, que tem como precursor o professor brasileiro Newton da Costa. Em 1986, Mikenberg, da Costa e Chuaqui desenvolveram a teoria da quase-verdade, ou verdade pragmática, no artigo *Pragmatic truth and approximation to truth* escrito para o *The Journal of Symbolic Logic*. Inspirado por autores pragmáticos como W. James e C. S. Peirce, da Costa acredita que as ciências tendem a alcançar a verdade, mas que as várias concepções de verdade constituem relevante problema sobre a temática, pois teorias que são consideradas incompatíveis entre si, mas que explicam o mesmo fenômeno, e também teorias consideradas como verdadeiras, mas que com o decorrer do tempo podem deixar de ser verdadeiras (são falíveis) desafiam uma boa caracterização da verdade. Assim como Tarski fez na sua definição de verdade semântica, que associa sentenças de uma linguagem com elementos de uma estrutura matemática correspondente, da Costa propôs uma definição formal de quase-verdade, a qual utiliza um tipo especial de estrutura matemática denominada “estrutura parcial”. Posteriormente, Bueno e de Souza (1996) apresentam uma nova abordagem sobre a teoria da quase-verdade, denominada quase-satisfação, que permite definir uma noção de *grau de quase-verdade*, utilizada para examinar os problemas da filosofia da ciência. Essa noção é estipulada através da definição de um modelo estendido, que é uma adaptação da definição usual de expansão de modelo, agora aplicada para as relações parciais.

Entre a Intenção da Ação e a Ação: um desvio que pretende-se gesto

Roseli Gonçalves da Silva

Doutoranda/UFRJ

rosepcaetano@
yahoo.com.br

Orientadora

Dra. Carla Rodrigues

Palavras-chave Gesto;
Giorgio Agamben;
escritura; linguagem.

Perceber o gesto. Compreender o gesto. (RE) Pensar o gesto. Pretendo com esse trabalho e a partir dele, buscar uma compreensão que possa nos apresentar um certo panorama acerca do objeto a ser investigado na presente pesquisa. Para tanto, analisarei a perspectiva apresentada por Giorgio Agamben em seu texto “Notas sobre o Gesto”, de 1996; donde o filósofo traz pertinentes e instigantes questionamentos e reflexões a cerca de tal questão. Em seu trabalho ele faz um recorte histórico - fim do século XIX -para desenvolver suas críticas e reflexões, considerando, claro, as possibilidades de à medida do que pode-se imaginar ser possível, traçar um certo momento histórico onde segundo ele a burguesia ocidental perde definitivamente seus gestos. Mas afinal, o que viria a ser o gesto no discurso de Agamben? Em seu ensaio, partindo de ‘análises aristotélicas’ o filósofo inscreve o gesto na esfera da ação, uma vez que para ele, no gesto não há ação nem produção, mas sim, um “chamado” a assumir e suportar. Assim, seguindo ainda o raciocínio aristotélico, o agir é diferente do fazer e a finalidade do fazer é diferente do próprio fazer; sendo assim, também na práxis, segundo Agamben, agir bem é de fato em si mesmo o fim. Dito isto, nosso objetivo aqui se traduz no “desejo” de trazer ao foco da cena uma discussão que nos possibilite perceber indícios (ainda pensando no recorte histórico delineado pelo filósofo) no texto de Agamben que nos aponte para a percepção “desta” possível perda do gesto. E por fim, pensar –e discutir - essa importante relação que há entre filosofia e gesto, reclamando não só a impossibilidade de apreensão do gesto como “aquilo que não pode ser dito”, como também registrar seu descontentamento com a linguagem escrita.

O funcionamento psíquico em *Além do princípio de prazer*

Sabrina Marioto
Mestranda/UFSCar

sabrinamarioto@
msn.com

Orientadora
Dra. Ana Carolina Soliva
Sória

Palavras-chave
Princípio de prazer;
pulsões; repetição.

Este trabalho tem como tema central o texto freudiano *Além do princípio de prazer* (1920). Com o estudo das neuroses traumáticas e seus efeitos, Freud questiona a soberania do princípio de prazer sobre a regulação dos processos anímicos, pois os sonhos da neurose traumática não obedecem a lógica da realização de desejos. Estes sonhos apontam para outra direção, para a existência de processos que ocorrem à revelia deste princípio, obedecendo à lógica da compulsão à repetição. Concordamos com Monzani (1989) quando este diz que o *Além do Princípio de Prazer* é um texto desorientador e cheio de armadilhas, mas que antes de apontar para uma ruptura total, mostra de maneira clara princípios que sempre nortearam a teoria, legitimando algo que sempre esteve presente na obra freudiana. A nova divisão pulsional aponta para a existência de uma tendência universal de todo ser vivo: o retorno ao inorgânico. Freud agora investiga uma força presente na vida e não mais restrita a espécie humana e chega a este universal seguindo a pista das neuroses traumáticas, do que observa na brincadeira infantil, nas atuações em transferência de seus neuróticos e em fatos da vida cotidiana. Freud aponta neste texto que a principal função do aparelho psíquico é livrar-se do excesso de estimulação e para isso criou contra o mundo externo um escudo protetor, que nos animais superiores corresponde aos órgãos dos sentidos. Mas há também uma estimulação que vem de dentro e para qual não há proteção, essa estimulação interna advém das moções pulsionais. O excesso de excitação oriundo das moções pulsionais se propaga no interior do aparelho sem barreiras e provoca no sujeito efeitos semelhantes aos da neurose traumática. Diante dessa invasão um princípio mais arcaico é acionado com objetivo de dominar a energia livre sobressalente no aparelho, este é o trabalho da *Bindung*. Mas, mesmo depois de ligada, algumas moções não podem ser conduzidas a satisfação, como é o caso de algumas moções pulsionais edípicas. Neste caso, elas estarão sob domínio da compulsão à repetição.

Malebranche e os perigos da leitura

Sacha Zilber Kontic
Doutorando/USP

szkontic@gmail.com

Orientadora

Dra. Tessa Moura
Lacerda

Palavras-Chave

Malebranche; retórica;
estilística; literatura;
imaginação.

No segundo livro da *Recherche de la vérité*, Malebranche descreve o ato da leitura como uma das atividades mais perigosas para o homem. Por mais que o oratoriano sempre ressalte a importância de não aceitar sem reflexões argumentos de autoridade e de sempre se pautar pela própria razão na busca da verdade, a advertência sobre os perigos do efeito da leitura sobre a imaginação não pode ser reduzida a isso. É na descrição das imaginações fortes, ou seja, das imaginações capazes de formar imagens que se imprimem de modo durável no cérebro, que o autor fornece os mecanismos psicofisiológicos que explicam a má influência da leitura sobre a imaginação. Por mais que o autor ressalte em diversos momentos que toda a nossa imaginação nos afasta da verdade, o efeito da leitura na imaginação ocupa um papel central na má formação da imaginação dos homens. Os imaginativos formam imagens que cuja força se impõe principalmente a si mesmos, mas essa imaginação, quando forte, explica Malebranche, pode também se impor aos outros. Neste caso, as imaginações não são somente fortes, mas são também contagiosas. Estes imaginativos são capazes de comunicar suas imaginações aos outros pela persuasão e, principalmente, pelo estilo de sua escrita. A presente comunicação pretende expor os efeitos danosos da leitura e da erudição tal como eles se apresentam na *Recherche*, assim como em outras obras de Malebranche, tanto no homem quanto na própria sociedade como um todo. Assim poderemos compreender como Malebranche, que foi considerado um dos grandes escritores de língua francesa de seu tempo, compreendia a função de sua própria escrita e, conseqüentemente, de sua própria filosofia.

Sobre as objeções de Jacobi à filosofia transcendental

Sara Pereira Dias
Mestranda/USP

saradiasmoc@
yahoo.com.br

Orientadora
Dra. Maria Lúcia
Cacciola.

Palavras-chave
Conhecimento; coisa em
si; fenômeno; Kant;
Jacobi.

É sabido que o conceito coisa em si foi um termo demasiadamente caro à filosofia de Kant, sobretudo, porque é a partir das objeções de Friedrich Heinrich Jacobi em *Sobre o idealismo transcendental*, apêndice de *David Hume sobre a crença ou idealismo e realismo* (1787), que se pôde vir a lume discussões que tentavam solucionar e superar os ensinamentos deixados por Kant na *Crítica da razão pura*. Destarte, o grande feito de Jacobi foi demonstrar no texto citado acima o quanto o empreendimento transcendental era falho e incoerente em sua explicação sobre o processo de cognição humano, mais precisamente, na distinção entre fenômeno e coisa em si que culminava no problema da afecção. Este problema, por sua vez, se desdobra ao longo da exposição do apêndice em três danosas argumentações à filosofia transcendental, a saber: 1) O idealismo transcendental conduz ao solipsismo; 2) A tese de que as impressões são provocadas por objetos externos não é compatível com o solipsismo do idealismo transcendental; 3) a tese da incognoscibilidade das coisas em si conduz ao ceticismo. Desse modo, este trabalho tem como proposta discutir as objeções de Jacobi à Filosofia transcendental, uma vez que o filósofo a torna um empreendimento inviável no que diz respeito a cognição humana.

A voragem da consciência: uma chave de leitura para *A gaia ciência*

Saulo Krieger
Mestrando/UNIFESP

saulokrieger@
hotmail.com

Orientador
Dr. Ivo da Silva Júnior

Palavras-chave
Consciência;
instintos/impulsos;
linguagem; incorporação.

Entre as interpretações que se tem de *A gaia ciência* de Nietzsche, costuma-se enfatizar uma coerência em torno do (1) caráter geminado dos temas “natureza humana” e “possibilidade humana” ou (2) da tríade “desdivinização do mundo – naturalização do homem – estetização da própria existência”. Pelo viés crítico, reconhece-se (3) a denúncia de um descompasso entre a capacidade humana de desejar e os motivos para fazê-lo. De maneira mais sintética, e restrita ao quinto livro da obra, fala-se numa (4) reorganização, devidamente assimétrica, das relações entre instinto e linguagem. Se admitirmos que a obra em questão compõe um todo coerente e, ao mesmo tempo, assistemático, o acesso à sua coerência não se dará por uma cadeia unívoca de razões. Entretanto, propomos que um acesso à sua coerência pela chave das duas tematizações da consciência ali encontradas, dos aforismos 11 e 354, há de constituir chave de leitura bastante basilar e profícua, a dar conta das quatro referidas modalidades de leitura. Assim, quanto à leitura “dual/geminada” (1), na verdade a natureza humana remete aos instintos humanos que, em dado momento, engendraram a consciência; já as referidas possibilidades humanas são obra da mesma configuração pulsional e criativa que gerou essa mesma consciência. Quanto à leitura “triádica” (2), são as ilusões da consciência que divinizaram o mundo e desnaturalizaram o homem; mas é da natureza pulsional dessa mesma consciência que se pode, em última instância, cobrar uma estetização da existência. No tocante à leitura “negativa” (3), é o caráter instintivo/pulsional da consciência que propriamente faz com que ela deseje, como é uma consciência insciente desse caráter que não encontra motivos para seu desejo. Por fim, (4) pela concepção sintética, é no seio de uma consciência a um só tempo pulsional/intintiva e intrinsecamente linguística que instinto e linguagem vão travar suas relações. Nesse sentido, a intenção de nossa comunicação é mostrar que a concepção de *consciência* presente na obra pode fazer as vezes de célula mater a subsumir as leituras “dual/geminada”, “triádica”, “negativa” e “sintética” d’*A gaia ciência*.

Sobre a atividade e passividade dos modos de constituição do tempo em *Sobre a fenomenologia da consciência interna do tempo* de Husserl

Scheila Cristiane Thomé
Doutoranda/UFSCar

thome.scheila@
gmail.com

Orientador
Dr. Bento Prado de
Almeida Ferraz Neto

Palavras-chave
Husserl; tempo;
intencionalidade;
constituição.

Sabe-se que em *Sobre a fenomenologia da consciência interna do tempo* (1893-1917) Husserl tematiza, pela primeira vez, os modos passivos da constituição intencional do tempo e dos objetos temporais a partir dos conceitos de *retenção*, *impressão originária* e *protensão*. No entanto, também em alguns textos contidos no interior de *Sobre a fenomenologia da consciência interna do tempo* (textos anteriores a 1907) Husserl compreende a constituição do tempo e dos objetos temporais mediante a aplicação do modelo de constituição “apreensão-conteúdo de apreensão”. Tem-se, segundo esta interpretação, que a constituição última do tempo se dá de um modo estritamente ativo mediante atos de apreensões de tempo (de presente, passado e futuro). Já em outros textos contidos em *Sobre a fenomenologia da consciência interna do tempo*, textos escritos a partir de 1907, Husserl vê a necessidade de realizar um completo abandono do esquema “apreensão-conteúdo de apreensão” em relação à análise das camadas mais profundas da constituição da temporalidade. Husserl compreende aí que a intencionalidade envolvida no nível mais baixo (*unterste Stufe*) da constituição do tempo não é uma *intencionalidade de ato*, uma intencionalidade *objetivante*, mas é uma intencionalidade de tipo peculiar, uma intencionalidade passiva, que apenas surge mediante a impressão originária como *agora atual*, é mantida na consciência como *agora passado* pelas retenções ou projetado como *agora porvir* nas protensões. O objetivo desta comunicação será analisar os modos ativos e passivos do constituir intencional do tempo e dos objetos temporais em *Sobre a fenomenologia da consciência interna do tempo* de Husserl.

A Perspectiva da Inteligência

Sheila Paulino e Silva
Doutoranda/USP

sheila_paulino@
yahoo.com.br

Orientador
Dr. Roberto Bozani Filho

Palavras-chave
Inteligência; *synópsis*;
realidades; *A Republica*.

A apreensão do ser e da ideia segundo a νοήσις constitui uma forma de visão, a *synópsis*, que oferece à alma o objeto apreendido em sua integralidade. À primeira vista, uma afirmação deste tipo pode induzir a questionar a essência ou a ideia como compostos, cujas partes seriam características conhecidas no decorrer do exercício dialético. Esse não consiste em um raciocínio naïfe, se estiver em vista a noção de uma ideia única que exprime a realidade (517b) e, por isso, tais características. Outra maneira de compreender consiste em julgar que os atributos conhecidos pelo exercício do pensamento, no nível matemático ou mesmo no nível dialético, como a verdade ou a unidade, formam todo o composto que a essência exprime, alternativa que o argumento sobre as matemáticas não necessariamente autoriza. A terceira opção, a que parece mais fiel às dificuldades de se compreender no que consiste uma visão total do ser na dialética, deixa somente a essência como o que constituiu o todo de um objeto, sendo a inteligência capaz de apreender o ser e, conseqüentemente, algumas características atávicas a ele, como parece ser o caso da verdade. Desse modo, pretende-se investigar no que consiste a *synópsis*.

Estratégias de leitura filosófica e seleção de obras infantis

Simone Alves Pedersen
Mestranda/PUC-
CAMPINAS

s.pedersen@uol.com.br

Orientadora
Dra. Jussara Cristina
Barboza Tortella

Palavras-chave
Literatura infantil;
filosofia para crianças;
close reading.

A literatura infantil tem sido objeto de muitas pesquisas no que concerne a formação do leitor, e a sua interdisciplinaridade tem gerado interesse em diversas áreas. Em nosso estudo, buscamos a essência da compreensão leitora pelos pequenos leitores e as estratégias de leitura que possibilitem a promoção da autorregulação em direção da formação de alunos autônomos, críticos e reflexivos. Partimos do pressuposto de que a seleção de procedimentos utilizados pelos docentes e a importância da seleção de obras, oferecendo ao aluno o acesso aos textos de qualidade “comprovada”, são elementos essenciais para a formação do pensar. Considerando o cenário apresentado pela literatura científica, apresentamos dados iniciais de pesquisa de mestrado em andamento que tem por objetivos: identificar como a seleção do livro infantil e estratégias de leitura podem auxiliar professores no ensino aos alunos do Ensino Fundamental sobre como aprofundar a compreensão dos textos; mapear procedimentos nacionais e internacionais validados por pesquisas acadêmicas que tenham significativo resultado na melhoria da compreensão autônoma e crítica do texto literário por alunos de Ensino Fundamental I, a partir de uma perspectiva epistêmica. Neste artigo, com base em uma breve revisão bibliográfica nacional e internacional que relaciona as estratégias de leitura com a promoção do pensar, apresentamos uma análise do procedimento *Close Reading*. Por fim, destacamos algumas reflexões sobre a literatura infantil na formação inicial e continuada de professores que promovam uma busca filosófica, o aprender perguntar e a participação do aluno, numa perspectiva deleuziana de agenciamento, construção coletiva de desejos e a importância das micropolíticas na transformação da realidade em sala de aula das escolas de nosso país.

Foucault: filosofia, ética e existência

**Thiago Canonenco
Naldinho**
Doutorando/UFSCar

thiagocanonenco@
gmail.com

Orientador
Dr. Luiz Roberto
Monzani

Palavras-chave
Foucault; filosofia;
existência; ética; modo de
vida.

O artigo desenvolve a tese de que no cerne da estratégia foucaultiana de enfrentamento à sujeição imposta pelo biopoder – caracterizada pela possibilidade de reabilitação da estética da existência na atualidade – situa-se a prática constante da filosofia. Para tanto, descreve como Foucault entende que a consideração fundamental (similar àquela presente entre os antigos greco-helenístico-romanos) da filosofia como um amálgama, constituído por um discurso teórico e seu imprescindível modo de vida respectivo, envolve diretamente a ética com a política e noções relacionadas, como poder, liberdade, autonomia e crítica. Isso posto, o texto define, a partir da conexão de pontos dispersos pela obra de Foucault, o trabalho específico da filosofia exerceria numa estética da existência, ou seja, como a prática da reflexão sobre o próprio pensamento. Se a problematização é o trabalho característico do pensamento, então o ofício da filosofia seria a problematização do ato de problematizar. A filosofia seria uma dobra do pensamento sobre o pensamento, uma análise crítica quanto ao próprio trabalho de distanciamento e delimitação de algo enquanto objeto de reflexão. Em continuidade, o artigo aponta e descreve a amizade como o específico modo de vida que a filosofia foucaultiana buscava construir. Um estilo de vida permeado por uma atitude de modernidade, que nutre em seu cerne um voluntário ascetismo, baseado na aliança entre a crítica de seus limites e a invenção de novas possibilidades de vida. Um modo de vida que busca tanto aumentar o prazer para si e para os outros, quanto evitar a imposição de estados de dominação.

A atitude crítica como contraposição à governamentalidade

Uriel Massalves de Souza do Nascimento
Mestrando/PUC-RJ

massalvesuriel@gmail.com

Orientador

Dr. Pedro Duarte de Andrade

Palavras-chave

Crítica; Foucault; governamentalidade; filosofia contemporânea; filosofia política.

Ao final de sua vida, Michel Foucault dedicou-se ao que ele mesmo nomeou de ontologia do presente. Essa expressão aponta para uma reflexão que se debruça não mais sobre questões universais como as acerca do Ser ou acerca da natureza do conhecimento, mas sim sobre questões que ocorrem no mesmo tempo histórico em que a pergunta é feita. Dito de outro modo, por ontologia do presente se compreende o endereçamento feito por certos filósofos ao seu tempo, de modo que certas questões no tempo se inserem não apenas por serem atuais, mas por seu conteúdo corresponder a algo que a época pergunta. Os exemplos máximos disso são Kant, em seu “*O que é o esclarecimento?*” e o endereçamento da modernidade feito nas primeiras páginas da *Fenomenologia* de Hegel. A um leitor atento, toda a obra foucaultiana, se versa sobre questões históricas, o faz na medida mesma em que essa história aponta para outros delineamentos possíveis de uma questão possível no presente. Foucault é, também, um filósofo da ontologia do presente, como ele mesmo admitirá em entrevista. Dentro os momentos nos quais se debruça sobre o presente, um deles tem ligação direta com a obra de Kant. Trata-se do momento em que Foucault questiona acerca da governamentalidade e põe, em contraposição a ela, a ideia de atitude crítica. Se toda forma de poder engendra uma forma de resistência, a resistência à governamentalidade – nada mais do que a forma de melhor governar uma população para os fins desejados, sejam quais forem – parece, para Foucault, ser a crítica, uma forma de não se permitir governar para quaisquer fins. Assim sendo, o presente trabalho parte da compreensão foucaultiana de atitude crítica tal qual ele a depreende do texto kantiano, e busca ligá-la à ideia de governamentalidade para, com isso, esclarecer em que medida a governamentalidade é também uma face do poder e não, como pensam alguns comentadores, o índice de sua extinção.

A navegação dos loucos em *Histoire de la folie*: Michel Foucault e a arqueologia da loucura

Valdir de Volpato Fornel Júnior
Mestrando/PUC-SP

valdir28@
hotmail.com

Orientadora
Dra. Salma Tannus
Muchail

Palavras-chave Nau dos
loucos; Foucault; *Histoire*
de la folie.

O presente trabalho consiste em apresentar um recorte de nossa pesquisa de mestrado que ainda se encontra em andamento. Nosso objetivo é apresentar a nau dos loucos de Foucault, figura simples e simbólica que é título e objeto de investigação do primeiro capítulo do primeiro grande livro de Foucault, *Histoire de la Folie* (1961). O navio nessa obra aparece vinculado a figura do louco e a sensibilidade que a Renascença possui em relação a esse personagem. Segundo o filósofo francês, nos séculos XV e XVI, momento histórico que inaugura *Histoire de la Folie*, a navegação é referência de intercâmbio cultural, comercial, além de “reserva de imaginação” para pinturas e literaturas que representavam sua tripulação como heróis. Muitos são os exemplos inventariados por Foucault, entre eles, os quadros de Bosch e os textos de Brant. Não obstante, para além dos livros e das telas, o navio foi realidade para o louco do Renascimento, “*une existence réelle*”, um lugar sem-lugar, um espaço flutuante cuja realidade o expulsava e o purificava – idéia que nos remete à noção de “heterotopia”. O tema da navegação é tratado pelo autor pelo ângulo da arqueologia, Foucault interessa-se pelo tema a partir do jogo presente na constituição do saber sobre a loucura, interessa-se na sensibilidade da renascença em relação ao louco, isto é, o jogo que estabelece a tripulação do navio; por que esse navio foi real ao louco de sua época; e como o barco deu lugar ao Hospital. Ao final da apresentação, em uma série de considerações, apresentamos como “desvio de rota”, os navios que compõem a obra de Bispo do Rosário, associação trágica entre a nau e o louco.

A autorrepressão do desejo em *Marta*, de Medeiros e Albuquerque: uma análise deleuziana-guattariana do incesto

Vanessa de Oliveira Temporal
Doutoranda/UFSCar -
Univ Jean Moulin Lyon
III

vanih_wed@
yahoo.com.br

Orientadores

Dra. Débora Morato
Pinto/Dr. Étienne
Bimbenet

Franco Baptista Sandanello

Pós- doutorando/ UNESP
- Univ Sorbonne-
Nouvelle Paris III

fbsandanello@gmail.com

Supervisoras

Dra. Maria Célia Leonel /
Dra. Jacqueline Penjon

Palavras-chave Incesto;
Deleuze e Guattari;
literatura brasileira;
Medeiros e Albuquerque.

A leitura de *O Anti-Édipo* (1972), de Gilles Deleuze e Félix Guattari, traz uma pergunta latente: como dar corpo a forças revolucionárias capazes de fazer a produção social passar ao serviço da produção desejante? A resposta dos autores é dada em *Kafka: por uma literatura menor* (1975). Enquanto “máquina de guerra”, a literatura *menor* deve promover uma verdadeira experimentação política, em oposição à literatura de forma edipiana, que se iguala a um objeto de consumo em conformidade com a ordem estabelecida: “Édipo é literário antes de ser psicanalítico”. Esta comunicação parte do caráter ambíguo da literatura presente em *O Anti-Édipo*, ora mercadoria ora máquina política, e identifica uma polarização entre os conceitos de *significante* e *expressão* (domínio da metáfora: passagem do sentido próprio ao figurado) com os de *signo* e *produção* (domínio da metamorfose: produção de sentido por meio da destruição do significante), a fim de, nesta mesma via, analisar a polarização do incesto, ora como forma pura de amor ora como imoral, em *Marta*, de Medeiros e Albuquerque (1920), exemplo privilegiado e único de um romance brasileiro inteiramente construído acerca da questão do incesto. Através de uma análise das considerações sobre a literatura e o incesto em *O Anti-Édipo*, a presente comunicação sustenta ainda que a obra de Medeiros e Albuquerque traz uma representação social eficaz do mundo, estando longe de ser uma simples análise de um caso excêntrico em meio à *belle époque* carioca. Neste sentido, aponta-se para a íntima conexão existente entre filosofia e literatura e para a reflexão simultânea que pode haver entre ambas.

A ideia de progresso em Kant

Wagner Barbosa de Barros

Mestrando/UFSCar

wagnerbarros71@gmail.com

Orientador

Dr. José Eduardo Marques Baioni

Palavras-chave Kant; ideia; cosmopolitismo; progresso; história.

Servindo-se da leitura do ensaio *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, podemos asseverar que Kant exalta a ideia de que a humanidade encontra-se em constante aperfeiçoamento, sendo assim, ao observarmos a história do gênero humano, veremos que é a história do progresso do gênero humano. Isto é possível quando temos em mente uma ideia que possibilita a compreensão desta prospecção evolutiva. Esta ideia é a de que é possível conceber a humanidade partindo de uma história universal, que tem como fim uma sociedade cosmopolita. Servindo-se das disposições que a natureza estabeleceu ao homem, a de entrar em sociedade ao mesmo tempo em que deseja sair dela, ou seja, sua *sociabilidade insociável*, ela o obriga a encontrar os meios necessários para solucionar o impasse resultante destas disposições. Ou seja, o homem quer permanecer entre seus semelhantes, pois assim se sente mais homem, mas ao menos tempo, quer isolar-se, dado que se encontra em meio aos quereres egoístas de todos os homens. A instauração de uma ordem civil é resultado de sua *sociabilidade insociável*, pois o homem precisa de alguma maneira dispor as liberdades individuais sem que uma sobreponha a outra. Faz-se necessário o estabelecimento de um Estado, e posterior a isso, dado que os quereres egoístas se repetem entre um Estado e outro, a instituição de uma sociedade cosmopolita, que visa o direito das gentes em sua totalidade, assegurando por completo a liberdade. Ainda que no indivíduo não se possa observar um progressivo aprimoramento do homem, quando se detém na análise de seu conjunto – ou seja, a humanidade – vemos que esta é passível de um progresso inesgotável. Sendo assim, partindo de uma história filosófica, é possível compreender o progresso da humanidade rumo ao cosmopolitismo como uma ideia que tem por objetivo disponibilizar a ela os rumos a serem trilhados em direção a este ideal, visando assim, ao menos, a aproximação da humanidade do objetivo que a natureza impôs a esta. Tem-se por propósito então expor as principais noções que ajudam a compreender esta ideia de progresso disposta no ensaio sobre uma história filosófica, de Immanuel Kant.

Morte como filosofia no *Fédon* de Platão

**Yasmin Tamara
Jucksch**
Mestranda/UFF

yasminjucksch@
hotmail.com

Orientador
Dr. Alexandre Costa

Palavras-chave
Platão; *Fédon*; auto-
conhecimento; morte;
phronesis.

As defesas da ideia e da urgência do *conhecer-se a si* não são em nada superficiais na obra platônica, e no *Fédon*, em especial, esta ideia é exposta cabalmente (e com grande requinte literário) pelo agudo discurso socrático. Nele, o problema do *conhecer-se a si mesmo* engolfa de forma magistral o problema da reminiscência e da temperança: a recordação de *psyché* do atemporal, uno e fundamental deveras esquecido é capaz de manifestar-se ao mesmo tempo em que ela própria afrouxa gradualmente os elos entre as emoções e o devir (64e-65a; 84a-b). Ora, é possível observar no *Fédon* que a dose desse *conhecer-se a si* é sempre dupla: de um lado, a acurada observação e a desvinculação do que é corporal e sensível (81b-e; 64c-d) completa-se com a própria identificação ativa e deliberada com o *Lógos* cujo lugar é a alma (83a-b; 64e-65c), e ambos os movimentos são exaltados em abundância por Sócrates como o próprio jogo da filosofia enquanto ação dirigida à plenitude da *morte*. A partir disso, nossa comunicação buscará: i) explicar como se dá, entre essas duas instâncias, essa co-pertinência ética e epistemológica – já que, ao desenfronhar-se das influências desiderativas e limitantes das formas sensíveis, a *psyché* recupera, ao mesmo tempo, sabedoria e sensatez; e ii) denotar o problema do exame de si para o qual é requerida uma medida muito delicada entre o silenciamento (do corpo) e a audição (da alma), como o próprio *métron* do *meléte thanátou*.

